



**REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – RECID: CORRELAÇÕES DE
FORÇAS ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA PÚBLICA**

ELIANE CRISTINA ROSALINO GARIM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – RECID: CORRELAÇÕES DE FORÇAS ENTRE
A EDUCAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA PÚBLICA**

ELIANE CRISTINA ROSALINO GARIM

PORTO ALEGRE

JUNHO DE 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – Recid: correlações de forças entre a
EDUCAÇÃO POPULAR e a POLÍTICA PÚBLICA**

ELIANE CRISTINA ROSALINO GARIM

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Carmen Lucia Bezerra Machado

ELIANE CRISTINA ROSALINO GARIM

**REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – Recid: correlações de forças entre a
EDUCAÇÃO POPULAR e a POLÍTICA PÚBLICA**

Defesa em 01 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado (Orientadora)

Profa. Dra. Conceição Paludo – UFRGS

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola – UNISINOS

Profa. Dra. Simone Silva Alves – UNIPAMPA – Campus Jaguarão

CIP - Catalogação na Publicação

Garim, Eliane Cristina Rosalino
Rede de Educação Cidadã - RECID: Correlações de
Forças entre a Educação Popular e a Política Pública. /
Eliane Cristina Rosalino Garim. -- 2016.
181 f.

Orientadora: Carmen Lucia Bezerra Machado.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Educação Popular. 2. Redes. 3. Política Pública.
4. Movimentos Sociais. 5. Correlação de forças. I.
Machado, Carmen Lucia Bezerra, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A João Marcelo que desde 2006 divide a atenção de sua mãe com a Recid, com a espera de meu retorno das viagens, formações, trabalho e depois a pesquisa. A Luís Henrique que desde seus primeiros meses, aguardava a mãe nos corredores da UFRGS para mamar durante a primeira prova de seleção. Que este esforço de persistência e amor lhes mostre que todos os espaços podem ser de todos.

Agradecimentos

Cada passo que ando, é meu, mas, me acompanham muitos e estes muitos, possibilitam cada passo dado.

Com o sentido de coletivo é que desejo agradecer às muitas mãos que me auxiliaram neste esforço. Foi um processo vivenciado e partilhado por todos com quem convivi.

Nos agradecimentos, certamente não estão todos os nomes que direta ou indiretamente participaram deste aprendizado. Perdoem-me os que aqui não estiverem, saibam que estão no coração.

Quero agradecer ao meus professores, Paulo Peixoto de Albuquerque que primeiramente me acolheu no programa de Pós-Graduação, Carmen Machado, que me acolheu na sequencia do processo até o final, com muita garra e amor! A professora Rosane Sarturi que foi talvez a primeira a orientar o caminho a seguir. Aos professores com quem também aprendi muito no decorrer do curso: Vera Peroni, Marlene Ribeiro, Laura Souza Fonseca, Maria Elly Genro, Jaime Zitkoski, Nalú Farenzena, Maria Clara Bueno Fischer e Adriana Thoma, Johannes Doll.

As e aos colegas e amigo e amigas com quem aprendi nas diversas discussões em aula e fora dela: Elen, Betânia, Patrícia, Katiane, Catiane, Vanessa, Rita, Ingrid, Paola, Telmo, Sônia, Jardélia, Vera Rosane, Mara, Camile, Marcelisa, Gilmar, Eliane, Jonas, Clúvio, Fabíola, Ricardo.

Aos familiares, a maior gratidão pelo apoio, amor e incentivo, durante o período de estudo. A compreensão pelas ausências, pelos estresses, o desânimo, e o retorno às atividades, tudo isso só foi possível de ser vencido com o apoio incondicional que tive da família. Meu muito obrigada à Marilene, minha mãe, Teodoro, meu pai, Henrique o amor que foi o incentivador maior, João Marcelo, Luís Henrique, meus filhos amores, que me fazem alguém melhor. Adriana, Ramiro, Eduardo, Anahy, Cibele, Luís Luft, sempre presentes torcendo por mim. Aos que mesmo distantes, contribuíram de alguma forma para que eu hoje seja quem sou e

a André, Jane e Nara. Ao apoio de Anelore Schetinger, Karim Pain Nunes, Pedro Paiva, Rodrigo Russowsky, Christiane Ganzo, Denise Aerts e Joyce.

E ao conjunto de educadores e educadoras da Recid, coordenações, Talher Nacional, CAMP, IPF, CMP, Ocupação Estação dos Ventos, MTD, Isabela Camini, Eliane de Moura, Lourdes Santin, Paulo Ramos, Chirlei Fischer, Paulo Becker, Claudio Nascimento, Selvino Heck, Marcel Farah, Vera Barreto, Willian Bonfin, João Werlang, Daniela Tolfo, Angela Lima, Rogério Rodrigues, Ceniriani Vargas da Silva, Antônio Braga, Cladivânia Sberse, Roselita e Marco Rodrigues.

A Rosana Cuba pela acolhida na docência orientada, que com carinho e satisfação contribuiu com minha formação, e as alunas/os e amigas/os da turma PED 15 do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú.

O que quero repetir, com força, é que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso as maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que juntas seriam a maioria. Nada, o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma “ordem” desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século. Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas. (FREIRE. 1996, p. 52)

RESUMO¹

Do pressuposto de que a teoria e a prática não se separam, e inexistem uma sem a outra, nasce o desejo de compreender as relações que envolvem a Rede de Educação Cidadã - RECID, enquanto proposição para a construção de um Projeto Popular para o Brasil. **Objetivando** compreender as contradições existentes entre Estado e sociedade na implementação e desenvolvimento da Recid como uma Rede de articulação política e social e as formas encontradas para sua superação; e, especificamente, conhecer a proposta política da Rede de Educação Cidadã por meio da educação popular a partir das suas contradições, e, localizar e analisar os conceitos-chave da proposta de educação da Rede – Recid naqueles aspectos que garantem sua sustentabilidade, junto das entidades parceiras. A metodologia da triangulação, alicerçada no materialismo histórico dialético e em uma composição de diversas técnicas de coleta de dados, análise de documentos, das teorias e das entrevistas com 13 educadores e gestores da Rede, produz achados práticos em três categorias: as dimensões pedagógica, organizativa e política. As contradições entre a pouca intencionalidade política de ações na relação base – educadores e educadoras; entre a horizontalidade e verticalidade organizativas; e, o financiamento e as políticas públicas. Os movimentos sociais populares constituem o ser social da Recid na contemporaneidade, numa correlação de forças hegemônicas pelo Estado frente à cidadania.

Palavras-chave:

Educação Popular. Redes. Política Pública. Movimentos Sociais Populares. Correlação de forças.

ABSTRACT

The assumption that the theory and practice do not separate, and do not exist without the other, is born the desire to understand the relationships that involve the Network of Citizen Education - Recid while proposition for the construction of a Popular Project for Brazil. Aiming to understand the contradictions between state and society in the implementation and development of recid as a political organization and social network and ways found to overcome them; and specifically meet the proposed policy of the Citizen Education Network through popular education from its contradictions, and locate and analyze the key concepts of Network education proposal - recid those aspects that guarantee its sustainability, with the partner organizations. The methodology of triangulation, based on historical dialectic materialism and a composition of different data collection techniques, document analysis, theories and interviews with 13 educators and Network managers, produces práticos findings into three categories: the pedagogical dimensions, organizational and policy. The contradictions between the little political intentionality of actions in the basic relationship - educators; between horizontality and verticality organizational; and, funding and public policy. The popular social movements constitute the social being of recid in contemporary times, a correlation hegemonizadas forces by the State and the citizens.

Key words:

Popular education. Networks. Public policy. Popular Social Movements . Correlation of forces .

Glossário de Siglas

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMP – Centro de Assessoria Multi Profissional
CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe
CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CMP – Central Movimentos Populares
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EP – Educação Popular
FEICOOP – Feira Internacional de Cooperativismo
FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FREPOP – Fórum de Educação Popular
FSM – Fórum Social Mundial
GC – Gestão Compartilhada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPF – Instituto Paulo Freire
MCP – Movimento de Cultura Popular de Pernambuco
MEB – Movimento de Educação de Base
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
PP – Política Pública
PPP – Projeto Político Pedagógico
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEP – Política Nacional de Educação Popular
Recid – Rede de Educação Cidadã
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
TCU – Tribunal de Contas da União
UNE – União Nacional dos Estudantes

Lista de Figuras e Quadros

Figura 01. Técnica de Triangulação de dados.	p. 36
Figura 02. Síntese das Sistematizações da Recid, segundo Dimensões Pedagógicas, Organizativa e Política.	p. 39
Figura 03 – As relações da recid.	p.46
Figura 4. Fluxograma das oficinas da recid.	p.98
Figura 05 - Atividades de Gestão Compartilhada.	p. 100
Quadro de Distribuição de Oficinas da Recid, por estados em 2013-14.	p. 101
Quadro de entrevistas.	p. 165
Quadro de Sistematizações.	p. 169
Quadro síntese das entrevistas.	p. 176
Quadro síntese das Sistematizações.	p. 178

Sumário

1. Experiências de vida levam a escolhas de caminhos	15
2. O processo de e da pesquisa	23
2. 1 Método	25
2. 2 Caminhos Percorridos	29
2. 3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	42
2. 4 Questões de fundo da pesquisa	45
3. O que é a Recid? Um pouco da história	55
3. 1 Cronologia	59
3. 2 Os princípios e Diretrizes da Recid	62
3. 3 Correlações de forças	65
3. 3. 1 A internacionalização das lutas por hegemonia	65
3. 3. 2 Atualidade	69
4. Achados práticos de pesquisa	74
4. 1 A experiência da Recid	74
4. 2 A Dimensão Pedagógica	76
4. 2. 1 Porque Educação Popular?	79
4. 2. 2 Bases históricas da Educação Popular no Brasil	82
4. 3 A dimensão Organizativa	95
4.3.1 O lugar das redes de educação popular em contexto(s) de transformação	114
4. 4 A dimensão Política	128
4.4.1 A Recid e a institucionalidade	134
4. 4. 2 Um Projeto Popular para o Brasil	143
Considerações finais	149
Referências	156
Apêndices	162
Apêndice A - Termo de consentimento da pesquisa	162
Apêndice B – Questionários	163
Apêndice C – Quadros	164
Anexos	178

1. EXPERIENCIAÇÕES DE VIDA LEVAM A ESCOLHAS DE CAMINHOS

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.
(Paulo Freire)*

Esta pesquisa parte da experiência do trabalho com EP desenvolvida nas comunidades de periferia, vilas e ocupações urbanas em Santa Maria, a partir da práxis pedagógica impulsionada pela intenção de transformação social, para ir além dos limites impostos pelo poder econômico.

Como alfabetizadora, e depois como mobilizadora social compreendi que a teoria e a prática não se dissociam. Ao contrário, complementam-se e apoiam-se uma na outra para dar sentido à ação dialógica que movimenta a práxis. Nesse movimento as experiências sociais provocam inquietações mobilizadoras no processo investigativo, de busca pela compreensão das relações que nos cercam, nas diversas esferas em que participo como estudante, pesquisadora e educadora.

A dissertação tem sua origem no olhar militante, comprometido com a justiça social e que historicamente foi o mote da minha vida. Como educadora popular de projetos como o MOVA/RS, Coletivos de Trabalho, Brasil Alfabetizado, Economia Solidária e Recid – Rede de Educação Cidadã, senti a necessidade de buscar a compreensão teórica dos processos vivenciados em EP, ao longo da caminhada.

Durante o processo de escrita da dissertação, muitas foram as descobertas, um universo mais profundo que a rasa visão local. É bem verdade que esta visão começou a se alargar antes mesmo da pesquisa, ainda dentro da Recid, motivo pelo qual busquei aprofundar o conhecimento. Porém uma visão ainda nublada rodeava meus olhos com respeito as muitas formas e ações da Recid no território nacional.

Tentar entender porque muitas pessoas diziam não ser possível a emancipação (como propunha a Recid) social se o próprio governo estava promovendo as ações nas comunidades. Tentar entender as questões hegemônicas

para além das relações locais, nacionais, ir mais adiante. Foi esta a tentativa, de ir mais adiante. Não tenho certeza sobre onde consigo chegar, porém sei que andei muito mais do que eu imaginava que andaria.

Este caminho me possibilitou tirar boa parte do borrão de meus olhos, que via as questões com um certo grau de “simplismo”. Nada melhor que amadurecer os conhecimentos para enxergar o mundo.

Em minha experiência como educadora popular na Recid, vivenciei momentos formativos que contribuíram para o desejo de um olhar mais profundo sobre as questões da EP. Elas me trouxeram até aqui, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, para construir subsídios teórico-metodológicos e de pesquisa em educação, com vistas a compreender e contribuir com os processos de organização da EP.

Para tanto, escolhi o último trabalho de educadora onde atuei, para investigar as relações entre o Estado² e as políticas de EP, onde convergem os seus interesses e onde divergem, pois não localizei na produção acadêmica a existência de trabalhos de dissertações ou teses sobre a Recid até 2011, abordando as contradições presentes na Rede.

Thompson (1981, p. 15) afirma: “... a experiência é uma categoria indispensável para o historiador, pois nela estão as respostas emocionais e mentais dos indivíduos ou grupos sociais a acontecimentos inter-relacionados ou repetições do mesmo acontecimento”. Porém, para melhor adequar o vocabulário ao que queremos apresentar nesta pesquisa, acreditamos que o termo *experientiação* será mais adequado, pelo sentido de movimento e processo que carrega, assim como possibilita agregar ao processo do sujeito, as subjetivações inerentes à ação da experiência.

Trata-se de um conceito que vai além da experiência, mas que vem carregada de subjetividade do sujeito em questão. É a ação da experiência, ou, a experiência

2 Estado, grafado com letra maiúscula, refere-se ao Estado-nação brasileiro e estado às partes que o compõe.

em ação, com um movimento e dinamismo característico do sentido de processo que carrega o conceito.

Contrapõe-se ao sentido estático de experiência enquanto algo externo e/ou distante ao sujeito, pontual, frio, momentâneo.

Nesse sentido, a experiencição dialoga com a noção de processo que envolve a vivência de ações e subjetivações que acompanham a práxis do sujeito.

A experiencição, segundo Machado (2010) é entendida como o fazer dos intelectuais (todos os humanos), que no modo como “*produz a subsistência e a riqueza, não apenas em sua dimensão econômica, mas nas relações sociais e políticas, faz história e se alimenta neste fazer, neste fazer-fazendo, e fazer-dizendo*”, em constante transformação. Precisamente o processo dos atos, nas relações educativas, não isoladas das demais relações sociais em sua concretude histórica, busca responder às questões:

quem somos, nas condições dos limites das próprias vidas, precisamente nas condições dadas, hoje, pela vida e não por uma vida qualquer ou de um ser humano qualquer. Humildade, rigor, alegria, ser por inteiro ou na inteireza do ser, que se sabe inacabado, que não se omite, com delicadeza e com sabedoria, compõe a sustentação para experiencição no processo histórico que erra e se recria numa incessante busca. (MACHADO, 2010, p. 24)

Segundo Gohn:

Existe uma densa e intensa rede de comunicações intra membros, militantes com militantes. São produzidos textos, boletins, artigos etc. No Brasil, uma significativa parte desses militantes – denominados ativistas – tem chegado aos cursos de pós-graduação e, mais recentemente, ocupam posições como professores e pesquisadores nas universidades, especialmente as novas, criadas nessa década na área de ciências humanas. Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes/ativistas/pesquisadores. Muitas delas são parte das histórias que eles próprios vivenciaram. (2011, p. 338)

Como educadora concordo com a reflexão disparadora sobre a experiencição, que leva a realizar dois movimentos analíticos e metódicos: o primeiro de compreender a experiencição das relações entre o Estado, a sociedade civil organizada e as políticas de EP, através do estudo da Recid, como processo mais complexo em que estive presente. O segundo, destacar os elementos contraditórios nessas relações e a forma como organizam a superação dessas contradições que potencializam as ações voltadas para a construção cidadã de sujeitos sociais protagonistas, que interpelam a realidade social.

Estes movimentos encaminham a questão de pesquisa: **Existem contradições na relação entre Educação Popular, o Estado-Nação, e a Recid?** Dela decorrem os **objetivos** do estudo conforme expressos na página 47. A prática como educadora esteve interpelada por pressupostos ou afirmações políticas e pedagógicas de conteúdo que também são fundantes da pesquisa sobre a Recid:

a) A questão da educação como pressuposto fundamental para um agir cidadão e para o protagonismo de um sujeito socialmente consciente da realidade nas dimensões econômica, social, política e cultural, em que está inserido.

b) A necessidade da construção de um projeto pedagógico que seja democrático, acessível e resultado da participação plural dos sujeitos sociais, traz a horizontalidade para a discussão, à medida que ela se faz princípio da Recid, desde seu nascimento.

c) A emergência no plano social de uma rede, que tem nas ruas e nas manifestações uma pedagogia de defesa dos movimentos sociais, das lutas populares, e busca junto à base organizada, as transformações pertinentes à classe trabalhadora.

d) A participação ativa nas políticas públicas, na construção de propostas que venham ao encontro do caráter pedagógico, social e político da EP para a transformação da realidade, a partir da práxis dos sujeitos sociais, nesse processo.

Tais pressupostos levam a indagar: porque a organização em rede, enquanto conceito na contemporaneidade, é fundamental? Potencializa a ação do sujeito social? Os caminhos desta Dissertação se desenvolvem a partir da análise documental produzida pela Recid, dialogando com os documentos oficiais da Secretaria de Direitos Humanos e do Gabinete da Presidência (Convênio), do Ministério da Educação (ME) sobre a EP e a revisão da literatura acadêmica acerca desta temática. Entrevistas semiestruturadas complementam os dados coletados. São analisados estes materiais com base em três categorias: O eixo pedagógico, o Organizacional e o político da Recid, que compõe sua forma de trabalho.

A busca pelo conhecimento mais aprofundado das questões da Rede de Educação Cidadã, se depara com os princípios, as diretrizes, o Projeto Político Pedagógico desafiador por propor um Projeto Popular para o Brasil. Ainda, as práxis pedagógicas em EP, a permanência de mais de 13 anos, além de seu trabalho na defesa das classes populares, reafirma a relação com a sociedade.

“1. 2 Promover e fortalecer o estudo histórico, político, sociocultural e econômico da formação do povo brasileiro, considerando os municípios, estados, Distrito Federal e Brasil e a história de lutas de outros povos, a partir da classe trabalhadora, dos pensadores críticos nacionais e do conhecimento específico de cada região, com todos os envolvidos na Rede de Educação Cidadã, nos núcleos e grupos, educadores e educandos, das equipes, em todos níveis, com as quais trabalhamos”. (RECID, PPP, 2007)

A análise dos textos escritos pela Recid, confrontados os escritos por autores reconhecidos da área da educação, se propõe a dialogar com a questão da EP, como concepção e não somente como metodologia. Aproxima a Recid, da forma diferenciada de fazer a *educação do popular* (PALUDO, 2006) em composição – enfrentamento com políticas públicas e ou com o governo, segundo momentos diferentes ou temáticas diversamente enfocadas. Segundo Freire, *Nós não podemos ficar a aguardar que se efetue a mudança total das estruturas, mas devemos*

trabalhar utilizando o sistema existente até criar uma nova filosofia de educação, que prepara uma tal mudança (FREIRE, 1974, p. 68).

Partindo do pressuposto de organização popular e emancipação social de que falava Freire (1974) até o recriar-se da EP, a amorosidade que Freire sempre demonstrou pelas pessoas, passando pelo papel do Estado na atenção às demandas sociais, surge a necessidade de conhecer mais do processo de combinação das diferentes entidades da sociedade civil, dos movimentos sociais, e do governo para a elaboração, manutenção e gestão da Recid.

Preservar seu caráter crítico e plural, originário dos Movimentos Sociais Populares, parece ser um princípio incontestável que a Rede assume quando registra em seu Projeto Político Pedagógico - PPP o princípio 8º, o “Processo de Educação Popular como Prática para a Liberdade” e no princípio 9º, “Compromisso com a Emancipação Popular” (RECID - PPP 2007).

A releitura das realidades diversas e suas inter-relações, no campo da EP, por meio da Recid, não pretende fazer historiografia, mas tem origem na vivência das atividades e na aproximação dos conceitos que são fundamentais na educação seja ela Popular ou não. Saber se há protagonismo, crítica, reciprocidade, cultura e se o educador tem por horizonte a possibilidade de construir novas práticas educativas.

Ao não fazer o mero relato sobre o trabalho prático desenvolvido pelos educadores da Recid, ênfase no texto o que a Rede tem de mais característico: o caráter popular e a pluralidade de ideias e visões presentes no mesmo cenário em diversos ângulos. Nesse sentido, ao analisar o conjunto de conceitos que se evidenciam na questão da EP proposta e desenvolvida pela Recid, indago aos entrevistados: o que é a Recid, qual a sua história pessoal na Recid, e qual o papel individual que é assumido na Rede.

Existem outras pesquisas desenvolvidas sobre a Recid, ou sobre educação popular que falam também sobre a Recid. Mariana Pasqual Marques, pesquisa em 2008, sobre a *Construção do campo da educação popular no Brasil: história e repertórios*, pela PUC São Paulo, pesquisou a construção do campo da educação popular desde a década de 1960 até a RECID.

Suzana Coutinho no ano de 2012, problematiza as possibilidades da educação popular analisando a organização em rede, organicidade e metodologia da Recid, apresentada na dissertação *Rede de Educação Cidadã: os desafios da educação popular organizada em rede*, pela UNISAL em São Paulo.

Betânia Cordeiro na dissertação *Educação popular e estado: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000*, em 2015, pela UFRGS faz uma contribuição para o estado da arte sobre as produções acadêmicas brasileiras relacionadas a Educação Popular e o Estado, discussão em que cita a Recid embora seja a nível de teses de doutorado.

Esta dissertação a que me propus pode ser considerada com um caráter diferenciado, uma vez que aborda as questões políticas que envolvem a Recid especificamente. É um olhar crítico e político sobre as ações pedagógicas e organizativas da Rede com a intenção de problematizar as contradições e superações ou não destas no interior e exterior da Recid.

A análise dos eixos: pedagógico, político e organizacional da Recid, através da voz daqueles que operacionalizam a proposta educativa da rede, e na experiência e no cotidiano de um projeto pedagógico revela as experiências sociais distintas e significativas que apontam para a construção do novo em educação.

Porém não basta ao pesquisador, sanar suas inquietações, senão, contribuir para o conjunto das comunidades que se utilizam do trabalho da Recid para sua organização, de forma a responder com elementos teóricos, à necessidade de aprofundar a análise da caminhada.

As sistematizações são estudadas para relacionar às ações da Recid, para quem e como são desenvolvidas as tarefas, quais os sujeitos que participam do processo, e a partir de seus diálogos com os pensadores do campo da educação e com o materialismo dialético, produzem uma reflexão acerca das contradições, dos desafios e das possibilidades para os processos futuros de construção de políticas públicas em EP desenvolvidas de acordo com o Marco de Referência em E. P.

Todos esses elementos reafirmam a necessidade de ressignificar e situar que projeto é este. Das indagações iniciais sobre a Recid afirmo, no diálogo com os entrevistados, e com os dados da rede informatizada, construindo a caracterização da Recid.

1. A quem interessa o Projeto da Recid?
2. De onde vem e para onde vai?
3. Quem são os sujeitos sociais que fazem parte do processo de criação?
4. Como foi seu desenvolvimento?
5. Que cenário antecede sua criação?
6. Porque ser uma política de governo ou uma política pública?
7. Enquanto espaço educativo, a EP possibilita a apropriação de conhecimentos vinculados aos saberes das classes sociais?

Este trabalho está organizado em capítulos partindo da compreensão do que é a Recid, fazendo um apanhado histórico, desde o nascimento da Rede de Educação Cidadã em 2003 até o ano de 2014, sucintamente destacando os pontos mais importantes para este estudo. Os achados de pesquisa e os resultados são apresentados ao longo de todos os capítulos, compondo o movimento textual.

O foco nas relações com o Estado-Nação direcionam nosso olhar para a dimensão política da Recid, apresentada no capítulo três, onde encontra-se o

propósito da pesquisa e esta, propriamente dita. Seus impasses, e o desenrolar do processo podem ser apreciados no capítulo 4.

As conclusões foram destacadas em um capítulo a parte, por se tratarem não só da sistematização dos resultados da pesquisa, mas também do processo de elaboração, de escolha do tema, de estudo, enfim do tempo de vivência na UFRGS durante o mestrado.

2. O PROCESSO DE e DA PESQUISA

Cada vez mais a organização ou formalização técnica de pensar a educação através do dispositivo escola encontra as suas limitações. O problema se desenha nas contradições existentes entre propostas pedagógicas que estão planejadas de forma hierarquizada, vertical e o descompasso com a realidade das classes populares. Segundo Ribeiro (2003), a educação formal contribui para a disseminação e manutenção da ideologia da classe dominante, através da padronização cultural, firmada na cultura burguesa, na não valorização das diferentes culturas, ao passo que os filhos das classes populares, para obterem sucesso escolar, precisam renunciar ao seu histórico de vida e classe, adotando o padrão da escola (o padrão de cultura burguesa) como seu.

[...] grande parcela dos filhos das classes populares abandona a escola porque suas famílias não conseguem suportar as exigências de ordem econômica, social e cultural que a escola impõe, assim como não têm condições de resistir ao confronto natural entre aquilo que carrega como expressão das condições de vida na família, no bairro, e aquilo que a professora insiste em impor como programa ideal, via procedimentos pedagógicos que ela considera necessário para que a aprendizagem aconteça. (RIBEIRO, 2003:158, 159)

Nesse contexto de limitações do modelo formal de escolas e de ensino, temos a grande carência de uma educação que trabalhe as questões transversais, críticas e posicionamento voltado à base da população. Nesse cenário temos uma educação mercantilizada e voltada para a defesa e construção do sistema capitalista, num formato que não contribui para a igualdade dos direitos nem para a justiça social, tornando ainda maior a disparidade entre as classes sociais no Brasil.

Nele aparecem as crescentes necessidades de programas sociais voltados à distribuição de renda no país. Surge com o Governo Lula o Programa Fome Zero, que trouxe consigo a Recid, com a proposta de EP trazendo a educação para a

cidadania na retomada das discussões sobre os rumos do Brasil nas camadas populares.

Mas, como educação ou proposta de educação não se dá de forma abstrata para uma sociedade, a Recid enquanto rede que articula educadores sociais também tem, na sua forma de atuar, contradições que ao serem analisadas, contribuem com seus objetivos para que, enquanto organização sejam alcançados.

Tomamos como contradição, o conceito utilizado pela dialética marxista que afirma que a lei da unidade e luta dos contrários, é a lei da contradição, base fundante do materialismo dialético.

Segundo Triviños (1987) *“a categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva”*. Nesse sentido a lei de unidade e luta dos contrários, a Lei da Contradição, demonstra que entre os contrários há luta nas suas formações materiais. É, portanto no campo material que se dá a luta e unidade dos contrários, que ora estão se eliminando. Ora estão unidos e dessa união em um estágio diferente de onde se encontravam anteriormente, agora formam uma unidade em um outro patamar qualitativo. Não obstante, podem entrar em luta novamente, pois em seus campos materiais, pode haver novas contradições, dessa nova luta, nova unidade em outro nível novamente, assim, cada unidade originária da luta dos contrários sempre estará adiante da qualidade original que apresentava anteriormente.

Diferentemente da *categoria* contradição, que define e expressa diferentes tipos de contradições no interior da própria *Lei da contradição*. É a categoria contradição que define os tipos e o papel de cada uma delas na formação material. Pode defini-las em: interiores, exteriores, essenciais, não essenciais, fundamentais, não fundamentais, principais e acessórias. Portanto é na categoria contradição que se encontra a origem do movimento e do desenvolvimento. Para Triviños (1987) *“Desde o ponto de vista formal, as leis da dialética; como as de qualquer outra ciência, se expressam através de juízos; entretanto, as categorias constituem um tipo de conceito”*.

2. 1 Método

O início de uma pesquisa é o fato, ou o conjunto de fatos que nos dispomos a conhecer. Para Marx, conhecer, é negar a aparência, a empiria, parte da aparência mas vai além dela. O conhecimento teórico é uma expressão do empírico, do real. Parte da aparência, mas como esta não revela a essência, precisamos da ciência pra desvelá-la. A descrição, a sistematização, a empiria, são importantes, mas não constituem todo o conhecimento. Para a elaboração teórica é indispensável o conhecimento minucioso dos elementos empíricos.

A elaboração teórica é necessária e pode partir dos fatos empíricos e pode negá-los. Nesse sentido, a aparência adquire um caráter de sinal, marco, indicador, de processo e/ou processos, facticidade. Enquanto a empiria é a expressão táctica dos processos, onde Ser, é processo, movimento. A esses processos cabe a razão de identificá-los por meio da faculdade da abstração.

É pelo movimento da abstração intelectual que se torna possível abandonar o nível do abstrato, elevando-se ao concreto pensado. Os processos estão conectados a outros processos, que devem ser analisados pela abstração. Eles se manifestam empiricamente e têm sinais fáticos, e o pesquisador retorna à forma empírica de onde partiu.

A teoria nada produz, ela reproduz o movimento do objeto factual, porém, leva ao pensamento por outra forma que não vista anteriormente, porque mostra o que não é evidente ao olhar.

Sobre a “dualidade” vista pelos pesquisadores, entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa, Marx afirma que a pesquisa quantitativa é importante, pois ela pode ser ponto de partida para a pesquisa qualitativa e vice versa.

Segundo José Paulo Netto (2002), a pesquisa de Marx na escrita de O capital, se deu como um circuito, onde partindo do fato social, ele buscou a teoria,

depois, voltou ao fato social, com uma ótica investigativa com dois aspectos para analisar:

- 1) A dimensão sincrônica – na perspectiva do agora – que vem a ser um corte vertical, no fenômeno, na estrutura (como se estivéssemos projetando nos eixos “X” e “Y”, ou tempo e espaço, do plano cartesiano). Onde o desenvolvimento acompanha o desenrolar histórico, faz um resgate histórico do fato estudado.
- 2) A dimensão diacrônica – na perspectiva de espaço – o corte horizontal. Onde aparecem as fontes documentais.

Porém, conhecer a origem de um processo não significa que o conhecemos atualmente, pois, existem condições diferentes que mudam o sentido do fato profundamente. É necessário estudar a historicidade e ainda a sua atualidade como totalidade e como expressão de contradições para conhecer a realidade. Em suma, a pesquisa feita por Marx, atua no plano sincrônico e diacrônico.

Para Netto (2002) o conceito de conhecimento teórico baseia-se na *“caça e pesquisa das determinações que constituem o que se expressa como fenômeno”*, enquanto que as determinações *“são os traços constitutivos sinalizados pela existência do ser social. Expressam a forma de ser destes ser”*.

Nesse sentido, *“o real é diferente da empiria, que é um nível constitutivo do real”*, ou seja, uma superfície do real e os condicionantes, são os traços do que constitui o real. *“A consciência teórica os apreende como categorias”*. Mas as categorias teóricas de Marx, são representações ideais de um traço efetivo do real, não são criações.

São categorias Ontológicas, que, extraídas do objeto, expressam modos e formas de ser da própria realidade, pois, *“tudo o que se passa no pensamento tem sua correspondência real, exceto: mentira intencional, mente alucinada, doente, alienada, todo o texto expressa a realidade, mesmo o texto ideológico”* (NETTO,

2002). Portanto, é necessário que se tenha um “arsenal categorial”, um “estoque crítico”.

Nesse sentido, a concepção da realidade – realidade sócio histórica – tem um caráter dinâmico, processual, constituído do mundo social, onde a essência, não é mais, apenas um elemento, mas ela é determinada pelas contradições e pelos antagonismos, “necessariamente gestados nas instâncias constitutivas dessa realidade histórico social”. Não podemos afirmar que as contradições são conflitos, oposições, ou diferenças, elas são exatamente contradições, ou seja: a natureza e suas mediações, mas não só isso.

É necessário apreender qual a natureza dessa realidade que constitui sempre uma totalidade. “Que para Marx é um conjunto de complexidades, onde a menor unidade constitutiva é uma extrema complexidade”. Para Netto, “essa complexidade é um complexo de complexos constituídos não de elementos simples, mas, menos complexos”. (2002)

Então, trazendo para o campo social, a sociedade é o sistema de relações que vincula os indivíduos, onde, para Marx, a menor unidade da sociedade é o indivíduo, e somente existem indivíduos em sociedade. Ele é extremamente complexo, e está inserido na família que tem uma complexidade própria e ao mesmo tempo tem outra configuração de complexidade, a das estruturas sociais onde estão inseridos, como as classes sociais, que por sua vez, com as complexidades próprias que lhes cabem, estão inseridas na sociedade nacional, e a nacional, na internacional, que está na global, compondo assim a complexidade das estruturas e das objetivações.

A sociedade é, ao mesmo tempo, uma totalidade e um complexo de totalidades. Nesse contexto o conhecimento busca os condicionantes dessas complexidades, então, é necessário pesquisar cada complexo de totalidades.

Importante ressaltar que a complexidade das instâncias da sociedade não são um caos, são um sistema de relações, articuladas na realidade. Portanto torna-

se necessário “*identificar a totalidade que ontologicamente constitui o momento de determinação onde vivem as relações de subordinação e coordenação*”.

É a pesquisa que verificará sistematicamente como se articulam as complexidades da sociedade sob análise de suas particularidades que são totalidades de naturezas específicas. É a descoberta destas que darão condições de se fazer o corte da sociedade a fim de descobrir as contradições e antagonismos.

Diante das afirmações marxianas, temos a Recid como totalidade complexa em si. Tem relações complexas com as totalidades complexas da sociedade, do Estado e dos sujeitos que envolve em suas ações em sua historicidade. Nos aspectos: social, político e econômico, bem como de produção do conhecimento prático, sua ferramenta é a EP, que, enquanto instrumento, tem na sua complexidade, a dinâmica que ela possibilita entre as relações dos sujeitos da rede.

Com base nas categorias descritas em Marx, destacamos o que chamamos de categorias da Recid. Para Marx existem três tipos de categorias: as Ontológicas, que pertencem a ordem do ser, aquilo que ele é essencialmente. A categoria Reflexiva, é a que possibilita a abstração da ontológica, onde, na práxis se reflete sobre a própria práxis e a categoria histórica que é a capacidade de resgatar historicamente o desenvolvimento do objeto.

Examinando-as:

- a) Atribuímos às categorias **Ontológicas**, a dimensão **política da Recid devido ao seu caráter de Rede, de articuladora social, e política** das relações dos movimentos sociais com o Estado a partir do governo do Presidente Lula. No cenário nacional durante os períodos analisados nas sistematizações temos claramente a presença da Recid como articuladora do diversos segmentos sociais, e o Estado em formato de Rede.
- b) À capacidade de reflexão das ações desenvolvidas na Recid, que se encontra na Gestão compartilhada, atribuímos à categoria **Reflexiva**. A ação-reflexã-ção

inclusive da sua centralidade pedagógica não somente no ato das formações, mas no cotidiano da gestão. Ou seja: o **Eixo organizacional**, onde se pensa a Recid de forma coletiva, sobre as questões políticas, pedagógicas e da própria Gestão.

- c) À categoria **histórica** atribuímos a capacidade de resgatar historicamente a concepção de educação de que a Recid se referencia. A EP como o meio pelo qual os movimentos sociais articulam da classe trabalhadora. Ou seja: A **dimensão Pedagógica** da Recid, que tem a sua centralidade na EP, como ferramenta que historicamente contribui para o desenvolvimento das relações e reflexões na totalidade da Recid.
- d) As políticas de EP. Perpassam uma ou mais de uma categoria, a elas, atribuímos às categorias **transitórias**. Existem alguns problemas/contradições que estão inseridos em mais de uma categoria, e outros que aparecem e somem, existe transitoriedade em ambos os casos. Tanto internamente quando passam de um eixo para outro ou estão em mais de um simultaneamente, e nos que aparecem e somem mas que na verdade, transitam, ora por fora e ora por dentro da Recid.

Embora estes não sejam descritos nas sistematizações de forma muito significativa achei por bem colocá-los dessa forma de modo a facilitar o entendimento do leitor.

2. 2 Caminhos Percorridos

A pesquisa que me propus a realizar, entra no universo das relações entre Estado e Sociedade e pinça as contradições existentes na proposta, no processo, no desenvolvimento, enfim, nos espaços de construção da Recid enquanto projeto que converge em sua existência, às duas esferas em relação.

Inicialmente foi um processo carregado de opções, devido à riqueza de temáticas que envolvem o universo da Recid.

Para uma educadora que fez parte do processo da Recid, desde voluntária à contratada, penso que seja bem complexo escolher apenas um recorte para desenvolver a análise. Porém como é necessário este procedimento, destaquei a dimensão política da Recid por conter as contradições que considero mais relevantes, para este estudo, aquelas que estão de acordo com as questões de fundo citadas anteriormente. Questões que podem definir a existência ou não da Recid no cenário Nacional, pelo menos na forma em que se encontra organizada no período da pesquisa que compreende de 2003 à 2014.

Apoiada nas afirmações de Thompson (1981), para dialogar com o processo de pesquisa, desenvolvido a partir da experiência como importante fator de contribuição, afirmo que a investigação histórica como processo, acarreta contradições, mediação e organização da vida social, política, econômica e intelectual. E, a teoria não pertence somente a esfera da teoria, já que toda noção ou conceito surge de engajamentos práticos, como parte do processo histórico que a compõe.

Como afirmado pela Professora Conceição Paludo em parecer “no materialismo dialético aparência e essência são partes constitutivas do fenômeno. Sendo assim, o movimento teórico, entre aparência e essência é permanente”.

Assim, uma questão de diálogo entre uma tese, que em relação com suas antíteses, resulta uma síntese, forma a dialética do conhecimento histórico. Thompson (1981) afirma que: “[...]categorias históricas são categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo, ao escrutínio dos fatos que no momento mesmo da interrogação modificam sua forma[...] ou seu significado”(pág. 56).

Para Thompson, o real e o pensamento estão misturados ao ser, para ele, o pensamento e o ser ocupam o mesmo espaço, nós mesmos. “O diálogo entre a consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo”(pág. 27).

Na lógica histórica, os fenômenos estão sempre em movimento, em manifestações contraditórias dentro de contextos particulares, dessa forma, como o objeto de análise se modifica, modificam-se também as questões adequadas.

Na pesquisa sobre a Recid, a busca pelas manifestações contraditórias dentro do cenário da Rede, não surge com caráter de oposição, ou contrariedade, mas de movimento mesmo, que pela sua pluralidade, gestão coletiva, horizontalidade, e existem várias contradições no sentido de relação entre os movimentos internos e externos da própria Rede.

O objeto do conhecimento histórico é a história real, o objeto real continua unitário. A história humana não é um conjunto de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano e que se relaciona com o processo histórico que são as práticas organizadas racionalmente.

A luta de classes foi, pelos estruturalistas, reduzida a uma categoria estática, quando para Thompson ela surge da experiência em movimento produzido por homens e mulheres, como processo condicionado estruturalmente mas vivido em cada situação particular, materializada em cada experiência.

Para Thompson, a lógica comum do processo, são evidências de formações sociais sistemáticas, já que formações capitalistas sociais e econômicas, assim como demais categorias, são uma derivação do suceder histórico no tempo, e não observações de fatos isolados em série, mas de conjuntos de fatos com regularidades próprias da repetição de certos acontecimentos em diferentes contextos.

Por fim afirma que a totalidade não é uma verdade teórica acabada e não é um modelo fictício, mas um conhecimento em desenvolvimento.

É seguindo as movimentações nas práxis da Recid que podemos encontrar algumas respostas para as perguntas mais desafiadoras. Suas possíveis contradições podem estar ligadas a sua origem, a sua estrutura de rede, a suas

temáticas, às suas propostas ou à sua prática. Se a Recid passa por um processo de ação-reflexão-ação, tornando sua prática em práxis, se este processo é coletivo, qual a visão dos educadores com relação às contradições encontradas na Recid?

A metodologia de estudo de caso, juntamente a pesquisa qualitativa, feita a partir do documento de sistematização da Recid - no último período de 2010 a 2014 - com entrevista semiestruturada dos seus educadores contratados e voluntários, sendo dois de cada uma das cinco regiões brasileiras encontra algumas respostas sobre questões que não estão, nem somente em documentos, nem somente nas falas dos sujeitos. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como modelo que consta no Apêndice A.

As sistematizações das ações da Recid nesse período, somadas a sistematização realizada ao final de 2014, totalizam três documentos.

A entrevista semiestruturada será composta de algumas questões-chave com respostas de múltipla escolha, outra parte de questionamentos com respostas discursivas tal como consta em Apêndice B.

Além destas fontes, também fará parte da pesquisa a observação de algumas atividades realizadas nas bases sociais da Rede. Nessa observação, será pontuada a relação firmada entre educadores/educandos e entre educandos/comunidade, para se ter ideia de que tipo de relações são construídas nas bases sociais e no trabalho da Rede, bem como o efeito das atividades da Recid no desenvolvimento das comunidades e/ou seus integrantes.

A metodologia se dá através da técnica de triangulação de dados coletados a partir das entrevistas semiestruturadas, materiais impressos da rede e da legislação vigente, como: as sistematizações e demais documentos, e observações de atividades desenvolvidas e os referenciais teóricos que embasam a pesquisa.

Analisar teoricamente a produção escrita a respeito da Recid, em relação ao processo de sistematização das atividades, enquanto Rede, o faço amparada pela

leitura de pensadores do campo da EP, e do materialismo dialético, pode ser uma grande contribuição para a reflexão da Recid acerca de seus desafios e suas perspectivas diante do das ações planejadas e ações executadas nacionalmente, suas contradições a forma como vem construindo a superação dessas. As entrevistas com os educandos, educadores, coordenações e governo, poderão contribuir para a compreensão de algumas questões referentes às contradições existentes no cenário nacional da Recid.

As respostas são analisadas em seus conteúdos, pois assim os sujeitos apresentam suas ideologias, a partir do lugar onde vivem, expressando a materialidade e o simbolismo nas suas falas.

Nas entrevistas são abordadas questões pertinentes às propostas da Recid, às práxis dos educadores, à visão das comunidades com relação ao trabalho da Recid e sua contribuição no desenvolvimento local, também sobre as contribuições da Recid no campo de elaboração e acesso das comunidades às políticas públicas, e de que forma se dão esses processos.

A base orientadora das questões será o Projeto Político Pedagógico da Recid de 2006, que direciona o trabalho e os objetivos da Recid, o PPP do triênio 2011/2014, que contempla a construção do PNEP como documentos coadjuvantes, porém o principal documento serão as sistematizações, por compreender o processo de desenvolvimento da Recid como histórico, sendo necessária a análise desta caminhada desde 2003 a 2014. A Rede desenvolve várias atividades de formação em EP e Direitos Humanos, Direitos Sociais, Organização popular, Economia Solidária, Juventude, entre outros temas.

Foi necessário comparecer às atividades da Recid para a coleta de falas dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento das ações. Muitos/as educadores/as fazem parte dela desde o seu início, e muitos outros trarão sua visão somente atual pois ingressaram há pouco tempo. A presença durante as atividades, também gerou um material de observação e notas, para apreciação juntamente às demais informações coletadas.

Segundo Triviños (1987) “ A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”. Sendo, portanto, impossível que um fenômeno social, tenha uma existência isolada, ele possui raízes históricas, significados culturais e ligações com a macrorealidade social que devem ser considerados e estudados. Esta complexidade não torna o estudo qualitativo algo fácil. Porém tentamos desenvolver a pesquisa com os diversos dados coletados e os referenciais teóricos rumo a essa técnica.

Ao estudarmos sujeitos determinados, devemos nos orientar para atentar em primeiro lugar aos

[...] processos e Produtos centrados no sujeito; logo em seguida, aos “elementos produzidos pelo meio do sujeito e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade” e por último, os processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro organismo social, no qual está inserido [...] (TRIVIÑOS, 1987, p. 38).

Assim sendo, no aspecto que citado primeiramente, temos os produtos e processos elaborados pelo/a pesquisador/a. Neste caso temos os seguintes materiais coletados:

- 13 Entrevistas com educadores, e demais integrantes da Recid;
- Observações de:
 - Um Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Recid
 - Uma oficina de formação
 - Uma oficina de produção de artesanatos
 - Gestão compartilhada – Prestação de contas, relatórios de oficinas.
- Memória de experiências da Recid de 2006 a 2010.

No segundo “*ângulo de enfoque*”, temos os elementos que foram produzidos pelo meio, ou seja, os Documentos Internos à Recid:

- Projeto Político Pedagógico
- Caderno de gestão compartilhada
- Plano Político Pedagógico e organizativo da Recid para o triênio 2012 – 2014
- Demais documentos produzidos pela Recid:
- Três sistematizações:
 - Vamos Lá Fazer o Que Será (2007);
 - Pé Dentro, Pé fora, Na ciranda da Educação Popular (2010) ;
 - Olhares sobre a experiência da Recid (2014);
- Documentos legais:
 - Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas
 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- Dados estatísticos
 - IBGE
 - Quadro síntese das ações da Recid no período 2013/2014
- Fotografias
 - Fotos de atividades;
 - Fotos impressas contidas nos documentos da Recid;
 - Vídeos de atividade e de eventos onde a Recid participou;

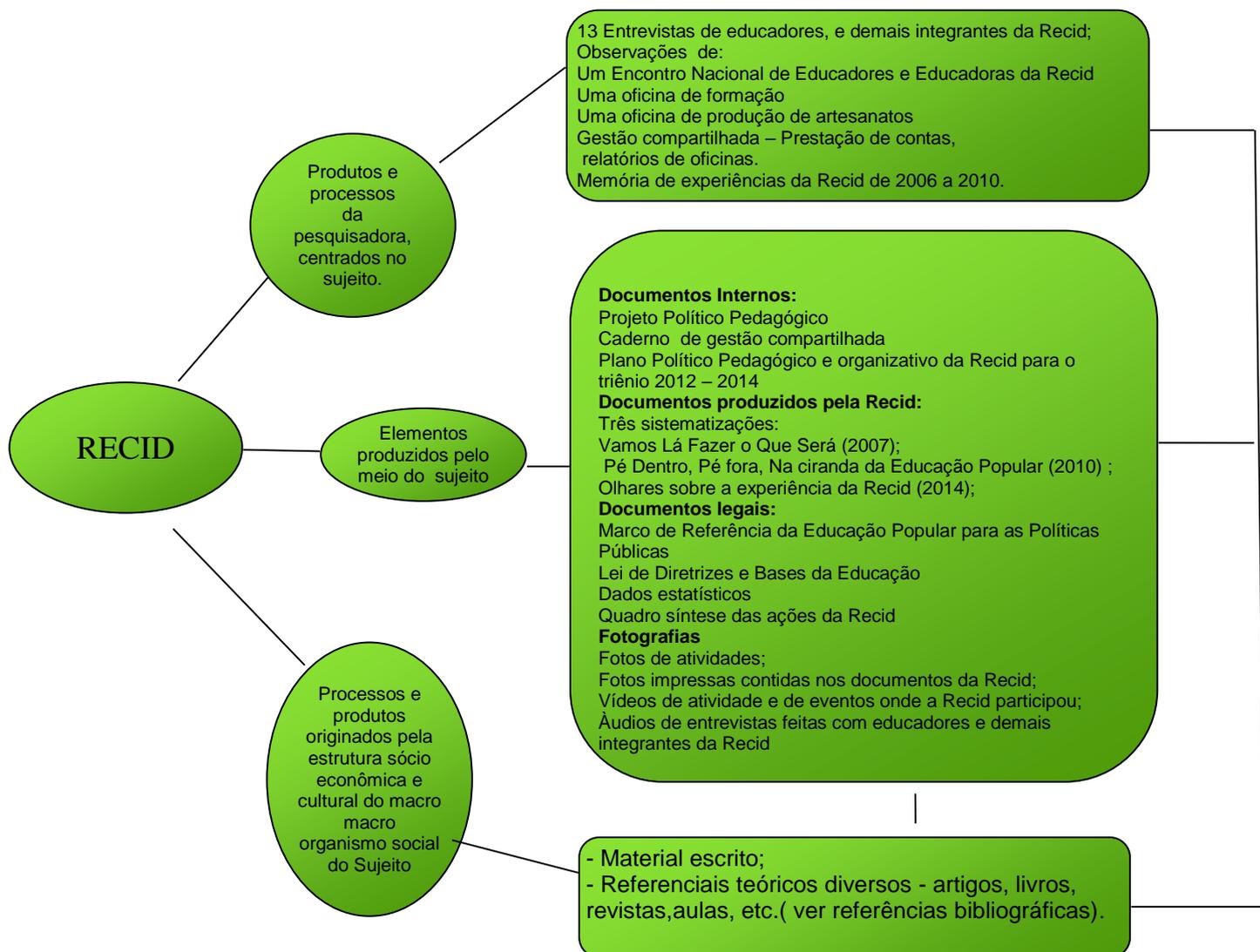
- Áudios de entrevistas feitas com educadores e demais integrantes da Recid.

Na terceira perspectiva de análise temos:

As produções que expressam os processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito. Para esta contribuição contamos com:

- Material escrito;
- Memória ou diários ;
- Referenciais teóricos diversos - artigos, livros, revistas, aulas, etc. (ver referências bibliográficas).

Figura 01. Técnica de Triangulação de dados³.



O Próximo passo é a análise dos dados coletados. Frisando que esta análise não tem início quando se finda toda a coleta, apenas. Mas vai acontecendo paralelamente, já que em algumas situações, foi necessário refazer as entrevistas com outros sujeitos, ou refazer a entrevista com outras questões, ou busca de outros materiais escritos, ou conversas com sujeitos, para sanarem dúvidas que apareciam

3 Esta figura foi baseada no diagrama de triangulação de Triviños (1987).

no decorrer do processo de análise. Para melhor visualizar o processo, observaremos o diagrama constante na Figura 1, acima.

No decorrer da pesquisa, algumas perguntas surgiram e foram um horizonte para o processo de análise dos materiais, destaco as mais significativas e que tiveram maior influência no desenvolvimentos dos textos desta pesquisa.

- Qualquer governo poderia criar a RECID?
- Que elementos foram determinantes para a criação da RECID? (cenário)
- Porque a forma de Gestão foi definida como Gestão Compartilhada?
- De onde surgiu a Gestão Compartilhada? Quem Pensou?
- Quais as contribuições da Gestão Compartilhada para o andamento do processo da RECID desde 2003 até 2014?
- Quais os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para desenvolver a Gestão Compartilhada?
- Quem faz parte da Gestão Compartilhada?
- Como atuam os sujeitos da Gestão da Recid?
- Quais as dificuldades enfrentadas pela GC ao longo do período de desenvolvimento da Recid?
- Como foram sanadas essas dificuldades?
- Os diálogos com o Governo na execução das metas da Recid foram amistosos ou sofreram tensões? Se, sim, de que ordem?
- Quais os aprendizados da Recid sobre a Gestão Compartilhada como processo educativo na e com a Base?

- A Recid ao cumprir suas metas contratuais, cumpriu também suas metas políticas? Se sim, de que forma? De não, Porque?

Algumas dessas perguntas voltaram para alguns sujeitos da pesquisa, outras foram esmiuçadas com auxílio dos materiais coletados. Da triangulação extraímos um quadro síntese a ser analisado.

Todos os temas foram confrontados entre si e extraído o que foi mais significativo conforme os objetivos da pesquisa e que constam do quadro a seguir.

Os dados que constam do **Quadro síntese das Sistematizações, Apêndices C** foram considerados na pesquisa, embora não literalmente citados no texto, por corresponderem com outros documentos e entrevistas.

Figura 02. Síntese das Sistematizações da Recid, segundo Dimensões Pedagógicas, Organizativa e Política.

Dimensões	Sistematizações	Entrevistas	Documentos da Recid	Observações e diários
Dimensão Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> > Vícios metodológicos nas práticas dos educadores >Contradições entre teoria e prática que não avançam nos pressupostos político metodológicos do PPP. 	<ul style="list-style-type: none"> >Diversidade temática dificulta identidade da Rede >Apesar da injustiça social e do preconceito, existem avanços com relação à identidade cultural de comunidades /sujeitos específicos. >o que o público da Recid tem de não comum é a diversidade, são vários sujeitos, não um sujeito. > EP tendo como fator principal o aprofundamento dos conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> > PPP – Princípios 9, 10 e 11. > Plano Político Pedagógico e organizativo da Recid para o triênio 2012 – 2014 > Vamos Lá Fazer o Que Será (2007); > Pé Dentro, Pé fora, Na ciranda da EP (2010) ; > Olhares sobre a experiência da Recid (2014); > Fotos Vídeos e áudios; 	<ul style="list-style-type: none"> >Observações de duas oficinas > Memória do período de atuação na Recid, 2006-2010. >Diários de observações e/ou de atividades desenvolvidas
Dimensão Organizativa	<ul style="list-style-type: none"> > A Recid nasce de forma vertical; >Ter um Pé Dentro e um Pé Fora do governo; >Formato dos convênios dificultam articulações com parceiros; > Assumiu-se compromisso com a horizontalidade e a alternância nos espaços (estado, região, CN e TN), porém há hierarquização; >Não há diálogo na 	<ul style="list-style-type: none"> >Dificuldades com o formato do convênio >Burocratização do processo que fica descompassado do processo pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> > Caderno de gestão compartilhada > Vamos Lá Fazer o Que Será (2007); > Pé Dentro, Pé fora, Na ciranda da EP (2010) ; > Olhares sobre a experiência da Recid (2014); > Fotos Vídeos e áudios 	<ul style="list-style-type: none"> >Observações de duas oficinas > Memória do período de atuação na Recid, 2006-2010. >Diários de observações e/ou de atividades desenvolvidas

	<p>escolha da entidade âncora estadual em alguns estados;</p> <p>> O grupo afirmou-se como Rede, mas na prática ainda reproduz relações de pirâmide. . . Centralização do Poder, da ação, da decisão e informação</p> <p>> Processo de seleção de educadores nem sempre acontece coletivamente.</p>			
Dimensão Política	<p>> Modo de fazer o convênio afasta a essência das utopias;</p> <p>>Limites com o Governo, Falta de enfrentamento do neoliberalismo (gov.)</p> <p>>Dependência financeira do Estado;</p> <p>>Não consegue superar formas de exploração mesmo no trabalho com Economia Solidária;</p> <p>>A construção do poder popular X a lógica de Estado, modelo de democracia e controle social das políticas públicas.</p>	<p>> A E. P se operacionaliza a partir do Estado, mesmo assim, sensação de que E. P. não se faz de dentro do Estado, mas de fora para dentro.</p> <p>>Não há espaço para o termo “Popular” dentro do Governo, acaba por promover mesmo a cidadania.</p> <p>> Está fora da Educação formal porque dentro dela não há espaço político, é muito fechada;</p> <p>>A definição do público é que são trabalhadores, pertencem a segmentos subalternos;</p> <p>>Vivemos a contradição de trabalhar na base, mas com recursos do governo;</p> <p>> desafio de destruir a sociedade de classes</p>	<p>> Marco de Referência da EP para as Políticas Públicas</p> <p>> Lei de Diretrizes e Bases da Educação</p> <p>> Dados estatísticos</p> <p>> Vamos Lá Fazer o Que Será (2007);</p> <p>> Pé Dentro, Pé fora, Na ciranda da EP (2010) ;</p> <p>> Olhares sobre a experiência da Recid (2014);</p> <p>> Fotos Vídeos e áudios;</p>	<p>>Observações de duas oficinas</p> <p>> Memória do período de atuação na Recid, 2006-2010.</p> <p>>Diários de observações e/ou de atividades desenvolvidas</p>

		<p>e não apenas inverter a pirâmide;</p> <p>> Vinculação da Recid com governo é vista de forma crítica, mas não seria possível de outra forma e nem em outro governo;</p> <p>> A Recid está no governo mas não é partidarizada, não há discriminação ao educador de outro partido de esquerda.</p> <p>> A Rede apesar de ter potencial, é limitada pelos parceiros do governo que promovem a invisibilidade do processo, quando deveria ser modelo de educação;</p> <p>>O Estado deveria ser o regulador e mediador do equilíbrio entre as classes, mas ele é contraditório, vivemos muito próximos de instâncias que promovem o Pró uni p. ex. Ao mesmo tempo que a E. P. Onde há uma disparidade de valores aplicados a cada um.</p> <p>> Coletivos enquanto classe trabalhadora,</p> <p>> Processos que busquem uma autonomia em relação ao paternalismo do Estado e a busca da construção do projeto popular para o Brasil.</p>		
--	--	---	--	--

2. 3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Na Recid como já foi falado anteriormente, os educadores desenvolvem funções-chave, pois além de educadores, são os componentes da equipe pedagógica estadual (em cada estado), gestores juntamente à entidade âncora estadual, além de responsáveis pelas oficinas. Desta forma, considero de maior relevância as entrevistas com os educadores. Como em todo o país, em 2014, eram cerca de 500 educadores contratados, é evidente que fizemos uma amostragem dos educadores.

Ainda que os escolhidos fossem um de cada estado, seria muito grande a quantidade de entrevistados, já que a ideia é entrevistar também os educadores voluntários, pois possivelmente possuam uma visão um pouco diferente da Recid. A solução encontrada foi desenvolver a pesquisa com um educador contratado e um voluntário por região, ficando assim: Dois educadores de cada uma das regiões brasileiras - Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste E Norte.

Quanto às entidades a serem pesquisadas, apesar de considerar importante, a entrevista da entidade âncora nacional e uma entidade estadual de cada uma das cinco regiões brasileiras, não foi possível. Assim, foram entrevistados indistintamente os gestores do convênio da Recid, ou os gestores da entidade.

Os representantes do Talher Nacional - equipe representante do governo na Recid entrevistados foram: um pelo Talher Nacional e um responsável pelo convênio ou representante direto do governo.

O total de entrevistados foram: 11 educadores, 2 representantes do governo, somando 13 entrevistados.

É importante considerar que quando são citados os educadores voluntários, estes representam as comunidades que estão sendo atendidas pelo projeto. Dessa forma, a voz das comunidades se faz presente através dos líderes comunitários que

atuam voluntariamente nas atividades e que possuem a visão de fora da Rede e de dentro dos locais atendidos, para compor a pesquisa com a voz não só de dentro, mas também de quem não está na Recid integralmente, pois atuam como educadores contratados.

Também foi utilizada a análise documental das três sistematizações desenvolvidas pela Recid nos anos de 2007, 2010 e 2014, documentos como o PPP de 2006, o Caderno de Gestão Compartilhada, o Plano Político Pedagógico e organizativo para o triênio 2012/2014 e as Cartas pedagógicas, além das bibliografias de referência.

Para a primeira etapa foram desenvolvidas quatro perguntas base, para os entrevistados (Questionário Base – Apêndice B), que após analisadas, foram consideradas insuficientes para sanar algumas dúvidas e /ou auxiliar determinadas compreensões.

Após o processamento das respostas, conclui que seria necessário uma nova rodada de perguntas para alguns sujeitos dentro do processo em algum momento do período estudado, para uma compreensão mais aprofundada.

Decorre daí um novo processo de entrevistas agora com um questionário maior, com 10 perguntas e mais elaborado (Questionário Complementar – Apêndice B) que foram lançadas a outros três sujeitos de diferentes esferas e tempos da Recid, o que permitiu apurar a compreensão dos processos da Recid.

Para além desses questionários, foram consideradas também conversas com sujeitos da Recid que poderiam sanar algumas dúvidas e/ou complementar o estudo em processo.

Pelas entrevistas foi possível analisar a partir de seus discursos, como veem as questões da Rede a partir do lugar que nela ocupam nessa rede, suas contribuições e as contribuições que a própria Recid oportuniza a seus aprendizados.

Os questionários encontram-se nos apêndices e o resultado de suas análises estão nos quadros de entrevistas na sequencia dos questionários.

As análises foram feitas sobre algumas questões que embora estejam implícitas, descrevo a seguir:

- 1) Como se revelam esses limites e possibilidades a partir dos textos produzidos pela Recid?
- 2) Em que sentido as falas dos sujeitos envolvidos, revelam a compreensão da organização, dos avanços e dos limites da Rede dentro de suas práticas?
- 3) Como os sujeitos vêem a EP no cenário institucional?
- 4) O que levou a Recid a discutir e promover a EP como uma política pública? e quais as implicações do desenvolvimento dessa política para a EP?

Para tal estudo, foi utilizado Análise de Conteúdo por ser uma proposta que busca a compreensão do conteúdo do discurso, muito mais que sua forma, possibilitando-nos a compreensão da língua e ideologia no processo da fala.

Para Pêcheux (2011), não há discurso sem sujeito e nem tampouco sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e assim que a língua faz sentido.

Partindo desse pressuposto e sem a pretensão de tentar desvelar o oculto, mas interpretando o simbólico da expressão verbal, dos entrevistados, foi elaborado este questionário no sentido de possibilitar a expressão das representações simbólicas de educadores, gestores e demais integrantes da Recid.

Com relação ao corte temporal em se apresenta a pesquisa, foi pensado o período total da existência da Recid, a partir de sua formação, suas origens, mas contando com os documentos referentes às sistematizações que existiram na Recid, que são três.

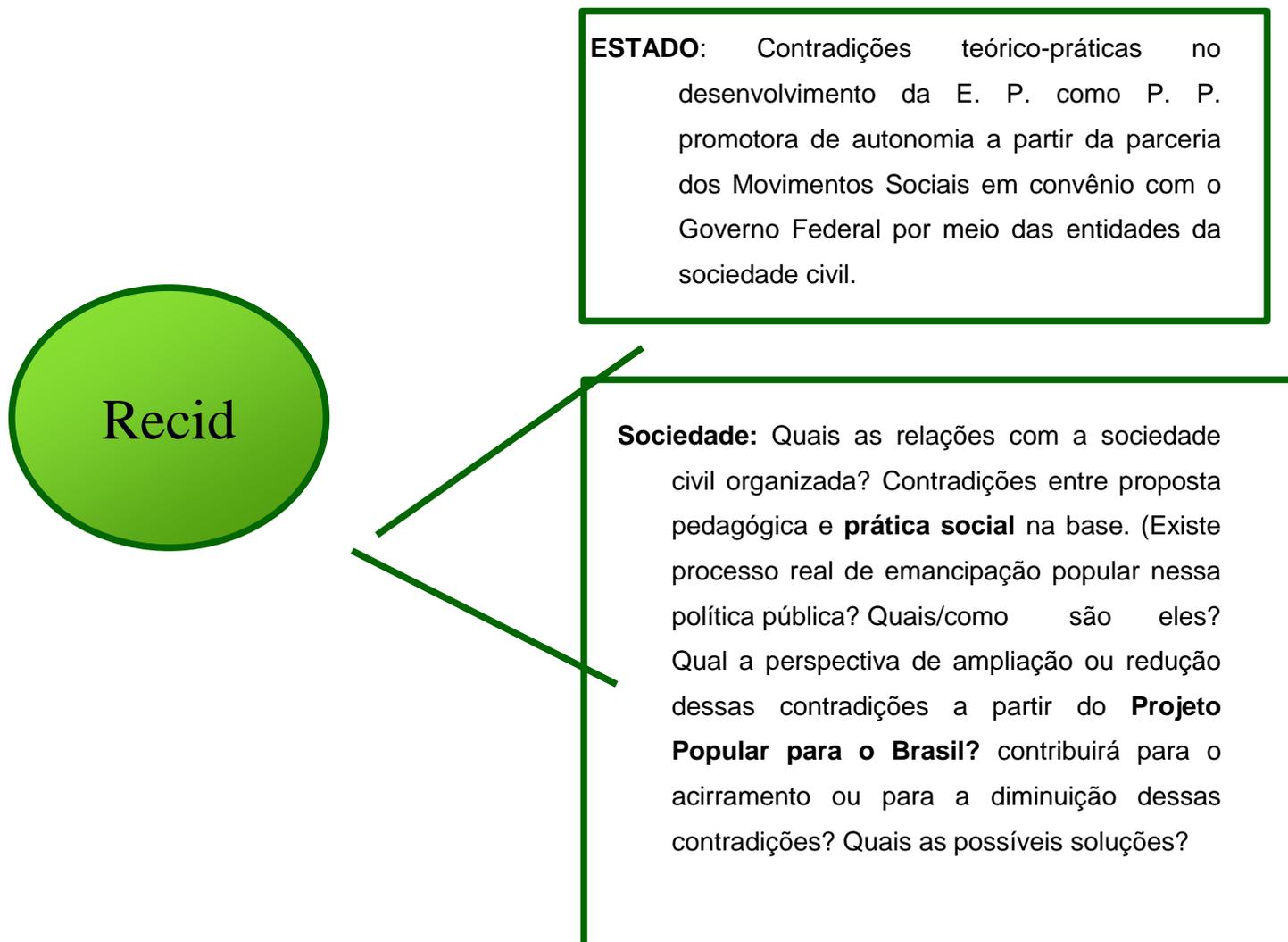
A Recid é uma rede nacionalmente constituída e com diferenças regionais muito grandes, dessa forma, não será possível fazer uma análise com qualidade, se fossem analisadas apenas uma região ou um estado, sendo necessário analisá-la como um todo, sem fragmentá-la. Por conta dessa característica foi necessário se fazer uma pesquisa com as três sistematizações, ou seja, envolvendo o período total de existência da Rede. Inicialmente pensamos que, apesar de ter alguma diferença, entre os convênios, é possível se obter boa qualidade de pesquisa fazendo a análise da última sistematização apenas, que se refere ao período de 2011 a 2014. Porém não há como estudar apenas parte da RECID e apenas parte do seu período histórico, quando os objetivos propostos tal como expresso a seguir. Por esse motivo, é necessário retomar a ideia inicial de estudar as três sistematizações juntamente com os demais materiais coletados.

2. 4 Questões de fundo da pesquisa

Os movimentos sociais ligados à educação em rede, lutam pela construção do poder popular para o Brasil, tendo como instrumento a EP. a proposta de institucionalização desta, acontece a partir do governo à medida que é viabilizada através de convênios entre entidades da sociedade civil e o Governo Federal. Diante deste contexto, surge uma indagação: essa relação entre movimentos sociais e Estado é uma relação contraditória?

Seria o Governo um mediador entre os interesses históricos da classe dominante defendidos pelo Estado e a sociedade civil através de organizações não governamentais incluindo os movimentos sociais defensores da classe popular?

Figura 03 – AS RELAÇÕES DA RECID



Fonte: GARIM, Eliane C.R. **Rede De Educação Cidadã – Recid: Correlações De Forças Entre Educação Popular e a Política Pública.** Porto Alegre. UFRGS, 2016. Dissertação de Mestrado .

A outra relação importante existente, é com a base social onde acontecem as ações da Recid.

Para compreender as relações do Estado com a Recid e da mesma com a base, necessitamos sanar algumas indagações pertinentes ao processo de emancipação e autonomia dos sujeitos da base. Eles envolvem-se na rede, na construção de alternativa real para que contribuam efetivamente na organização do poder popular citado nos documentos da Recid como horizonte possível a partir das práxis da EP. Entender como é o processo de desenvolvimento das práticas educativas na Recid, com relação à autonomia dos sujeitos envolvidos diretamente com a base, mesmo que não seja o cerne desta pesquisa, tampouco é mera especulação sobre a possibilidade da EP como Política Pública.

Por esta ótica, fica a indagação: o Plano Nacional de Educação Popular – PNEP – poderá vir a ser mais um instrumento a proporcionar a construção da autonomia das classes populares, ou uma regulação do Estado ao processo de emancipação social dos sujeitos da Recid na perspectiva de interferência no cenário político brasileiro?

Há na Recid uma relação com o PNEP, que passa pelo processo de construção coletiva do Plano, com a participação de todos os sujeitos envolvidos na Recid, desde a base até o governo, da sociedade política passando pela sociedade civil. Já que é um documento aberto à sociedade através das redes sociais e Internet cabe falarmos brevemente sobre este tema, a fim de obter uma noção sobre qual a importância das práticas de EP (oficinas e outras atividades da Recid) nos processos de desenvolvimento e acesso às Políticas Públicas, na e para a emancipação dos sujeitos da base e na construção do Plano Nacional de EP.

É necessário esclarecer que as questões problemas, podem ser objeto de análise da Recid, vão desde a discussão das contradições entre Estado e as práticas de emancipação social da Rede como possibilidades realmente emancipatórias.

Assim problematiza o entrevistado “G” desta pesquisa: “Como operacionalizar [a Recid] de dentro do Estado, sendo ele historicamente contrário à emancipação popular?”

Essa é a **questão chave**, o **problema central e de fundo** de toda a pesquisa.

Como as questões não são isoladas, mas se entrelaçam à medida que fazem parte de um processo, que sobretudo afirma ser coletivo, acredito ser fundamental a busca das respostas daquilo que vem da base dos educadores.

Objetivo Geral

Compreender as contradições existentes entre Estado e Sociedade na implementação e desenvolvimento da Recid como uma Rede de articulação política e social e as formas encontradas para sua superação.

Objetivos Específicos:

- Conhecer a proposta política da Rede de Educação Cidadã por meio da educação popular a partir das suas contradições.
- Localizar e analisar os conceitos-chave da proposta de educação da Rede – Recid naqueles aspectos que garantem a sustentabilidade da Rede, junto das entidades parceiras. (projeto popular para o Brasil, organização popular).

A expectativa acerca da contradição central da Recid seria o fato de o Governo, enquanto ocupa o Estado, a partir do financiamento das ações da Recid, vir a ter uma relação de controle e não de emancipação com relação à base social do trabalho da organização em rede.

Com base nas três sistematizações da Recid lançadas nos anos 2007, 2010 e 2014, respectivamente, assim como nos depoimentos de educadores, educadores

gestores, integrantes do Talher Nacional e outros, temos uma visão crítica desse ponto de vista sobre as relações do Estado com a Recid. Podemos afirmar que, se o Estado detém as formas de viabilidade financeira, possui também a capacidade de dar continuidade ou não ao projeto. Dessa forma, compreende-se que existe a possibilidade de controle das ações ou não ações por intermédio do controle financeiro. Também é verdade que a Recid empenha-se em ter condições de “andar com suas próprias pernas” à medida que se organiza em rede, em parcerias com outras entidades, e discute a viabilidade financeira, de diversas formas, como saídas para uma autonomia em relação ao Estado.

Segundo um dos entrevistados:

“ A vinculação entre a Recid e o Governo Federal é vista de forma crítica. Porém, não seria possível desenvolver um processo dessa natureza, se não fosse em conjunto com o governo. O que não seria possível com outros governos.” *Entrevistada “J”*.

Mas não podemos afirmar que apenas com os recursos de outras origens a Recid teria condições de viabilizar suas ações com a mesma intensidade e “capilaridade” que o faz mediante os recursos públicos. Essa é uma das intenções de tornar a EP uma política pública. Outra, a mais forte, seria o direito à educação que têm as pessoas atendidas pela Recid, direito à educação em cidadania, direitos humanos, e que não são, em geral, atendidos na educação formal.

A complexidade e necessidade de aprofundamento no estudo das diferentes esferas de ação da Recid, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e Estado, são as questões que necessitam de estudos mais aprofundados e de dimensões mais amplas, mas que podem ser analisadas posteriormente em outros trabalhos. Este estudo se centra, também, a partir das relações estabelecidas entre educadores e a base social, entre educadores e entidades, além de como é percebida a Recid pelas comunidades que fazem parte do processo de educação cidadã.

Estas, são parte importante na compreensão das relações e da questão de autonomia da Recid frente aos seus financiadores. No caso, seu financiador principal é o Estado, através do governo, já que é uma política de governo em construção de uma política pública, mas também encontra parcerias com entidades da sociedade civil que protagonizam ações de sustentabilidade da Rede nos seus locais de ação, compreendendo Política Pública pelo conjunto de ações de um governo, ou mesmo conjunto de decisões políticas tomadas para o desenvolvimento do plano de governo. Segundo Queiroz *“podemos defini-la como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo”*. (2007, p. 70)

Porém, as contradições da Recid não se referem somente ao Estado ou às entidades, mas a ação dos educadores no trabalho com a base. Segundo a definição da Recid, sua forma de trabalho e suas propostas encontradas nos documentos examinados, além da participação como educadora, ouso lançar mão de algumas indagações acerca do trabalho da Rede de EP para a construção da autonomia dos sujeitos sociais que se encontram na base, ou seja: os beneficiários dos programas sociais, as comunidades de baixa renda, a juventude, os trabalhadores urbanos e rurais, as mulheres, a comunidade LGBT, a economia solidária, os diversos fóruns temáticos de debates, como o Fórum Social Mundial, entre outros. Maria da Glória Gohn tem uma visão crítica da relação entre o Estado e os Movimentos Sociais, ante as políticas públicas. Para Gohn (2011):

[...] teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, destacam-se as elaborações sobre o tema da autonomia, das novas formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas relações sociais não focadas/orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo. Nesta abordagem critica-se veementemente a resignificação das lutas emancipatórias e cidadãs pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos- conclamando para processos participativos mas deixando-os inconclusos, os resultados sendo apropriados por um só lado- que detêm o controle sobre as ações desenvolvidas. São as cidadanias tuteladas, geradas nos processos de modernização conservadora.

Troca-se identidades políticas- construídas e tecidas em longas jornadas de lutas, por políticas de identidades- tecidas em gabinetes burocratizados. (GOHN, 2011, p. 05)

Gohn traz para o debate da autonomia, autores como Christian Adel Mirza (2006), que analisou os movimentos sociais da América Latina sob o olhar das novas formas de dependência construídas com a participação dos Estados Unidos. Assim como as novas relações entre os movimentos sociais e o sistema político vigente.

Para Mirza, a questão da autonomia é um problema-chave. Atribui fragilidade da autonomia dos Movimentos Sociais em relação às estruturas de poder, porque, segundo o autor, o vínculo entre os movimentos sociais e os partidos políticos é histórico e compõe estruturalmente esta relação.

Do ponto de vista metodológico,

“Mirza faz uma importante contribuição ao analisar a relação entre os movimentos sociais e os sistemas políticos. Ele investiga nos movimentos o grau de organicidade, capacidade de proposta, capacidade de mobilizar por meio de suas convocações, discurso político, grau de autonomia e taxa de afiliação (número de militantes/participantes ou adeptos dos movimentos). Essas dimensões são analisadas em perspectiva histórica”. (GOHN, 2011, p. 05)

Segundo ele, a cultura política existente, herança ainda do século XX impossibilita o fortalecimento dos movimentos sociais gerando sua debilidade. Ao concordar com Mirza, Gohn destaca alguns exemplos da herança do populismo “*nas Sociedades de Amigos de Bairros, no Brasil, e o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e suas relações com o PT, na contemporaneidade, assim como os piqueteiros e seus —painelaços na Argentina...*”.

Para Gohn, a cultura política de dependência dos sistemas políticos existentes vem desde o tempo colonial. Touraine já afirmava nos anos de 1980 que “*a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma*” (TOURAINÉ, 1989, apud GOHN, 2011. p. 05).

Nessa conjuntura efervescente da participação dos Movimentos sociais nas Políticas de governo, após 21 anos de ditadura e outros 15 anos de governos conservadores no Brasil, temos a possibilidade de levar as lutas dos movimentos para dentro da estrutura de Estado. Com essa perspectiva de transformação social e de transformação do próprio Estado “por dentro” é que os Movimentos Sociais assumem a EP por dentro de uma política de Estado. E assim, a articulação da Recid nasce com a perspectiva de desenvolver e construir consciência de classe. Não temos como definir a consciência de classe, sem compreender a luta de classes. Pois a luta de classes são objetivações dos seres humanos. Passa pelas diferentes esferas das objetivações humanas.

A consciência de classe é a ideologia histórica pertencente a uma classe social, sua expressão, produzida frente à classe oposta, em um processo histórico de definida pela condição material da classe desenvolvida no advento da luta de classes. As próprias classes sociais não existem sem a luta de classes, pois é da luta travada pelo domínio do processo de produção, que se desenvolve a luta de classes, daí se identificam as classes sociais.

Historicamente os grupos sociais diferentes sempre existiram, mas não necessariamente foram antagônicos. Porém, o advento da produção nos moldes do século XIX, tornou a luta de classes a condição da existência material das próprias classes por meio da apropriação da mais-valia. Compreendemos então, que é a luta de classes que define a sua existência, e a ideologia frente à essa luta é compreendida como a consciência de classe. Como afirma Marx no Manifesto Comunista: “*A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes*” (2008, p. 08).

Nesse contexto das lutas de classes, a Recid conquista seu espaço no governo e na sociedade civil. No entanto, a Recid que é uma articulação de sujeitos sociais que emerge a partir, e principalmente dos movimentos sociais populares e de setores da igreja católica, ligados à Teologia da Libertação, embora hoje adquira um

caráter plural, à medida que se amplia em rede, se articula com entidades sociais de origens diversas e no país inteiro.

2. 6 Comprometer-se com a organização e fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais e populares, dos povos excluídos e comunidades tradicionais, em suas prioridades referentes à educação, religiosidade social e étnica, regularização fundiária, acesso à água e à terra, proteção ao patrimônio genético e ambiental, segurança alimentar e nutricional, buscando contribuir para dar visibilidade às suas organizações no enfrentamento das questões sociais (PPP, 2006).

Segundo Marilena Chauí (1997) a defesa da autonomia, remete a alguns pressupostos:

1) A necessidade de compreender que atualmente, a dominação e a exploração acontecem pela separação radical, em todas as esferas da vida, entre dirigentes e executantes.

2) Repensar a cidadania como criação e afirmação de direitos na perspectiva de ir além da voz e voto apenas.

3) Superar a alienação popular como instrumento potencializador da heteronomia, desenvolvida pela associação da imagem do popular à alienação e atraso.

4) A compreender a participação direta nas decisões e na representação como base da autonomia, que altera a concepção de partido.

5) Perceber as diferentes dimensões da vida social, como descentralizadas, mas que se comunicam entre sí.

Para Chauí (1997) a realização da autonomia se dá no momento em que os próprios sujeitos efetuam a ação enquanto criadores das leis e regras da existência social e política. Para isso é necessária a compreensão da caminhada histórica, do processo, para que possam mudá-lo. Dessa forma, podemos afirmar a autonomia como sendo a própria luta política e não o modo de ser da sociedade política.

Essas questões surgem em reflexões sobre a Recid, no entrelaçamento das questões de fundo da pesquisa. Dessa forma, pode-se dizer que a Recid adquire um caráter revolucionário, à medida que sua proposta é de construir o poder popular no Brasil?

3. O que é a Recid? Um pouco da história.

“A Rede de Educação Cidadã (Recid) é, de alguma maneira, a expressão de um tempo recente do Brasil. [...] Período que marcou a sociedade brasileira com novas possibilidades de movimentação política, social e econômica, em especial dos mais pobres e dos trabalhadores” (PÉ DENTRO, PÉ FORA NA CIRANDA DO PODER POPULAR, 2011, p. 06).

Após um histórico de amadurecimento dos movimentos sociais, nas lutas populares pela abertura democrática, o povo brasileiro elege o Presidente Luís Inácio Lula da Silva que assume o governo do Estado Nacional em 2003.

Dura é a realidade de fome e de miséria instaurada em todo o país decorrente das raízes da história e dos anos vividos mais recentes sob a ditadura militar e mais de quinze anos de governos alinhados com políticas de expropriação do Estado para benefício das empresas de capital internacional. Além da submissão ao FMI por anos a fio, a conjuntura nacional foi de grandes perdas e dificuldades de toda ordem à classe trabalhadora.

Lula após várias candidaturas enfim se elege e é presidente. Sua origem humilde e sua história de lutas sobretudo no campo sindical, o torna a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras que sempre foram desprovidos de seus direitos fundamentais como a alimentação, a habitação, o trabalho, a educação e a saúde. A mortalidade infantil altíssima e a vida sobretudo no nordeste, no sertão, torna-se tema de filmes e de documentários que retratam a lastimável condição sub-humana em que viviam essas populações.

Como programa do seu governo, ancorado nos princípios do Partido dos Trabalhadores, Lula tem no combate à miséria e a fome, o seu carro-chefe. Nasceram então, ações que serão até os dias atuais verdadeiros ícones da conquista de direitos em nosso país.

Uma das várias ações sociais deste governo foi a criação do Setor de Mobilização Social, na época, na Assessoria Especial da Presidência, até maio de 2016, Secretaria Nacional de Articulação Social. Para isso contou com nomes historicamente consolidados no trabalho social, como: Frei Betto e Oded Grajew que foram convidados a criar e compor o gabinete deste Setor.

Frei Betto, educador popular há muitos anos pensou na ideia inicial da criação do Talher/ Rede de Educação Cidadã. Com o Programa Fome Zero saciando a “fome de pão”, a ideia do Talher, era de saciar a “fome de beleza”, referindo-se não a estética no seu sentido comum da palavra, mas da “estética da alma”, o trabalho dos elementos subjetivos do ser humano.

Inicialmente Frei Betto, no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, propôs a formação do COPO – Conselho Operativo do Fome Zero, o PRATO – Programa de Ação Todos pela Fome Zero, o SAL – Agentes de Segurança Alimentar, logo criou o Talher, como nome originário da Rede de Educação Cidadã. Talher porque o programa Fome Zero precisava de ações na sociedade que fossem qualificadas e interligadas, da mesma forma que foram constituídos, os outros órgãos anteriores. Assim, aproveitando a semântica, foi utilizado Talher como o projeto que seria instrumento para saciar a “fome de beleza”, assim como também em espanhol, taller significa oficina, - instrumento principal para o trabalho da Rede de Educação Cidadã. A ação principal que vai interagir com as comunidades de baixa renda no trabalho que se expande agora não apenas aos beneficiários do Bolsa Família, mas a essas comunidades em todo o país.

A perspectiva de trabalhar elementos da noção de cidadania, significa transcender do individualismo e alcançar aos sujeitos e as suas histórias. Desenvolver nos cidadãos suas capacidades de produzir beleza, renda, de criar uma nova sociedade, com valores de solidariedade, não de competição, de justiça social, não de exploração.

Como projeto do programa Fome Zero, o Talher, inicialmente objetivou fazer intervenções formativas em cidadania e direitos humanos para beneficiários do

Programa Bolsa Família. Posteriormente expandiu-se para as comunidades de baixa renda em geral, em parceria com entidades sem fins lucrativos de interesse social.

Os objetivos da Rede, executados pelo Talher, foram os de realizar transformações no campo social através da mobilização e EP, visando

“a cidadania e organização popular, trabalho de base, assegurando a governabilidade não só via congresso e acordos partidários, mas sobretudo pelo que constitui a origem e o fundamento da democracia: o povo organizado, os movimentos sociais.” (VAMOS LÁ FAZER OQUE SERÁ, 2006, p. 9).

Esta ação permitiu que governo e a sociedade civil tivessem uma relação ampliada, reconhecendo a luta e os direitos de sujeitos sociais até então deixados fora dos processos de participação política e social (catadores, quilombolas, jovens trabalhadores rurais, indígenas, mulheres, desempregados e grupos periféricos).

Desde sua criação, a Recid teve ampliações a cada convênio a partir de pressões e diálogos dos movimentos sociais populares com o governo, sendo atendidas em certa medida pelo compromisso do governo com as populações mais pobres e as minorias, firmado desde o programa de governo, aliás, antes, desde o programa do Partido dos Trabalhadores.

“A Rede de Educação Cidadã é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente de grupos vulneráveis econômica e socialmente (indígenas, negros, jovens, LGBT, mulheres, etc.), promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um Projeto Popular, democrático e soberano de Nação” (<http://Recid.redelivre.org.br/quem-somos-2/>).

A cidadania a que me refiro é a cidadania ativa de que trata Chauí (1991), aquela:

“capaz de fazer o salto do interesse ao direito, que é capaz, portanto de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito que se caracteriza pela sua auto posição como sujeito de direitos, que cria esses direitos e no movimento da criação desses direitos exige que eles sejam declarados, cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa, portanto é o da criação dos direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política. A cidadania ativa é aquela que opera para interferir no interior do Estado. (CHAUÍ, 1991, p. 117)⁴.

Chauí também afirma a existência da cidadania passiva, na qual os cidadãos esperam passivamente que o Estado lhes garanta os direitos sociais. Essa ideia é associada a justiça social que deve ser executada pelo Estado, à medida que os cidadãos compreendem sua participação no limite da escolha dos governantes que ocuparão o Estado, esperando dele uma espécie de tutela.

Implantado em todo o país, esse trabalho foi desenvolvido pelo conjunto da sociedade civil, Igrejas, sindicatos de trabalhadores, Movimentos Sociais, Associações de moradores, cooperativas, entre outras entidades comprometidas com as lutas sociais. Os recursos financeiros são oriundos do Governo Federal e a coordenação composta por representantes de cada segmento acima citado, que participa da gestão e das oficinas nas comunidades.

“Respeitando a autonomia do diversificado trabalho de educação popular em todas as regiões do país, é na forma de rede que a educação cidadã e a promoção de direitos vai acontecer. O objetivo desta ação se realiza na medida em que estes grupos – que ainda hoje se encontram à margem dos direitos garantidos pela Constituição Brasileira e por outras declarações e tratados internacionais – tomem consciência da sua realidade e se organizem, coletivamente, para superar todas as situações de negação de seus direitos, rumo à sua autonomia e emancipação” (<http://Recid.redelivre.org.br/quem-somos-2/>).

A Recid, sendo um projeto de dimensão nacional, possui em seu interior uma diversidade de parcerias que contribui para a participação de todos seus sujeitos, assumindo diversas tarefas coletivas.

⁴ Exposição de CHAUÍ sobre: Sociedade - Estado - OAB na XIII Conferência Nacional Da Ordem Dos Advogados Do Brasil – 1991.

“Busca-se por meio de uma Rede, envolvendo diferentes sujeitos nos processos (educadores estaduais, entidades âncoras, Comissão Nacional, Talher Nacional, etc.), fazer, de forma coletiva, horizontal, democrática e transparente, a gestão político, pedagógica e financeira do trabalho para a conquista e afirmação de direitos” (<http://Recid.redelivre.org.br/como-nos-organizamos-2/>).

A Rede de Educação Cidadã utiliza como ferramenta, a gestão compartilhada, feita pelas organizações não governamentais em parceria com os movimentos sociais populares e a metodologia alicerçada na EP.

“Trabalhamos a partir dos princípios da Educação Popular crítico-freireana, com a formação de pessoas, lideranças e entidades em temas como a história e as causas da exclusão econômica e social no Brasil, direitos sociais e humanos, metodologia da educação popular, formas de participação popular, controle social das políticas públicas, comunicação, troca de experiências de conquista de direitos, geração de renda, organização popular, entre outros” (<http://Recid.redelivre.org.br/quem-somos-2/>).

Na rede são desenvolvidas oficinas, rodas de conversa, fóruns de debate, seminários estaduais, regionais, nacionais, organização de grupos de trabalho com mulheres, jovens, trabalhadores desempregados, trabalhadores rurais e uma diversidade de públicos de vários segmentos da sociedade, em todo o território nacional.

Os temas desenvolvidos, em torno dos direitos humanos, cidadania, trabalho, economia solidária, segurança alimentar entre outros, sugerem não somente o acesso às políticas públicas, mas o controle social pelos sujeitos sociais.

3. 1 Cronologia

A seguir estão apresentadas as marcas do processo da Recid em sequência cronológica acompanhada de breve caracterização :

- **2003** – Criação de uma equipe de trabalho de 7 educadores e educadoras populares. Anunciaram a proposta pelo país, não estavam ainda encaixados nas estruturas do Estado – viviam de contribuições de sujeitos sociais e empresas estatais que apoiavam o trabalho. A principal contribuição foi da Cáritas⁵.
- **Julho de 2003** – Primeiro encontro dos nove estados do nordeste em Fortaleza, CE. Estiveram presentes, 90 educadores e educadoras. Ponto de partida para o desafio a que a equipe se propôs de chegar às famílias beneficiárias do Programa Fome Zero no Piauí e no Maranhão, como um projeto piloto.
- **Segundo semestre de 2003** – De 20 a 24 de outubro – Primeiro Encontro Nacional do Talher em Belo Horizonte, MG. Estavam presentes 180 representantes de todos os estados brasileiros, pode-se dizer que foi o marco de consolidação da Rede de Educação Cidadã nacionalmente.
- **Final de 2003** - A equipe de educadores é contratada pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA – como consultores da UNESCO.
- **Maio de 2004** – 3º Encontro Nacional de Formação em Luziânia, GO. Foram elaborados roteiros para orientar o trabalho nos estados, microrregiões e municípios. Elaboração e aprovação da Cartilha Fome Zero – Um mutirão pela Vida.
- **Novembro de 2004** – 4º Encontro Nacional da Recid com o tema: “O Brasil que temos e o Brasil que queremos” - Frei Betto sai do governo em Dezembro e entra Selvino Heck em seu lugar como Assessor Especial do Presidente. A Recid se repensa e conclui que o objetivo não seria apenas criar Talheres pelos estados e municípios, mas fortalecer os movimentos sociais, ou criar

⁵ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Ver em: www.caritas.org.br .

novos. *“A Rede assumiu a defesa de um Projeto Popular para o Brasil, tendo como ferramenta a metodologia de Educação Popular Transformadora”* (Pé dentro, pé fora, na ciranda “Gramsci Estado ampliado EP”, 2010, p. 21).

- **2005/2006** – Redefinição de três linhas de ação:
 - 1) Consolidação e gestação da Rede de Educação Cidadã;
 - 2) Democratização do acesso e controle social das políticas estruturantes de superação da miséria e da fome;
 - 3) Formação de Educadores/as populares e agentes multiplicadores/as.
- **2006** – Organização e consolidação da síntese da primeira etapa da Rede de educação Cidadã.
- **Novembro de 2006** – 7º Encontro Nacional da Recid - “Construindo a Rede, construindo o Brasil”
- **2007** – 8º Encontro Nacional da Recid e aprovação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Recid. Em Dezembro, **Lançamento da 1ª Sistematização da Recid com o título: “Vamos lá fazer o que será”**.
- **2008** - 9º Encontro Nacional com o Diagnóstico das práticas a partir das cartas pedagógicas “à luz” do PPP da Recid.
- **2009** – Participação da Recid no Fórum Social Mundial em Belém do Pará - 1º Encontro Nacional de Formação, com o objetivo de elaborar o 2º Programa Nacional de Formação.
- **2010** – Início da Segunda Sistematização de Experiências – Janeiro: 1ª Ciranda de Educação Popular – Participação na 1ª Conferência Nacional de Educação – Maio e Junho: 2ª Ciranda Nacional de Educação Popular – Dezembro: 3ª Ciranda de Educação Popular e 10º Encontro Nacional da

Recid.

2011 – Publicação da **2ª Sistematização da Recid. *Pé Dentro, Pé Fora, na Ciranda da Educação Popular***; Reunião Nacional Ampliada da Recid; Criação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Social; 4ª Ciranda Nacional de Educação Popular; Reunião ampliada da Recid; Seminário Brasil: Questões e desafios atuais.

- **2012** – 1ª Reunião Ampliada de 2012; Cúpula dos Povos Rio + 20; 11º Encontro Nacional da Recid; 2ª Reunião Ampliada.
- **2013** - 1º Encontro Nacional da Juventude; 1ª Reunião Ampliada de 2013; Início do 2º Ciclo das cirandas.
- **2014** – **Elaboração da 3ª sistematização – Olhares sobre as experiências da Recid.**

Cabe ressaltar que a terceira sistematização, como as anteriores, passou por um processo de elaboração partindo dos materiais da Recid, dos educadores e de todo o processo de construção coletiva. Mais, contou com a contribuição de experiente consultora do PNUD. Elaborado o texto final, foi enviado para apreciação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos para posteriormente ir à publicação, o que não ocorreu até julho de 2016.

Assim, a versão do texto aqui em análise não recebeu resultado desta apreciação até o momento da revisão e entrega desta dissertação. Contudo, tive acesso ao texto enviado, de onde foram retiradas as informações necessárias ao desenvolvimento desta pesquisa. As razões da não publicação até então, não me foram passadas, por mais que as tenha indagado.

3. 2 Os princípios e Diretrizes da Recid

A Recid, partindo da reflexão a respeito das ações desenvolvidas durante os primeiros 3 anos de sua existência definiu 12 princípios orientadores seguidos de suas diretrizes. Estas, podem ser encontradas na íntegra no Projeto Político Pedagógico.

Recid Princípios:

1. Compromisso com o projeto popular de nação;
2. Fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais populares;
3. Humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética);
4. Defesa da biodiversidade e da natureza na perspectiva política e sócio ambiental sustentável;
5. Partir da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade;
6. Compromisso com o processo formativo para todos(as) os(as) envolvidos(as), garantindo a intencionalidade política deste, o exercício de papéis diferentes entre educadores(as) e educandos(as), momentos de planejamento, de estudo aprofundado, de registro, de sistematização e de avaliação;
7. Dialogicidade;
8. Processo de educação popular como prática para a liberdade;
- 9. Compromisso com a emancipação popular;**
- 10. Construção do poder popular, no exercício da transformação das relações de poder;**
- 11. Identidade, horizontalidade e organicidade da rede;**
12. Vivência de uma mística da militância e da mudança. (RECID, PPP,)
(Destaques da Pesquisadora.)

Destaco os três princípios que se sobressaem no diálogo com os documentos aos quais tive acesso, além das entrevistas, na perspectiva de compreender as relações entre Estado / Governo e Sociedade Civil Organizada / Movimentos sociais.

Princípio 9 - *Compromisso com a emancipação popular* - trata da emancipação popular por meio da educação cidadã e do compromisso que a Recid assume com essa proposta.

Princípio 10 - *Construção do poder popular, no exercício da transformação das relações de poder* - que desafia a construção coletiva - feita pelos populares e movimentos sociais organizados - do Poder Popular, ao mesmo tempo em que se desafia antes que qualquer outro, a transformar as relações de poder. Compreende-

se que tanto fora, na sociedade e no Estado, quanto dentro, nas próprias ações da Recid os mecanismos de participação nesta construção são necessários.

Princípio 11 - *Identidade, horizontalidade e organicidade da rede* - que reafirma a questão da identidade do popular na sociedade; enquanto o princípio anterior desafia ao novo nas relações de poder, este, sugere uma nova forma de relações que devem orientar as ações da Recid, para a horizontalidade. Por fim, trata da organicidade da Rede, que dialoga, nesse sentido, com a questão considerada mais contraditória, que são os recursos que dão sustentabilidade física, e material às ações da Recid.

Diante do desafio de fazer política pública de EP em um cenário adverso como o capitalista, ocupando uma estrutura de Estado que não contribui em nada com a justiça social, o governo passa a ser parte desta pesquisa.

Para tanto, nos apoiamos nos conceitos mais próximos do materialismo dialético, na construção dos conhecimentos necessários para a compreensão do processo que envolve a Rede de Educação Cidadã na contemporaneidade. **C**onvergência entre sociedade civil, governo e movimentos populares no Projeto Recid caracteriza esta Rede como algo que inova enquanto processo de educação não escolar / não formal.

Com “Pé dentro e Pé fora”(2010) do governo, como traz a segunda sistematização da Recid, a Rede busca a integração de várias forças que atuam em defesa das classes populares, dos direitos sociais, pela EP e pela emancipação social. E, com a metodologia da EP freireana, a Recid incorpora elementos para seu trabalho, fazendo a formação dos educadores e dos educandos. Assim, como traz a dialogicidade como ferramenta e a horizontalidade como princípio descrito no seu PPP.

“11. 3 Estruturar, fortalecer e garantir a identidade da Rede de Educação Cidadã em um processo de gestão política colegiada, pedagógica e econômica, compartilhada, alternada, horizontal e transparente, evitando

estruturas hierárquicas de poder” (<http://Recid.redelivre.org.br/o-que-defendemos-2/>).

Com base nas afirmações acima, questões, como a gestão compartilhada, os limites da horizontalidade da rede, assim como os processos de formação, elementos que podem ou não vir carregados de contradições, são pesquisadas para a compreensão do todo que compõe a Rede, pois, estas representam perspectivas de criação de novas práticas educativas.

Temos como perspectivas de práticas educativas, as ações e formações voltadas para a Soberania Alimentar, principal tema discutido na Recid no início de sua caminhada, mas que permanece até hoje fortalecida pelas ações da Recid e dos movimentos sociais do campo e da cidade. No que diz respeito à soberania alimentar, temos o incentivo ao plantio de orgânicos, o Programa de Merenda Escolar e o Programa de Aquisição Antecipada (PAA).

A soberania alimentar está associada diretamente à economia solidária, tema que remete à discussão da economia, do trabalho, das relações de produção e consumo. Abrange desde o artesanato até cooperativas de crédito, passando pela produção de alimentos, de vestuário, de habitações, da comunicação, enfim, em todas as esferas da vida, onde torna-se necessária a relação de produção e consumo, seja de bens duráveis, seja dos perecíveis.

Economia Solidária é um tema transversal assim como a questão de empoderamento das mulheres, as questões étnicas e as da cultura. Todos estes temas encontram-se intrínsecos aos trabalhos da Recid. Porém, nesta análise, não serão esmiuçados, devido à diversidade e complexidade dos temas. Eles ficam como sugestão para outros estudos posteriores que possam contemplar com maior profundidade essas questões que, mesmo pertinentes, não teremos como dar conta neste espaço de tempo e de reflexão, até porque não constituem o centro do debate deste trabalho.

3. 3 Correlações de forças

3. 3. 1 A internacionalização das lutas por hegemonia

Ideias não precisam de armas, se elas podem convencer as grandes massas. Fidel Castro

Para Emir Sader, a hegemonia, é um fenômeno muito mais extenso que o predomínio econômico, caracterizada pelo aumento dos níveis e pelo fortalecimento de seus elementos de consenso e os que dizem respeito à dominação. No caso brasileiro, a influência aconteceu a partir do *American Way off Life*, (o estilo americano de vida) que espalhou mundialmente os valores norte-americanos, morais, estéticos, culturais e outros, através dos filmes de Hollywood (SADER, 2005, p. 31). Assim, contou com o poder da mídia para tal.

Sader afirma que "*o surgimento de um polo contra hegemônico alternativo ainda está no horizonte histórico*" (SADER, 2005, p. 31), pois, vivemos dentro da lógica capitalista. Porém, sabemos que é urgente e necessário que criemos alternativa que se ponham em contraposição ao sistema vigente, fazendo a instrumentalização do povo para a construção de uma contra cultura ou contra hegemonia. É urgente ir além do capital, através de uma mudança radical, irreversível e estrutural (SADER, 2005, p. 197).

Alternativa não é fácil de ser construída, em um cenário de quase total domínio ideológico. Porém, tanto Perry Anderson como Emir Sader, concordam que uma das grandes possibilidades de criação de alternativas mundiais, é o Fórum Social Mundial. Nas suas três primeiras edições se levantou contra o Fórum Econômico de Davos, mobilizando milhares de pessoas do mundo inteiro a participar das discussões em torno da criação de estratégias de superação do modelo neoliberal e da hegemonia norte-americana.

1. Mas, infelizmente o FSM parece nos dias atuais, não ter mais tanta força mobilizadora como nos primeiros fóruns. Mesmo assim, é inegável a grande contribuição que apresenta ainda hoje no cenário mundial para o debate das questões sociais, políticas, ambientais e econômicas.

Nesse cenário de ebulição social, surgiram governos em toda a América Latina que se fizeram parceiros de grandes lutas contra hegemônicas, com muitas fragilidades, ainda, mas sinalizando para a resistência ao Imperialismo norte-americano. Em 2016 a América Latina vive o revés. Uma das dificuldades segundo Sader, é "... a *inexistência de estratégia de saída desse modelo e do que seria uma sociedade e um Estado Pós Neoliberais*" (SADER, 2005, p. 33).

No Brasil, com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, metalúrgico e sindicalista, carregando consigo a esperança da classe trabalhadora para a transformação do Estado, tivemos o novo governo, e com ele vieram muitas mudanças sobretudo na área social. Mas, as mudanças estruturais necessárias para o processo de ruptura com o modelo neoliberal ainda hoje não se apresentam. Depois de mais de 13 anos no governo, o Partido dos Trabalhadores, a partir da composição de Frente Ampla, e da Frente Popular, ainda sofre inúmeras dificuldades para colocar seus projetos em prática.

A composição do governo, a mesma que possibilita a governabilidade, inviabiliza a execução de projetos mais ousados. Enfim, uma situação de correlação de forças que por conta do grande poder do capital e de sua expressão pública, a mídia, ainda não puderam ser superadas.

Para Gramsci, correlação de forças compreende a relação existente na sociedade entre as três principais medidas de força sociais: a econômica, a política e as forças militares a serem objeto de análises concretas nacionais e/ou internacionais, não como "*fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade.*" (GRAMSCI, 2002, vol. 03, p. 45)

As iniciativas de vontade das forças sociais se enfrentam ainda nos níveis midiáticos e jurídico-políticos. Existem autores que inclusive classificam o governo brasileiro como neoliberal. É o caso de Paulani (2006) quando afirma que: o Governo mantém-se afinado com a plataforma de valorização financeira internacional defendendo uma política econômica ortodoxa, ainda, políticas sociais compensatórias de renda, e não enfrentamento da questão agrária dos latifúndios. Segundo a autora, isso o caracterizaria como sendo um governo neoliberal.

Existem opiniões controversas quanto ao governo brasileiro, porém o que gostaria de destacar é um elemento diferencial que ocupa lugar na Secretaria Geral da Presidência. Projetos – que compensatórios ou não – atuam diretamente na base social das classes menos favorecidas não de forma assistencialista, mas propondo mudanças.

Como falamos de luta contra um sistema econômico, social e cultural que domina praticamente todo o ocidente, assim como no Brasil fortemente enraizado, temos que falar de sujeitos que fazem parte da sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, entidades sem fins lucrativos, ONG's) e governo, na tentativa de construção de alternativa ao sistema.

Dentre esses sujeitos, podemos citar a Recid, como Rede em que converge segmentos da sociedade civil, movimentos sociais populares e governo em torno do tema dos direitos sociais, direitos humanos, economia solidária e emancipação e organização social.

A Recid compreende que a contraposição ao capital não pode se dar no campo local apenas, mas que deve ter articulações que possibilitem transpor os limites nacionais, alcançando as relações internacionais vigentes.

No contexto internacional, a importância da educação em rede encontra-se fundamentada nas práticas da Recid nos Fóruns Sociais Mundiais, no contato com as redes de educação da América Latina, como o CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe, por exemplo.

Voltando ao Brasil, temos na divulgação pública da Recid que:

Busca-se por meio de uma Rede, envolvendo diferentes sujeitos nos processos (educadores estaduais, entidades âncoras, Comissão Nacional, Talher Nacional, etc), fazer, de forma coletiva, horizontal, democrática e transparente, a gestão político, pedagógica e financeira do trabalho para a conquista e afirmação de direitos.

Esta ação em uma Rede de Educação Cidadã se organiza em cada unidade da federação em coletivos estaduais, compostos pelas forças que a integram. Conta com o apoio de entidades em nível nacional e estadual para fazer um processo de gestão colegiada. Nesse processo, estão envolvidas mais de 550 organizações e entidades da sociedade civil que investem no desenvolvimento da economia solidária, controle social das políticas públicas, organização popular, geração de trabalho e renda, na defesa de todos os direitos conquistados pela população e na construção de um Projeto Popular para o Brasil. In:(<http://Recid.redelivre.org.br/como-nos-organizamos-2/>).

A presença e a contribuição da Recid na organização de atividades internacionais, como os FSM, o Fórum Social das Missões, as Feiras Internacionais de Economia Solidária, entre outros debates internacionais de EP, assim como a presença no CEAAL, tornam a Rede não só nacional, mas internacional.

Atualmente a Recid tem parceria com a CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, também, ampliando a internacionalidade da Rede.

3. 3. 2 Atualidade

*Quando não tiver mais nada
Nem chão, nem escada
Escudo ou espada
O seu coração
Acordará!...*
Nando Reis

A história da educação nos coloca a par dos objetivos da educação no surgimento da escola e a quem se destina o direito de frequentar os bancos escolares. Já no império, apenas a corte podia estudar. (<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat4.pdf>). O contexto social de limites da escola tradicional nos remete a reflexões acerca das práxis emancipadoras na educação.

Até os dias atuais temos a educação escolar com um modelo elitista, que educa com o pensamento das classes dominantes, os projetos pedagógicos definidos para a domesticação e não para a emancipação dos sujeitos. (Freire, 1974). Formam com isso expectadores da vida, por meio de grades curriculares enrijecidas que não se aproximam à realidade sequer dos professores, quanto mais dos educandos, gerando a evasão, o abandono da escola e o descrédito em si mesmo por parte dos educandos, que assumem o fracasso como seu.

Diante dessa realidade surge a emergência de novos desenhos e propostas pedagógicas a partir da noção de rede, como alternativa de educação das populações esquecidas ou banidas do meio escolar, e, mesmo das que ainda **a** frequentam. Mas, nada encontram em suas salas de aula a respeito de educação para a cidadania, para os direitos sociais, para a educação da pluralidade, da solidariedade, da diversidade como valores que deveriam ser inerentes à humanidade, uma vez que correspondem à valorização da vida, em oposição aos valores do pensamento dominante e capitalista que acirra a violência e a morte.

[...] porque estes antagonismos bloqueiam o caminho para a mudança absolutamente necessária sem a qual não pode haver esperança para a própria sobrevivência da humanidade, muito menos para a improvisação das suas condições de existência. (MÉSZÁROS, 2005, p. 2 - sobre a terceira epígrafe de “Educação para além do capital”)

Vivemos dentro da lógica capitalista, porém sabemos que é urgente e necessário que criemos alternativa que se ponham em contraposição ao sistema vigente, fazendo a instrumentalização do povo para a construção de uma contra cultura ou contra hegemonia.

Para a educação ir além do capital, torna-se necessário o conhecimento, a consciência de classe, associado à prática de mobilização social, de luta pelos direitos, isso pode gerar transformações no cenário social e político de uma determinada região (MÉSZÁROS, 2005).

Não se prepara na escola para a emancipação e nela se desenvolve ainda a submissão à autoridade. Egressos sem posição decisiva para a educação emancipatória, tornam necessário que se desenvolvam os pressupostos democráticos em outros espaços. A valorização da competição e da concorrência em uma educação que serve apenas para formar mão de obra para o mercado de trabalho, o consumo e com a valorização do ter sobre o ser, do objeto sobre o humano. Não ocorre na escola a democratização, tampouco na sociedade.

A respeito da educação internacionalizada em rede, e do CEAAL, Alfonso Carrillo afirma:

El Consejo de Educación de Adultos de América Latina (CEAAL ha sido desde la década de los ochenta el principal espacio de debate y construcción discursiva de la EP, a través de la Revista La Piragua, sus redes temáticas y sus encuentros regionales. En su VI Asamblea realizada en Recife (Brasil) en 2004, definió los ejes estratégicos en torno a los cuales organizar su acción entre 2005 y 2008. El primero de ellos se denominó "Contribución del CEAAL y de la EP para la construcción de paradigmas de emancipación" y sintetiza una preocupación del CEAAL, en torno a redefinir los supuestos políticos y epistemológicos del discurso de la Educación Popular de cara a las transformaciones del panorama político y cultural latinoamericano y mundial actual..." (CARRILLO, "Educación Popular Y Paradigmas Emancipadores." BuenasTareas. com. 07, 2012. Consultado el 07, 2012. <http://www.buenastareas.com/ensayos/Educaci%C3%B3n-Popular-y-Paradigmas-Emancipadores/4724539.html>).]

Sendo a Recid uma rede de educação, cabe apontar algumas de suas caracterizações pelas afirmações sobre as Redes de Pesquisa formuladas por Albuquerque (2011, p. 15)

Conjunto de ações [...] resultado da ação de indivíduos ou grupos com uma dada finalidade: a busca pela solução para problemas imediatos e/ou

mediatos a partir do desenvolvimento de laços sociais direcionados não à apresentação ao conhecimento, mas à construção de conhecimentos.

Ainda sobre a rede, temos a transversalidade da Recid que assume várias frentes de lutas sociais a partir da EP, algumas delas são a luta em defesa das mulheres, dos camponeses, dos desempregados, da luta por moradia, dos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas, pescadores, atingidos por barragens, luta antirracismo, anti homofobia, pela economia solidária, entre outros temas pertinentes à emancipação das classes populares.

No contexto atual a Recid encontra-se sem convênio com o Governo Federal desde 2014, quando encerrou suas atividades com elaboração da 3ª sistematização. Ao final do ano, como ano eleitoral, todos os convênios que se encerram, devem aguardar o resultado das eleições para serem refeitos ou não.

São novos contratos, e para o conveniamento depende que o governo tenha mantido suas políticas. No Caso da Recid acredito não terem sido o rompimento de políticas os motivos para a não continuidade do repasse dos recursos, uma vez que o governo foi reeleito, com as propostas de continuidade das políticas sociais.

Os motivos da não renovação dos convênios da Recid, não me foram explicitados, apenas que era por conta de questões técnicas e burocráticas, sem maiores detalhamentos. Logo em seguida se abateu sobre o país um bombardeio político e a ameaça de crise econômica, mas sobretudo a crise política que desencadeou uma série de ameaças às políticas do governo. Nenhum dos projetos levados à Câmara de Deputados e ao Senado Federal conseguiu aprovação.

Desde então estamos enfrentando no país o maior e mais vergonhoso processo de destituição do cargo de Presidente que já tivemos no Brasil onde uma Presidenta eleita democraticamente foi afastada, por não concordar com o emaranhado de corrupção que sempre esteve presente nas instituições do Estado brasileiro.

A ira dos poderosos corruptos com o fato de, pela primeira vez no país, existir autonomia da Polícia Federal, do Ministério Público, e da Corregedoria Geral da União para investigar e punir a corrupção e os corruptores, fez com que a Presidenta da República Dilma Roussef fosse afastada de seu cargo por até 180 dias para apreciação do senado das “provas” (inexistentes) e da defesa para posterior impeachment ou não, que nesse caso, como não há crime, se trata de um GOLPE.

Trago esse trecho que pode ser interpretado como contextualizador, como político, ou como denunciante do processo atual: O GOLPE de ESTADO que estamos sofrendo no Brasil. Não seria possível falar em processo histórico da Recid, processo histórico vivenciado no momento da pesquisa sem falar no que acontece neste momento no país. Não seria possível, nem justo, nem honesto.

E na impossibilidade de calar sobre o assunto o referido GOLPE sem tomar posição, já que Freire(1978) diz que *“Não existe educação neutra, toda neutralidade afirmada é uma opção escondida”*, Então tenho opção revelada pela contrariedade ao Golpe que está sendo executado a partir de Brasília. Porque um/a educador/a sem posição é um papel ao vento, e convicções sempre foram em defesa da classe trabalhadora e do povo oprimido ao qual me coloco como integrante, como educadora que fui, que sou e que sempre serei.

Diante dessa realidade a Recid tem se mantido economicamente com as parceiras que possui localmente, cada grupo. Com a vontade e a garra dos/as educadores/as que neste momento avistam a necessidade de cada vez mais trabalhar com o povo pelo Projeto Popular para o Brasil.

Aconteceram também algumas atividades com o parceiro FREPOP – Fórum de Educação Popular – onde a Comissão Nacional da Recid e demais integrantes participaram dialogando a respeito das estratégias e desafios para o campo popular assim como no Fórum Social Mundial em 2015 em Porto Alegre.

O desafio que a Recid considera pertinente, pelo motivo mesmo de ser um projeto de governo e não uma política pública, ainda é, a sustentabilidade da Rede,

agora, ainda mais necessária a discussão a respeito do tema. Como viabilizar financeiramente e com suporte de materiais e pessoal de apoio a Recid? Os parceiros darão conta de manter as atividades locais com recursos próprios?

São indagações pertinentes e serão discutidas no capítulo seguinte, que aborda: a Dimensão organizacional; a Dimensão Pedagógica e a Dimensão Política da Recid.

4. Achados práticos de pesquisa

4.1 A experiência da Recid

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Paulo Freire)

O trabalho desenvolvido na Recid traz grandes diferenças de outras propostas de trabalho de EP e de onde atuei, assim como o Brasil Alfabetizado, por exemplo. Ainda neste capítulo, trazemos referências teóricas associadas à contextualização do problema. Permanente diálogo teoria e prática.

Na Rede, organizam-se as comunidades em torno de temas de interesse coletivo, fazendo oficinas, debates, rodas de conversa. É uma proposta voltada para a análise crítica da realidade, do levantamento de questões e de ações, mobilizações populares em torno das questões de Soberania Alimentar, Economia Solidária, Habitação, Mulheres, Juventude, entre outros temas. As formações de educadores, propõe espaços de discussão. A coordenação estadual é formada pelos próprios educadores, para a deliberação de tarefas e tomadas de decisões.

Para Thompson, a matéria prima da investigação de qualquer historiador, é a experiência e ela não vem de maneira comportada, no momento em que é chamada, mas é dinâmica e em constante movimento. Assim são os processos a que me proponho estudar na Recid, sua composição, sua caminhada e as possíveis contradições existentes na relação entre os sujeitos da Rede e entre a própria Recid na conjuntura social e política. Tanto que a experiência pode se impor ao historiador, à medida que surge espontaneamente no ser, que é racional, e reflete o que lhe acontece e ao seu mundo.

Também ocorrem mudanças na experiencição que originam a experiência modificada, que exerce pressões sobre a consciência social e propõe novas

questões a serem pesquisadas pelos intelectuais. Assim se expressa o trabalho da Rede, encharcado de pensamento, linguagem e ação.

Essa possibilidade pode habitar os caminhos da Recid, à medida em que sua experiência é periodicamente sistematizada, levada ao debate da comunidade da Rede e delas surgem novas propostas a serem praticadas e estudadas, a partir das demandas da vida real e não das demandas do abstrato, do mero pensamento.

A Recid como articulação que converge uma diversidade de movimentos sociais populares e entidades da sociedade civil de apoio à classe trabalhadora. Possui uma complexidade repleta de complexos e de complexidades em seu interior. Porém, destes, conseguimos perceber uma organização em três dimensões principais, que são: a dimensão Pedagógica, a dimensão organizativa e de gestão e a dimensão política.

Entraremos a seguir em cada uma dessas dimensões pinçando algumas contradições encontradas e destacadas por relevância, segundo critério político, das relações sociais da Rede. Ao serem analisadas à luz do materialismo dialético, explicitam a compreensão de como se dão os processos no interior da Recid e também nas relações externas com o Estado, a sociedade e os sujeitos que a compõe.

4. 2 A Dimensão Pedagógica

O estudo não é medido pelo número de páginas lidas numa noite, pelo número de livros lidos em um semestre. Estudar não é uma ato de consumir ideias, mas em criá-las e recriá-las. (Paulo Freire)

Construída passo a passo, diante de erros e acertos, de debates, encontros, cirandas, oficinas, formações, práticas, e do exercício contínuo da ação-reflexão-ação, foi moldada a forma de trabalhar da Recid.

Desde a sua criação, era sabido o horizonte pedagógico vislumbrado pelos educadores e equipe em geral. A metodologia não seria outra, que não a EP freireana, alicerçada na leitura de mundo, na perspectiva de transformação social, de autonomia e dialogicidade entre os sujeitos.

Enquanto integrante da equipe pedagógica estadual, representando o Estado do Rio Grande do Sul junto de mais quatro educadores, na CONAE 2010, defendemos a EP como uma Política Pública. Este evento debateu o tema da EP, com a proposta de avançar de uma política de governos que se mostram dispostos a promovê-la para passar a ser política de Estado, com todo subsídio necessário para o seu desenvolvimento.

A proposta apresentada pelos educadores da Recid apoiada por outros projetos de EP, pontua que, mesmo amparada pelo Estado, a Política de EP, continue a ser transversal, plural, aberta, com “capilaridade” em todos os locais por mais distantes que sejam e, mantendo sua gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, sobretudo com os movimentos sociais.

Este retorno à memória destas ações, não são apenas percepções, tornaram-se ao longo de várias experiências, um mote de pesquisa, uma motivação para ir além das experiências pessoais e analisar as realidades de espaços educativos com distanciamento e profundidade teórica que permitam compreender a relação da EP

em parceria com o Estado, governo, e com a Recid. Essa experiência nas ações da Recid assim como em outros projetos de EP, é base de onde se originam os questionamentos pesquisados.

Sobre a experiência, Thompson (1981) afirma que para si, ela é válida e efetiva dentro de certos limites, pois o ser pode ter certa experiência de conhecimentos vivenciados, mas pode ter experiências mistificadas a respeito de outros assuntos. Diante desta afirmação, considero fundamental o estudo dos conhecimentos desenvolvidos na Rede, e em que medida os conhecimentos mistificados são traduzidos ou não para experiência de valor real e transformados pelos educandos.

Da caminhada pela EP, nasce o desejo de contribuir para os processos educativos que se dão em espaços não formais. Como educadora popular em ocupações urbanas, centros comunitários, casas dos educandos nas vilas e última turma – e uma das mais marcantes – no Ambulatório Psiquiátrico do Hospital Universitário de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, muitos foram os aprendizados, mais que os ensinamentos. Ou seja, nenhum espaço escolar, mas sim, espaços de aprendizagem, de educação, de diálogo, de povo, de esperança e sobretudo de vida, são os da EP. Mas não uma esperança de espera, estática, parasitária finita em si, mas a esperança de que fala Freire, uma esperança de criação, de recriação, transformação, ação, movimento. A esperança dos educadores de que Paulo Freire fala quando escreve:

"Quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. Por isto, enquanto te espero trabalharei os campos e conversarei com os homens, suarei meu corpo, que o sol queimará; minhas mãos ficarão calejadas; meus pés aprenderão o mistério dos caminhos; meus ouvidos ouvirão mais, meus olhos verão o que antes não viam, enquanto esperarei por ti. Não te esperarei na pura espera porque o meu tempo de espera é um tempo de que fazer" (FREIRE, 2000. p. 06)

A Recid, é um dos projetos, que direcionam-se claramente pelos pressupostos da EP criando e recriando a educação, tal como falava Freire. A educação libertadora, crítica, política, aberta, plural e com enfoque de classe, desenvolvida pelos educadores da Recid, são transgressões da escola conteudista. Esta, pouco acrescenta para o desenvolvimento de sujeitos capazes de transformações reais nas suas vidas.

A EP vai ainda além de uma metodologia, é vista pelos movimentos sociais populares como uma concepção de educação. Algo que vai além da metodologia, da escolarização e compreende o ser humano na sua totalidade, e complexidade, cultural, social e política, bem como um novo fazer, novo ser, uma nova forma de sociedade, de ética (FREIRE, 1974).

A seguir, os conceitos ligados à EP e sua significação para a construção da “Leitura de mundo” dos sujeitos sociais.

4. 2. 1 Porque Educação Popular?

Seria ingênuo esperar que as elites no poder procurassem desenvolver e prosseguir uma forma de educação que ajudaria as pessoas a defrontar os problemas sociais de modo crítico (FREIRE, 1974 pg. 49).

A necessidade e urgência em se desenvolver uma educação que desse conta das questões da vida dos sujeitos, das mazelas e das flores, dos seus sonhos, foi o mote para que a educação popular se fizesse semente.

Por que falamos da educação das classes populares? As lutas sociais do século XX fizeram emergir a EP. Paulo Freire e a metodologia de alfabetização desenvolvido por ele, a partir da realidade dos educandos e do olhar crítico sobre a realidade social.

Trabalhamos a partir dos princípios da Educação Popular crítico-Freireana, com a formação de pessoas, lideranças e entidades em temas como a história e as causas da exclusão econômica e social no Brasil, direitos sociais e humanos, metodologia da educação popular, formas de participação popular, controle social das políticas públicas, comunicação, troca de experiências de conquista de direitos, geração de renda, organização popular, entre outros. (<http://Recid.redelivre.org.br/quem-somos-2/>)

Buscamos em Paulo Freire alguns conceitos básicos para seguir em frente na compreensão do trabalho feito nesta pesquisa. Segundo ele, educador, é alguém que compreende sua tarefa para além da transferência de conhecimento. O educador sabe que não sabe mais nem menos, mas sabe diferente de seu educando, tem o comprometimento com o desenvolvimento integral do indivíduo a quem ele contribui na mediação do conhecimento a ser apreendido pelo educando, mediatizado pelo mundo.

Então, temos a EP, parte da realidade concreta, para o exercício da prática da liberdade dos educandos enquanto sujeitos ativos da sociedade. Nesse processo, o sujeito, inserido no cenário sociopolítico, busca a superação das condições de desumanização que o oprimem. A dialogicidade e o compromisso com a diversidade propõe a construção da emancipação dos sujeitos.

Compreendemos a EP como uma das concepções de educação do povo e não como educação para o povo, ao passo que é uma concepção de educação e um movimento sócio cultural (PALUDO, 2011, p 65).

Numa relação dialética de ressignificação do cotidiano e dos saberes populares, avança para uma metodologia desenvolvida a fim de proporcionar ao educando, não apenas a leitura e escrita, mas como dito antes, a leitura de seu contexto sociopolítico, dando-lhe condições de descobrir-se sujeito de sua própria história.

Quando Freire (1974) fala em “Leitura de mundo”, refere-se ao mundo externo e ao mundo do próprio educando, as coisas que conhece, as que construiu ao longo da vida, seus conceitos, a forma de ver o mundo que o cerca.

Embora Freire tenha desenvolvido uma metodologia para a alfabetização de jovens e adultos a partir dessa ótica e esta seja a mais conhecida e utilizada por educadores de todas as esferas, a EP não se restringe apenas a alfabetização como decodificação de sinais para a leitura e escrita. Mas para essa leitura do mundo contextualizado que possibilita, aos educandos, a partir da compreensão do funcionamento da sociedade a sua volta, o acesso aos instrumentos políticos de transformação de sua realidade.

O acesso das diversas comunidades de baixa renda às políticas públicas, antes desconhecidas e, portanto distantes, ou até mesmo impossíveis (aos olhos das comunidades) são bons exemplos de como a EP pode (e deve) ser desenvolvida na busca da transformação da realidade social das classes populares.

Segundo Freire: educar é um ato político e a educação deve ter sua intencionalidade política a favor dos “esfarrapados do mundo” (FREIRE, 1996, p. 52). Ele teve algumas participações na esfera pública, tanto em Pernambuco, como em São Paulo, sempre buscando a implementação da EP como política pública nos meios escolares e não escolares, atribuindo-lhes, o mesmo valor e importância.

Portanto, não é novo o casamento da EP com o poder público, porém, o que vemos hoje na Recid é uma diferença significativa no que se refere à gestão do projeto que não é somente do órgão financiador, no caso o governo, mas de um conjunto de integrantes – educadores, gestores, entidades e governo – do projeto em todas as esferas. Além disso, observamos a questão da sustentabilidade da Rede que se dá para além dos recursos públicos, através de parcerias com entidades sociais.

Estas e outras questões que fazem parte do estudo, se entrelaçam por meio de sua passagem pelo setor público, onde temos o financiamento por parte do governo, ao mesmo tempo que busca uma política de Estado.

Segundo Paludo (2001, p. 76-86), a educação como prática social, instituída ou não, vincula-se aos processos econômicos, pela articulação das necessidades de reprodução material da existência, sob aspectos de concordância ou não com os modos de organização da sociedade; aos processos políticos, por legitimar ou não o ordenamento social; e aos processos ideológicos e culturais, ao disseminar ou contrapor-se aos valores hegemônicos.

Assim, a concepção de EP e as práticas educativas por ela orientadas mantêm-se na atualidade pela crise societária que penaliza brutalmente, principalmente, as classes populares e pela continuidade histórica da necessidade de estruturação de um outro projeto de sociedade. Isso demarca um diferencial em relação às demais concepções de educação das classes populares. Vincula-se às classes populares, não como uma “educação para os pobres”, mas, à sua luta histórica pela efetivação do direito a uma vida digna e compreende a noção para um atual direcionamento do *projeto de modernidade* e a urgência de sua transformação.

Para Paludo, uma maior renovação no significado de EP, a partir dos anos 90, parece voltar-se mais para sua orientação política do que metodológica, e ter um acento maior na formação técnico política e humana. Ressalta ainda, que um desejo de que esta concepção de *EP* não seja adequada exclusivamente para os espaços não formais de educação, mas sim, na sua capacidade de disputa na rede oficial de ensino.

Entretanto, se admite que sua ressignificação e fecundidade sejam maiores nos espaços não-formais, onde é muito mais liberta das amarras que prendem os espaços formais, e é exercida por indivíduos que possuem por ela uma opção clara, também conta presença de contradições, como tudo na vida.

Para melhor compreender as práticas educativas libertadoras hoje, no Brasil, torna-se necessário um mergulho no histórico da EP e conseqüentemente, na vida de Freire, já que estas histórias não se separam.

4. 2. 2 Bases históricas da Educação Popular no Brasil

A EP sempre esteve ligada às discussões sobre os rumos do Brasil, assim como os processos de educação e escolarização em geral. Segundo Conceição Paludo, ainda na primeira república encontra-se o embrião da EP através de um movimento comprometido com a educação e as lutas das classes populares.

É impossível falarmos nas bases históricas da EP sem falar um pouco da vida de Paulo Freire, pois sua vida e sua obra se mesclam em um único sentido, o da vida. E sua vida cheia de possibilidades que ele sempre viu para as camadas populares, partindo do reconhecer se e aprendendo com os populares.

Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em Recife no dia 19 de setembro de 1921. Formado em direito, nunca exerceu a profissão, trabalhou então, 10 anos no SESI (Serviço Social da Indústria), onde conheceu o autoritarismo das instituições de ensino, foi ali também que considerou uma experiência fundante por considerar

que ali foi o começo da compreensão da linguagem e da aprendizagem dos grupos populares. Foi onde percebeu a importância de se trabalhar a partir da realidade dos educandos. Em 1959 Freire é aprovado em concurso para a Universidade de Recife, com professor de História e Filosofia da Educação.

Nos anos 60 é que finalmente as classes populares têm uma pedagogia voltada para a realidade brasileira e latino-americana, com o intuito de fortalecer as classes populares para serem protagonistas das transformações sociais. Também nos anos 60 que houveram importantes investimentos financeiros públicos na EP, não passando pela educação formal.

E, foi na mesma década que encontramos uma forte disputa pelo modelo pedagógico nacional, haja visto que haviam três propostas em disputa na sociedade. Segundo Fávero (*apud* PALUDO, 200,p. 88) havia a proposta da pedagogia tradicional, a proposta da pedagogia nova e a EP. Ao passo que simultaneamente, estava em consolidação a teoria do capital humano na educação, o que mais tarde, veio a tornar-se a proposta original.

No mesmo período, no Nordeste, as ligas camponesas e no RS o Movimento Master, segundo Paludo (2001), foram organizações populares que articularam diversos sujeitos sociais, como educadores, religiosos, universitários, associações de moradores e sindicatos, em torno da EP de jovens e adultos com a intenção de formação da consciência nacional e de transformações político-sociais.

Nessa época, surgem também os Movimentos de Cultura Popular em Recife, na prefeitura onde atuou Paulo Freire. Em Março de 1961 é criado pela CNBB - Conferência dos Bispos do Brasil, o MEB - Movimento de Educação de Base, A União Nacional dos Estudantes - UNE cria os Centros Populares de Cultura e o surge o Plano Nacional de Alfabetização em 1963. Em Angicos, uma iniciativa da prefeitura lança o ícone da alfabetização popular com o lema “de pés no chão também se aprende”, na concepção freireana de EP, foram alfabetizados mais de 300 trabalhadores rurais em um espaço de tempo muito pequeno.

Em 1960, participou do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), por convite do então prefeito Miguel Arraes. O movimento foi criado para ampliar os trabalhos de educação em grandes áreas pobres da cidade. Foram convocados intelectuais, sindicalistas e o povo em geral no sentido de divulgação da cultura popular. Como relata Vera Barreto (1998) *“O MCP trabalhava com EP das crianças, dos adultos, e trabalhava, também, com teatro popular”*.

“Foi também no MCP que Paulo fez suas primeiras experiências no campo da alfabetização de adultos, que via como um processo mais amplo, chamado de conscientização”. (BARRETO, 1998, p. 29)

Barreto relata que Freire afirmava que as classes dominantes o rotulavam de comunista devido à pedagogia *“desveladora das injustiças; desocultadora da mentira ideológica”*. Praticava uma pedagogia democrática que mostrava aos trabalhadores que eles podiam e deviam escolher os conteúdos a serem trabalhados e que tinham o direito de participar das decisões da educação, além de partir dos anseios e das carências dos populares.

A partir daí Paulo Freire foi convidado por Paulo de Tarso para desenvolver em 1963 o Programa Nacional de Alfabetização para a alfabetização de mais de 5 milhões de pessoas e criação de mais de 20 mil círculos de cultura.

O golpe de 1964 interrompeu o desenvolvimento da EP no governo, mas não extinguiu o movimento de educação que ressurgem em 1970 no trabalho e nas casas das classes populares.

Segundo Barreto(1998), após o Golpe de 1964, com as perseguições políticas e o fim do trabalho de EP iniciado no MCP. Além disso, Paulo Freire ficou preso por 70 dias e considerado “subversivo internacional”. Buscou exílio na Bolívia, depois foi para o Chile, onde teve experiências na alfabetização de adultos e escreveu e

revisou dois de seus livros: “Educação como prática da liberdade” e “Ação cultural para a liberdade”, bem como “Pedagogia do Oprimido”.

Em 1971, em Guné -Bissau, na África teve forte influência sobre o uso do corpo como a expressão do todo do corpo e não apenas como da linguagem.

Em agosto de 1979 Freire volta para o Brasil, além de se tornar professor da Universidade Católica de São Paulo, e da Universidade Estadual de Campinas, também retomou o contato com os grupos populares com o objetivo de contribuir com a desigualdade social. Alguns destes trabalhos foram desenvolvidos em através de Institutos como o IDAC, Instituto da Ação Cultural e logo depois pelo Instituto VEREDA, para assessorar em práticas de EP.

A partir de 1980 a EP torna-se política pública, por conta da reabertura democrática, com o orçamento participativo em Porto Alegre.

Em 1988, Luisa Erundina se elege Prefeita de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores e convidou Paulo Freire para Secretário Municipal de Educação.

Em 1989, em São Paulo, Freire assume a Secretaria Municipal de Educação, também criou o Programa Integrado de EP, vinculado ao gabinete da prefeitura, afirmando que é necessário mudar as práticas do setor público.

“O Projeto Político Pedagógico de Freire apoiou se na construção de uma Escola Pública e Democrática, surgindo daí os quatro objetivos buscados em toda a sua gestão:

- 1- Democratização da Gestão – Fortalecer os colegiados enquanto Fóruns de decisão.
- 2- Democratização do Acesso – Ampliar o atendimento à demanda.
- 3- Nova qualidade de Ensino – Garantir a Permanência do Aluno na Escola.
- 4- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos”. (BARRETO, 1998, p. 47)

Barreto destaca que em 1991 Paulo Freire sai do governo para continuar escrevendo, que era o que sentia como a parte de sua luta que lhe era mais apreciada. Paulo Reglus Neves Freire encerra sua atividade junto de nós no dia 02

de maio de 1997 deixando um legado de amor, vida, educação e escolha pelos “condenados da terra”. Suas principais marcas são o pensamento da prática, pensamento da universalidade, a educação pelo ponto de vista dos oprimidos, pelo corte de classe em que dispõe os processos educacionais. Em 13 de abril de 2012, Paulo Freire é oficialmente lançado como Patrono da Educação Brasileira, pela Lei 12. 612/2012, proposta pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e sancionado pela Presidenta Dilma Roussef.

Pela leitura da EP sob a ótica de Freire, podemos chegar também às afirmações de Antônio Gramsci sobre o papel da educação na sociedade capitalista. Para Gramsci, em hegemonia e luta por hegemonia, duas são as formas de os opressores chegarem e se manterem no poder do Estado: pela coerção e pelo consenso do povo, alimentado pela educação mecanicista e doutrinária da elite. É a essa educação que Freire se refere quando fala de educação que domestica.

A EP propõe o contrário: a libertação das mentes dominadas e subjugadas, relegadas à exploração de toda a sorte, onde descobrem novas possibilidades de ser mais por meio da educação libertadora.

É essa a forma de educação que pauta a Recid, desde seu nascimento, sua Proposta metodológica é clara e definida pela EP crítico freireana. Desde os primeiros documentos da Recid se afirma tal rigor metodológico, porém encontramos nos escritos da Rede, algumas preocupações com práticas pedagógicas antagônicas à proposta apresentada. Assim como consta nos documentos escritos a partir da prática dos educadores:

“Vícios metodológicos arraigados nas práticas dos educadores”. (Recid, 2006 1,)

“Diante dos processos de formação, contradições entre teoria e prática que não avançam nos pressupostos políticos metodológicos do PPP”. (Sistematização Recid, 2)

Por serem afirmações importantes, mas um tanto vagas, fomos em busca do a que se referiam tais afirmações. Encontramos nos próprios documentos da Recid a resposta para tal.

Na sistematização 'Vamos lá fazer o que será'(2007), Antônio Fernando Gouvêa da Silva aponta duas formas encontradas por ele em acompanhamentos de trabalhos na rede, de onde extraímos trecho para construir este texto:

“[...] Estas questões nos remetem a refletir sobre a concepção de educação popular que queremos para esta Rede: Didática, espontaneísta, ou crítica. Didática quando nos vemos como donos de conhecimentos e leituras de mundo que, por serem as “melhores para o povo” devem ser transmitidas no sentido de torná los “conscientes” de seus interesses de classe. Tão autoritária quanto essa, é a visão de educação popular espontaneísta, que, em nome de um pretenso “respeito às diversidades culturais” das famílias, não dialoga com os conflitos intra e extraculturais, assumindo uma postura passiva em relação às contradições sociais e econômicas presentes no status quo comunitário: Valorizar a riqueza cultural de um grupo social não significa adotar uma posição contemplativa em relação às situações de desumanização e de injustiças sociais a que, histórica e ideologicamente, as comunidades foram submetidas e educadas”(VLFOQS⁶, 2007, p. 179).

Para Antônio Fernando Gouvêa da Silva (2007), é necessário que cada momento de mobilização, seja encarado como um processo de formação política, de forma ampla e contextualizada. Dessa maneira o processo de aprendizagem desenvolvido se dará com objetivos mais amplos, de análise da realidade, fazendo um elo entre o local e o macro. Esta forma, possibilita a organização social que prevê o enfrentamento da realidade com um conhecimento ampliado que suporta a superação dos conflitos em uma esfera sócio econômica do sistema vigente.

Como este trabalho se propõe a apresentar uma visão histórica, é imprescindível que a busca se dê em outros materiais de tempos diferentes a fim de sanar a dúvida da superação ou não de tal contradição.

Na sistematização “Pé dentro, pé fora: Na ciranda do poder popular” (2010) encontramos novamente como contradições as seguintes afirmações:

“Diante dos processos de formação (Cirandas, escolas, cursos. . .) há contradições entre teoria e prática que não avançam nos pressupostos políticos metodológicos do PPP”; (RECID, 2010, p. 312)

“A concepção metodológica defendida pelo PPP versus práticas com pouca intencionalidade política, não processuais, sem articular política, comunicação e cultura”. (RECID, 2010, p. 312)

Mais a seguir no texto encontramos a afirmação de que:

“Ainda são desafios desse processo: Garantir a intencionalidade política das ações educacionais, culturais e de comunicação, articular o local e o global, ampliar o debate da educação popular com outros grupos, romper com o corporativismo e potencializar a autogestão, discutir de fato o poder popular com/nas bases e avançar no processo de construção da identidade do/a educador/a a a partir do compromisso político com a classe e os setores oprimidos (desenvolver o sentimento de pertença¹)”. (RECID, 2010, p. 312)

Refletindo sobre essas contradições encontradas em tempos distintos da Recid, ocorre o seguinte questionamento: há resposta para a desconexão entre algumas práticas e os princípios da Recid como os do PPP como o:

“Princípio 8º: Processo de educação popular como prática para a liberdade”
Diretriz 8. 1 Assegurar, nos diversos processos formativos, uma metodologia que faça o movimento de partir do local, relacionando o aos níveis macros de compreensão da realidade, buscando, ao retornar a ele, ações transformadoras, numa perspectiva de compreensão da luta de classe”. (RECID, 2007, p. 22)

Tendo em vista as ações da Recid que vivenciei, parece claro o empenho nos processos formativos que desenvolvem essa visão de micro para macro entre educadores e entre a base.

“Diretriz 8. 2 Garantir e ampliar a reflexão, sistematização e avaliação de práticas educativas populares concretas e promover a formação permanente em educação popular nas quais os educadores(as) e educandos(as) estejam envolvidos(as)”. (RECID, 2007, p. 22)

Também é claro o esforço da Recid em promover espaços de formação permanente aos educadores, como seminários, rodas de conversa, cirandas entre outros. Mas porquê então, mesmo com processos intensos de formação, ainda persistem práticas desconexas com as propostas da Rede?

Partiremos nesta análise dos próprios textos destacados, não pretendendo uma resposta única ou que venha realmente responder uma pergunta de complexidade ímpar, tendo em vista que envolve o conjunto da Rede ao nível nacional, com a diversidade de situações que encontram-se envolvidas, nos mais diversos locais de onde se possa pensar uma rede existente nos 27 estados e no Distrito Federal. Seria muita pretensão, acreditar que uma resposta única e polivalente seria a “solução” para este impasse.

Porém, apoiada em alguns autores, arrisco uma hipótese que parece estar presente nos próprios escritos da Recid: se pegarmos o fragmento do texto da Sistematização *Pé dentro, pé fora, na ciranda do poder popular*, o que consta na página 312, temos: *“avançar no processo de construção da identidade do/a educador/a a a partir do compromisso político com a classe e os setores oprimidos (desenvolver o sentimento de pertença)”*.

Questiono: Qual a identidade da Rede? Qual a identidade do/a educador/a? Existe realmente esse compromisso com a classe e os setores oprimidos? Qual sentimento de pertença, a Recid quer desenvolver? Pertencimento a quê? Desde a experiência na Recid lembro das falas dos/as educadores/as a respeito da identidade da Recid.

Afirmava-se e ainda se afirma que a Recid em sua prática era e é uma Rede que potencializa as ações de movimentos sociais populares e iniciativas de comunidade e/ou grupos que busquem alternativa ao sistema social, político e econômico vigente. Várias eram as discussões sobre: se os educadores em espaços representativos como conselhos, etc..., deveriam se colocar como educadores da Recid ou como integrantes de seus próprios movimentos de origem.

Esta questão pode ser de fundo para a discussão da identidade da Rede. Uma vez que como identidade se compreende:

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (Brandão, 1990, p. 37).

Não vou aqui neste ponto me estender muito, por não esse o foco deste trabalho, apenas uma breve análise do eixo pedagógico onde destaquei os pontos considerados como contradições relevantes pelo próprio conjunto de educadores que desenvolveram os documentos da Recid analisados aqui.

Laurenti (2000) afirma que a identidade não é inata e nem estática, mas deve ser entendida como uma forma social e histórica da individualidade que adquire sua forma, pelo contexto social onde está inserida. Podemos dizer então que a identidade é a singularidade do ser humano construída na relação com os outros seres, no meio social onde se encontra.

Segundo Laurenti (2000), Marx (1978b) em “Para a Crítica da Economia Política” se opõe à ideia de natureza humana, e compreende os *“indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”* (p. 103).

Dessa forma, compreende o ser humano a partir de uma concepção histórica, significa reconhecer o quanto os seres humanos estão ligados entre si na complexidade do conjunto de relações que os envolvem.

“Por isso, a afirmação de Marx (1978b, p. 104) ‘O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade’.

É a partir da totalidade da realidade social - um princípio fundamental para captar o movimento do homem no mundo – que se fala de produção humana. Esta deve-se situá-la como “[...] *apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada sociedade*” (Marx, 1978b, p. 106). Uma totalidade, portanto, que se materializa num tempo histórico social, totalidade concreta. Quando trata do processo de produção, Marx expressa o princípio da totalidade:

O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade [...] o consumo põe idealmente o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade’ (Marx, 1978b, p. 110).

Segundo Laurenti (2000), diversos elementos de um único processo, as etapas que configuram o modo de produção, por exemplo, definem que “*não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade*” (Marx, 1978b, p. 115). A totalidade concreta, segundo o método científico, afirma que “*o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso*” (Marx, 1978b, p. 116).

Portanto, podemos afirmar que é na diversidade que reside a unidade, no seu caminhar histórico se constituem, destituem e se reconstituem formando a sua identidade. Assim, se, para a Recid a identidade a ser expressada é a de

educadores nos e dos seus respectivos movimentos originais, como então, perceber a sutil definição inculcada em cada um de: educador popular? Suas atividades nos movimentos de origem eram a mesmas de educadores da Recid?

Existe esse compromisso com a classe e os setores oprimidos? Está expresso em todos os documentos e entrevistas, sem nenhuma resposta contrária? É possível afirmar, nesta pesquisa, que sim. O compromisso de classe existe, assim como o sentimento de pertença à classe social, e o compromisso com os setores oprimidos da história. Essa é uma característica e uma marca fundante do trabalho do educador popular e da Recid. É o educador popular que se conceitua a atividade perene à todo aquele que de uma forma ou de outra, pratica o ato de educar aqueles que são do povo, mais especificamente das massas empobrecidas.

Portanto, Laurenti afirma que a ação do ser humano e do mundo natural sobre os objetos que os transforma. Essa transformação, que é ação, faz com que o ser humano utilize parte de suas forças vitais, assim como também aos meios empregados na produção de um determinado produto. Vamos supor que esse produto para nós é, neste caso, a identidade.

O homem, no entanto, não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico, que enquanto tal deve atuar e conformar-se tanto em seu ser como em seu saber. . . nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser humano de modo adequado. E como tudo o que é natural deve nascer, assim também o homem possui seu ato de nascimento: a história, que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera. A história é a verdadeira história natural do homem . (MARX, 1978a, p. 41)

Mas o motivo de trazer as questões de identidade aqui, é a possibilidade de que as contradições dos/as educadores/as da Recid com relação à vícios metodológicos e entre teoria e prática, podem estar ligados diretamente à questão da identidade e do sentimento de pertença para com a Rede. Sendo que sua composição é feita por representantes de movimentos sociais, os quais se

identificam como militantes de “tal” movimento, e não como educadores da Recid, costumeiramente.

Respondendo as questões: Pertença à quê? Pertença a um grupo social que reflete na base dos educadores, as mesmas contradições que vem de cima. Ou seja, encontramos também na dimensão que será discutida posteriormente, a organizacional, contradições que se assemelham muito com a questão de teoria e prática debatida aqui neste capítulo.

Podemos pensar em alguma característica cultural? Acredito que não. Se observarmos historicamente o desenvolvimento da sociedade brasileira, podemos ver que nossas instituições ainda estão em estruturação.

Nossa democracia ainda é jovem, depois de anos de regime ditatorial. A população ainda vive em grande parte sob o domínio de grandes “senhores” ou de engenho, ou da fazenda, mas a realidade é que a “casa grande” ainda rege grande parte da estrutura social vigente.

A disposição de luta e compreensão dos processos de opressão sofridos pelas classes populares, ainda não é massivo, nem tampouco podemos afirmar que é um processo que se tornará massivo um dia, dependendo apenas de tempo. Não é isso, mas sim, podemos considerar o processo de produção dos meios de vida, de cultura, de comportamento, de concepção de mundo, como um dos principais responsáveis pelo silenciamento de muitos sujeitos nas camadas populares.

Como encontramos no PPP da Recid no Princípio 2º, Diretriz 2. 1: *“Revitalizar, resgatar e valorizar a cultura e a história do povo, como elementos constitutivos das lutas populares, buscando a unidade na diversidade.”* (PPP, 2007, p. 14.) Dessa forma, a questão de identidade dos povos ainda é algo historicamente novo, já que, relegado tanto tempo, negado, esquecido, torna-se um desafio para todos/as aqueles/as que se fazem educadores populares dispostos a construir com seus pares a questão de identidade, não só como indivíduo, mas sobretudo a questão de identidade coletiva, seja ela da Recid, ou de uma organização, ou comunidade.

Outra questão muito adequada é a discussão de Redes. Ora, se a Recid é uma Rede, que articula, movimentos, e outros, mas não é o próprio movimento nem tampouco o outro articulado por ela, então onde está o sentimento de pertença e identidade daqueles que fazem parte dela?

Parece que a origem de cada educador/educadora é realmente o ponto de sustentação de sua identidade e de sua pertença; o que consideramos adequado. A Rede é um espaço de troca, de aprendizado, de organização, de luta, de fortalecimento, porém não é um lugar em si, é um espaço, um momento, uma circunstância, uma luta, uma pauta, que pode ser extensa, que pode durar longo tempo, que podemos estar presentes agora, e depois não estarmos mais, mas não deixaremos de ser educadores populares e nem de sermos militantes. Talvez por esse motivo seja difícil agregar um sentimento de pertença e de identidade de Rede, assim como temos a pertença e a identidade de um determinado movimento ou organização.

A intenção aqui não é dizer que a Rede é um lugar secundário, ou menos importante, já que sobrevivemos sem ela, mas exatamente ao contrário, ela é a responsável por aglutinar a força de todos em luta pelo coletivo, pelo conjunto dos movimentos e organizações, das pautas específicas às pautas de abrangência nacional, internacional, global. É em rede que os coletivos atingem um novo patamar de complexidade e de lutas.

Assim como afirma em seu Projeto político Pedagógico, no Princípio 2º, Diretriz 2. 2: *“Valorizar e contribuir com as diversas lutas e bandeiras populares, buscando ações unificadas que reforcem a solidariedade de classe em várias formas de organização e manifestação”*. (PPP, 2007, p. 15.)

Nesse caminho, temos um processo histórico que evolui de um nível de complexidade a outro nível sistematizado, analisado e discutido, estudado e que gera sínteses, que em contradição, atingem suas antíteses. Processo que como tal, está em movimento, e caminha para a superação de suas contradições iniciais, rumo à novas e mais complexas descobertas e caminhos.

Um exemplo dessas descobertas está no capítulo a seguir que trata da questão de organização da Recid, onde retomaremos a questão das Redes.

4. 3 A dimensão Organizativa

Na verdade não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda a possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (Paulo Freire)

Sobre a dimensão organizativa e de gestão podemos afirmar que se trata de uma forma ainda não experimentada nacionalmente em um projeto de EP. Caracteriza-se pela gestão compartilhada de recursos e de tomadas de decisão dentro da Recid, além da organicidade, capacidade de capilaridade da Rede que torna possível as diversas parcerias com entidades e organizações da sociedade civil, em torno de objetivos comuns. Para a Recid, a Gestão compartilhada é compreendida da seguinte forma:

[...] vai além da gestão de recursos para a gestão do todo. A corresponsabilidade é que dá o tom, trazendo, aos envolvidos e envolvidas nas ações, um olhar de sujeito e não apenas de participante. Neste ponto a organicidade se cruza com a gestão compartilhada como exercícios de construção da autonomia da rede como um organismo, ou uma organização, que reúne a diversidade para objetivos comuns. A gestão compartilhada requer que o planejamento de todas as ações seja participativo, que toda tomada de decisão seja coletiva, que todos vivenciem a democracia e a participação. Assim atingimos as relações de poder em busca da horizontalidade, valorizando a participação efetiva e afetiva (Caderno de Gestão Compartilhada, 2013, p. 13).

Como acontece a Gestão Compartilhada na Recid? Para compreendê-la é necessário que tenhamos claros alguns conceitos básicos sobre as principais ações de formação da Recid desenvolvidas em cada convênio. Além destas atividades, ainda existem as Rodas de Conversas, que também são espaços de formação importantes desenvolvidos conforme o planejamento das atividades.

Na Recid existem atividades pedagógicas de formação e capacitação em direitos humanos que são denominadas de **Oficinas** que têm como papel principal e estratégico, fazer a aproximação das

“lideranças sociais dos temas dos direitos humanos capacitando-as para a difusão destes direitos em suas comunidades; articular estas lideranças com outras que também atuam e participam de processos de educação em direitos humanos; permitir um diálogo de saberes entre as experiências em educação popular que existem em todos os estados da federação e no Distrito Federal e difundir a existência e o funcionamento das centenas de políticas sociais do Governo Federal para as comunidades envolvidas. (Caderno de Gestão Compartilhada, 2011, p. 17).

Outras atividades desenvolvidas são os **Encontros Intermunicipais**, que proporcionam *“a integração das lideranças das comunidades envolvidas e a troca de experiências”*. O objetivo principal é *“a articulação das várias redes e saberes, em especial com os processos das Redes de Educação em Direitos Humanos e de educação popular nos vários estados da federação e no Distrito Federal”*

Porém, são nos **Encontros Macrorregionais** que se buscam novas lideranças locais, a partir de seus perfis de lideranças sociais, esse momento de abertura se dá pela participação nas atividades locais. Dessas lideranças deverão surgir novos educadores/as que deverão participar concretamente das ações em âmbitos locais.

As Reuniões de Coordenação Macrorregionais são os espaços

“onde os/as educadores/as, escolhidos/as pelos estados, se encontram em sua macrorregião para encaminhar e gerir, coletivamente, os processos políticos e pedagógicos, bem como contribuir para os processos de acompanhamentos aos estados em conjunto com o CAMP, Talher Nacional e Comissão Nacional e nos processos organizativos dos encontros macros” (Caderno de Gestão Compartilhada, 2011, p. 17).

Por fim, os **Encontros Nacionais, Reuniões Nacionais e Reuniões Nacionais Ampliadas** são os Encontros Nacionais que organizam, avaliam, planejam as atividades e promovem o envolvimento dos diversos sujeitos no projeto, conforme seu objetivo. São também, espaços de capacitação e troca de experiências.

As reuniões nacionais são reuniões para dar encaminhamentos e executar as deliberações dos encontros nacionais e planejamentos. As reuniões nacionais ampliadas tem a mesma função, mas contam com a participação de uma pessoa representante por estado (Caderno de Gestão Compartilhada, 2011, p. 17).

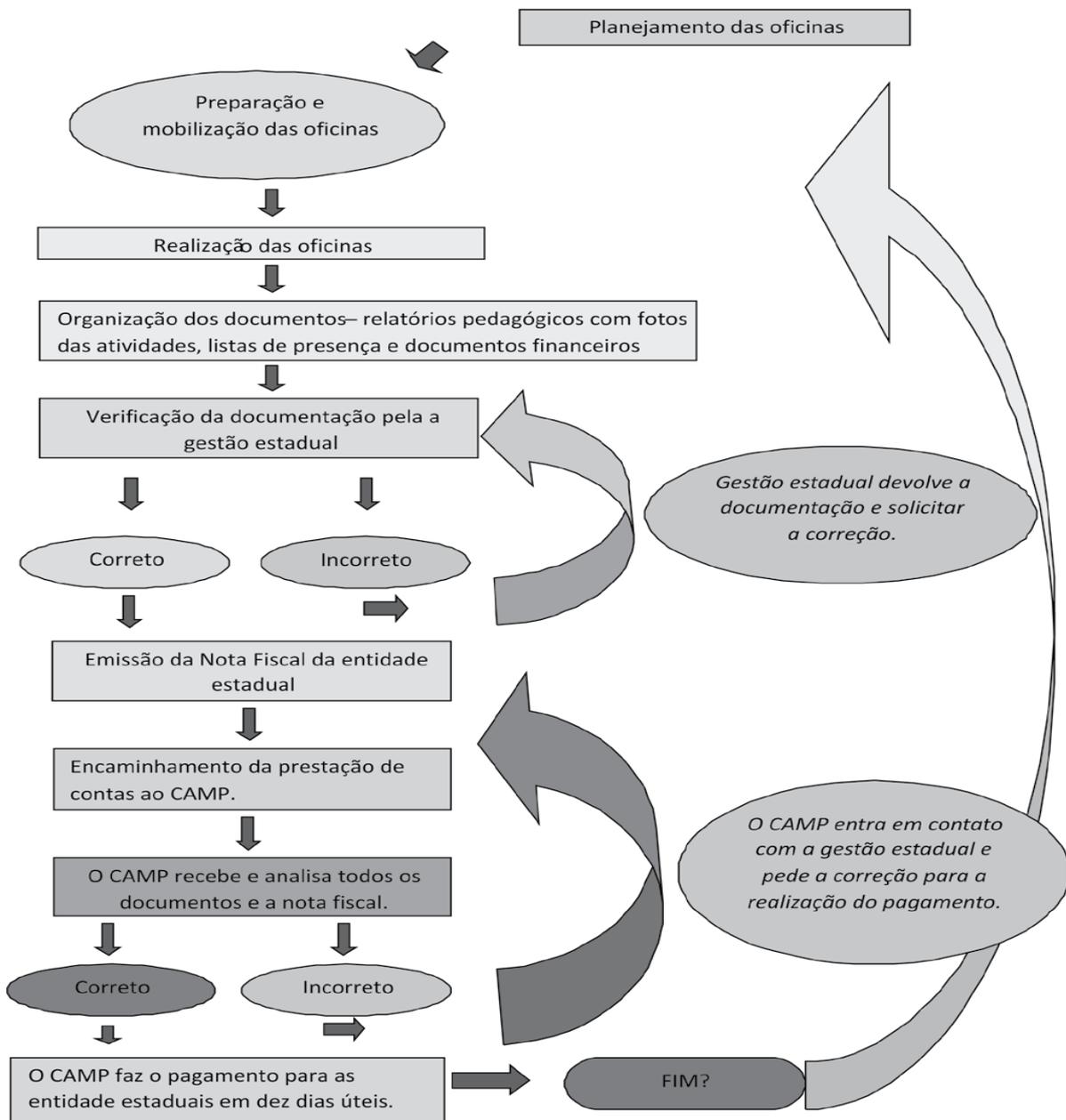
O planejamento dessas atividades se dá de forma coletiva, em cada região, estado, município sob orientação do Caderno de Gestão Compartilhada⁷, contendo informações sobre a burocracia do convênio, tipos de despesas autorizadas, vetadas, documentos necessários para a prestação de contas, como fazê-la, planilhas de custos, listas de presenças nas atividades, formulários de relatórios, e demais documentos necessários para o aprendizado dos/as educadores/as sobre a gestão. A seguir, um diagrama sobre a tramitação do processo do convênio com os/as educadores/as, as entidades conveniadas estaduais e a entidade nacional na prestação de contas das oficinas.

A Recid traz consigo a proposta de Gestão que vai além de atos administrativos de um conjunto de pessoas em um determinado escritório. A Recid tem sua gestão nas mãos do coletivo que desenha a sua ação com a diversidade que lhe compõe. Na prática o que acontece é que educadores, entidades conveniadas e comissão nacional, todos definem em conjunto, as ações da Recid.

A concepção de Gestão Compartilhada da Recid passa pela horizontalidade política, pedagógica e financeira, envolvendo diversos sujeitos e espaços. A Equipe Nacional é formada por 19 pessoas, sendo 16 alocadas em Porto Alegre/CAMP e três em Brasília. Além da entidade âncora nacional, compõem a Rede 26 entidades estaduais e uma no Distrito Federal. Os educadores populares contratados totalizam, 185 e atuam nos 27 entes da federação, há ainda centenas de educadores não contratados que se comprometem com as atividades da Rede nos estados. (Caderno de Gestão Compartilhada, 2013, p. 09)

7 Estes materiais estão disponíveis no link: http://Recid.redelivre.org.br/files/2013/07/Caderno_Gesto_julho_2013.pdf

Figura 4. FLUXOGRAMA DAS OFICINAS DA RECID



(RECID, Caderno de Gestão Compartilhada 2011, p. 26)

Com base na organização do fluxograma podemos analisar a participação das entidades e educadores/as na gestão dos recursos e das atividades da Recid.

A forma como são geridos os recursos de origem dos cofres públicos, que têm na prestação de contas a responsabilidade compartilhada pelo conjunto dos sujeitos que compõe a Rede. Educadores/as, entidades, governo - representado pela equipe do Talher Nacional e Secretaria de Mobilização Social - e Estado representado indiretamente, porque não participa das atividades da Recid, assim como a equipe de governo, mas tem ação pela prestação de contas ao TCU, através do SICONV.

As relações entre Estado/governo e sociedade na potencialização de espaços de organização popular por meio da educação libertadora, requerem do conjunto de educadores/as muito mais que o desenvolvimento das oficinas e demais atividades de formação, mas a participação integral nas diferentes etapas do processo.

A figura a seguir apresenta diferentes ações das quais os educadores participam, envolvendo-se no processo como um todo.

Figura 05 - Atividades de Gestão Compartilhada

(Caderno de Gestão Compartilhada da Recid, 2013/2014, p. 23)

6.1 Quadro Geral das Atividades

Atividade	Meta/Etapa	Quantidade	Observações
Reuniões do Coletivo Nacional	Meta 2 Etapa 1	36	32horas/3dias/15participantes cada
Reuniões de Coordenação Regionais		(6 nacionais 30 regionais)	
Reunião Ampliada	Meta 2 Etapa 2	4	32horas/4dias/50participantes cada
Acompanhamento "In Loco" deslocamentos da Comissão Nacional	Meta 2 Etapa 3	12 pessoas x 2 anos x 6 viagens ao ano	Acompanhamento da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes dos núcleos regionais e nacional e convidados.
Deslocamentos da Equipe Nacional	Meta 1 Etapa 6	Média de 5 viagens ao mês.	Acompanhamento da execução do plano técnico operacional do projeto.
Encontro de Gestão	Meta 3 Etapa 1	3	32horas/4dias/70participantes cada.
Encontro Nacional	Meta 3 Etapa 2	1	40horas/5dias 100/participantes cada.
Encontros Macrorregionais	Meta 3 Etapa 3	14	Sendo 10 encontros de 3dias/24horas/52participantes nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste e 04 encontros na região sul de 3 dias/24horas/25participantes
Ciranda	Meta 3 Etapa 4	2	07 dias/100 pessoas
Atividades de Formação Pedagógica (Oficinas)	Meta 4 Etapa 2	5.104	Meta é alcançar 100 mil pessoas.
Encontros Intermunicipais	Meta 4 Etapa 3	270	3dias/30participantes (meta 8.100 participantes).

Outro conceito que também compõe a Gestão Compartilhada, é a Organicidade, que caminha lado a lado com a dimensão organizacional.

A organicidade é vista como unicidade da ação pedagógica nos vários espaços com diversos sujeitos, contemplando a diversidade regional e local (especificidades do trabalho de base). É a relação que cada pessoa tem com o todo. (Caderno de Gestão Compartilhada, 2013, p. 13)

O Quadro abaixo apresenta o número de oficinas a serem realizadas em cada estado e nos Distrito Federal, de um total de 5.104.

Quadro de Distribuição de Oficinas da Recid, por estados em 2013-14.

Acre	162	Paraíba	200
Alagoas	162	Paraná	198
Amapá	100	Pernambuco	250
Amazonas	234	Piauí	198
Bahia	216	Rio de Janeiro	198
Ceará	162	Rio Grande do Norte	144
Distrito Federal	180	Rio Grande do Sul	180
Espírito Santo	162	Rondônia	180
Goiás	180	Roraima	144
Maranhão	180	Santa Catarina	162
Mato Grosso	234	São Paulo	270
Mato Grosso do Sul	162	Sergipe	162
Minas Gerais	270	Tocantins	162
Pará	252	TOTAL	5.104

(Caderno de Gestão Compartilhada da Recid, 2013/2014, p. 24)

Podemos considerar estes quadros como expressão do fazer coletivo e consciente da Recid.

Segundo José Paulo Netto (2002), para Marx, a vida não é determinada pela consciência, mas ao contrário, a consciência é determinada pela vida que vive a criatura, no meio, no cotidiano, no trabalho. Onde é constituída a práxis, por meio da movimentação dos processos, que, dinamizando as contradições, se superam, ao superarem-se, tornam-se mais complexas e retornam a outros patamares de contradições, que por sua vez provocam novas superações. Este sistemático movimento das realidades do ser humano, propicia a afirmação de Marx, que diz que “*não se pode conceber o mundo como conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos*” (Marx - Engels, 1963, v. 3, p. 195).

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que o exercício de educadores da Recid na Gestão Compartilhada, pode **produzir aprendizados de coletividade, solidariedade, transparência, competência, democracia, entre outros.**

O fazer coletivo provoca contradições decorrentes da diversidade de pensamentos e ações humanas, algumas ainda vinculadas ao conservadorismo, mas que em luta consigo próprias, tentam descobrir o novo e as aberturas para isso, outras ações que se apresentam mais democráticas, que lutam contra as formas superadas de coerção, poder hierárquico, outras que se encontram em processo de descoberta para as possibilidades democráticas apresentadas pela Rede.

Apesar dessas muitas faces em construção, temos a maioria de educadores que por suas caminhadas históricas em movimentos sociais, em lutas pela democracia, direitos sociais, por formas mais participativas de gestão na sociedade, acumularam ao longo de duas jornadas, aprendizados que contribuem com a construção das propostas da Recid, como apoiadores que auxiliam na condução dos processos formativos.

Assim como contribuem com a construção das pautas macro, que são expressões das pautas locais, onde “deságuam” as que partem do local, menos complexo, para o macro, com maior complexidade, porém, em outro nível, mas em uma luta que é comum ao todo da Rede.

Essa visão de macro e micro se expressa continuamente no processo de ação-reflexão-ação e esse é um exercício que proporciona aos sujeitos da Recid o avanço em suas práxis. Um exemplo é a pauta da construção do poder popular, um Projeto Popular para o Brasil, também, o desenho dos Princípios da Recid como uma rede de educadores, de saberes, de culturas de construção coletiva.

Diante dessa transversalidade da GC, vamos destacá-la como processo de construção de novas práticas na Recid. A partir dela são analisadas movimentações que caracterizam a Recid como algo **inovador na relação entre Estado, governo, movimentos sociais e sociedade civil.**

Desse olhar para os movimentos que criam em seu interior e seu exterior as contradições necessárias para a superação de patamares de desenvolvimento da Rede, partiremos para a compreensão da totalidade do significado da Recid no âmbito nacional e seus diálogos com o meio internacional, especificamente com a América Latina.

A GC contribui no processo de horizontalidade da Rede, a medida que se relaciona com a participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão, de elaboração, de sistematização e de gestão de recursos e dos processos educativos. Desencadeia um conjunto de processos que propiciam a reflexão sobre a práxis da EP e sobre os princípios que regem todo o trabalho da Rede.

Alguns processos de reflexão na Recid são as Sistematizações que contribuíram significativamente nesta pesquisa. Desses documentos é que extraímos algumas contradições afirmadas pelo próprio conjunto de educadores/as, gestores e outros sujeitos da rede.

No quadro síntese encontrado nos apêndices, podemos ver na dimensão Organizacional, extratos das sistematizações nos itens “f”, “g” e “h” que citam respectivamente:

- f) “ Assumiu-se o compromisso de vivenciar o princípio da horizontalidade e a alternância nos espaços da Recid(estado, região, CN e TN), porém há uma hierarquização e essa perspectiva não é uma realidade na Rede”;
- g) “Não há diálogo na escolha da entidade âncora estadual em alguns estados”;
- h) “O grupo afirmou-se como Rede, mas, na prática, ainda reproduziu as relações de uma sociedade organizada em pirâmide (têm-se ainda a dificuldade de vivenciar os princípios da gestão, há centralização do poder, da ação, da decisão, e informação)”. (Quadro de entrevistas, em Apêndice C)

Buscamos como base documental da própria Recid para dialogar com estas afirmações, o Projeto Político Pedagógico elaborado pela Recid em 2006/2007, que

rege as ações da Rede nacionalmente. Dele podemos extrair o Princípios 10 que afirma em sua diretriz:

Princípio 10º - CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR, NO EXERCÍCIO DA TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Diretriz - 10. 3 Vivenciar novas práticas, posturas e valores nas relações de poder, a partir da equidade de gênero e gerações, de sexualidade e religiosidade, de culturas e etnias, fundamentadas na solidariedade e na amorosidade. (RECID, PPP, 2007, p. 24)

Trata da práxis diferenciada do senso comum no que diz respeito aos “... *valores nas relações de poder...*” estas são questões-chave da discussão do extrato da pesquisa onde aparecem, tanto entrevistas, como nas sistematizações, a questão das relações de poder na Recid.

Os materiais escritos pela Recid afirmam não só o desejo, mas a necessidade de haver uma mudança de paradigmas com relação à gestão, necessidade de horizontalidade e disposição em construir novos rumos nessa direção.

Porém, quando analisamos os materiais coletados, encontramos afirmações significativas que nos levam a questionar: O que acontece entre o discurso da Recid sobre horizontalidade e o seu fazer cotidiano? Que movimentações ocorrem para que a prática das ações não corresponda ao que se propõe?

Novamente nos debruçamos sobre a literatura histórica que possa nos referenciar a respeito dessas contradições.

Como afirmado pela própria Recid, o conjunto de educadores e demais integrantes que a compõe têm sua base nos movimentos sociais, são lutadores/as que ao fazerem parte da Recid, devem, portanto, ser parte de algum movimento social, ou organização da sociedade civil que tem nas suas concepções, porém, são diversos os anseios sociopolíticos. De combate ao capitalismo, luta pela defesa da classe trabalhadora, enfrentamento do neoliberalismo e imperialismo norte-

americano como forma de construção da soberania dos países da América Latina entre outros, como pautas macro das lutas populares, além dos desdobramentos destas, em pautas locais. É possível afirmar então, que a Recid compõe uma articulação de movimentos e organizações populares não somente do campo da esquerda.

Nesse sentido, atentemos para o debate que ronda os diversos setores da sociedade no Brasil. Segundo Gohn, os movimentos sociais historicamente “*sempre existiram, e cremos que sempre existirão*”. São a representação das forças sociais organizadas. Têm na mobilização dos militantes, não um amontoado de números, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Apesar de trazerem consigo uma memória das lutas do passado, os movimentos não reproduzem as práticas de maneira engessada, mas recriam-se a cada adversidade do cotidiano, as memórias dão sentido a essas novas práticas. Para Gohn:

Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (2011, p. 04).

Ainda para esta autora, existem “*representações simbólicas*” criadas pelos Movimentos Sociais atuais e também pelos Movimentos da década de 80 expressadas por meio dos discursos e práticas, e são elas que segundo Melucci (1996, *apoud* Gohn) criam identidades para os grupos que apresentavam-se dispersos ou estavam desorganizados.

Dessa forma, despertam o sentimento de pertença, de ser social, gerado por esse processo de inclusão em um determinado grupo aos que se sentiam antes, como parte de nada, nem da sociedade excludente, nem viam a possibilidade de luta que lhes é apresentada a partir de então.

Voltamos à questão do item anterior que indaga a respeito da identidade por meio da característica principal de um movimento social.

O que diferencia um movimento social de uma organização não governamental? O que caracteriza um movimento social? Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011, p. 04-05).

Podemos afirmar que esta é a unidade dos contrários, que diferentes, tem várias origens, várias pautas específicas, locais, mas que encontram unidade em um Projeto Popular para ao Brasil.

Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos (GOHN, 2011, p. 04-05).

Segundo Gohn, os Movimentos ressignificam ideários clássicos de “*igualdade, fraternidade e liberdade*”. Onde nessa ressignificação cabe à igualdade,

o tema da justiça social, enquanto que a fraternidade pode ser considerada como o a solidariedade e a liberdade adquire a associação com a autonomia. Mas uma autonomia de cunho coletivo, não individual, de construção do sujeito social que passa a se inserir na sociedade, se faz incluso, se autodetermina “*com soberania*”.

Essa redefinição que os Movimentos sociais tematizam, atinge também a esfera pública, por meio de “*parcerias com outras entidades da sociedade civil e política*”, desenvolvem o “*poder de controle social*” e “*constroem modelos de inovações sociais*”. Tais ações dos movimentos sociais, definem seu caráter plural e ao mesmo tempo sua totalidade.

Com base nas afirmações de Gohn podemos voltar a questão da identidade de movimento social que possuem os educadores, gestores e demais integrantes da Recid. Porque estamos falando tanto sobre identidade? Primeiramente porque é um dos itens significativos que foi extraído dos dados da pesquisa, mas sobretudo porque dialoga com as razões de determinadas práticas, que segundo os extratos mais relevantes, são pontos fortes de contradições na Recid.

Voltemos mais uma vez às questões que tratam da forma como estão estruturados os movimentos sociais na atualidade, mas que, como vimos nas afirmações de Gohn, tem suas ações alicerçadas na memória de lutas anteriores e de formas de organização que são históricas e fortemente reivindicadas ainda do século XIX e XX, e que permanecem.

Não estamos com isso afirmando que são práticas arcaicas, mas sim que trazem consigo um “gene” de orientações alicerçadas nas revoluções e organizações socialistas dos séculos anteriores. É perceptível a dualidade entre duas formas de organização que encontramos no campo da esquerda: A organização de massas e a organização de quadros, ou vanguarda. E, quando trazemos essas duas possibilidades, dialogamos diretamente com os autores clássicos que melhor nos esclarecem a respeito dessas formações.

A extração da entrevista com o entrevistado “K” traz uma afirmação sobre a mistura que se apresenta entre os sujeitos políticos na atualidade, como os Movimentos Sociais, os Partidos Políticos e o Governo: *“Qual é nossa autonomia de fato? Tenho tido respostas positivas dessa autonomia. Mesmo eu sendo de outro partido que muitas vezes faz oposição ao PT, não sou estigmatizado”*.

Esta fala decorre de uma constatação de que os sujeitos que compõe o governo no diz respeito à Recid, seriam do PT, porém não temos certeza se isso é verdadeiro, mesmo assim, a afirmação do/a educador/a revela uma pluralidade nas relações da Recid enquanto Movimento e não partido, uma vez que mesmo sendo a criação da Rede uma proposta de um plano de governo de um partido, não se apresenta dessa forma para a sociedade, já que está em outra condição que é a de movimento social, de rede, e não de partido. Podemos afirmar que os Movimentos Sociais de esquerda que se organizam no Brasil, tem grande parte de seus militantes ligados aos Partidos políticos.

Diante disso podemos afirmar que a forma de organização dos movimentos sociais orientam-se pela organização dos partidos políticos? Talvez, analisemos agora a questão da forma de organização com base nos clássicos defensores de duas formas de organização: de massas e de quadros ou vanguarda.

A organização de massas compreende a formação da consciência revolucionária nos trabalhadores por meio do ativismo direto nas lutas, uma corrente defendida primeiramente por Vladimir Lênin ainda em 1895, quando escreve o Projeto e Explicação do Programa do Partido Social-Democrata Russo de 1895 onde, defendia o espontaneísmo da classe operária para a consciência revolucionária a partir de sua condição de exploração. Nesse período, Lênin influenciado pelas grandes greves gerais de 1895-1896, compunha seu diálogo com a corrente economicista, que afirmava que as questões da classe operária eram questões econômicas e que deveriam ser disputadas nesse campo através da luta sindical, entre patrões e empregados. Nesse período, Lênin ainda não possuía grande divergência de Rosa de Luxemburgo nesse sentido, ambos faziam a defesa

do espontaneísmo da classe operária. Porém, ao contrário do que previa Lênin, as greves, as lutas de 1895 – 1896, não produziram o efeito esperado de despertar amplamente a consciência revolucionária nas massas do operariado. Foi a partir dessa derrota dos economicistas, que Lênin passa a defender a ideia de que somente o Partido Revolucionário poderia conduzir as massas a uma saída adequada. Então, em 1899, escreve “Que Fazer?” que somente foi publicado em 1902, mas teve algumas partes publicadas anteriormente, por uma tendência da Social-Democracia. Em todos os países europeus o movimento operário sempre esteve separado do socialismo, e sem uma ciência de vanguarda, permanecia fragmentado e portanto, sem expressividade política. Para Lênin,

“toda diminuição do papel do ‘elemento consciente’, do papel da social-democracia significa – quer se queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários (...) o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta na subordinação à ideologia burguesa”.
(07_Buoncore. qxd 6/25/03, 3:17 PM, p. 52).

Esse processo histórico por que passou Lênin, contribui na discussão sobre as formas de organização que estão ainda arraigadas no interior dos nossos movimentos de esquerda hoje. A defesa da mudança de organização no interior da social-democracia, proposta por Lênin, advém de um estudo da realidade a que ele se propôs após verificar que apenas a massificação da luta não era suficiente para que a consciência revolucionária tomasse conta dos operários, como que “de surpresa”. Ele acreditara então que o operariado para avançar na luta e na consciência revolucionária, necessitaria de um partido organizado com teóricos trazidos de fora da classe operária.

Para Lênin, a luta não poderia se dar apenas no campo econômico, mas no político, já que a cultura burguesa estava arraigada na classe operária não apenas por ser historicamente mais antiga, mas também, por dominar os diferentes meios de difusão na sociedade. Fazia-se necessária então a mudança na forma de

organização da social-democracia assim como também a educação política da classe operária. Para Lênin, segundo Buonicore:

Para o Lênin de *Que Fazer?*, fiel discípulo de Kautsky, a consciência socialista só poderia ser importada de fora da classe operária. A razão disto é muito simples: a consciência socialista só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico que os operários por si só são incapazes de conseguir. Os portadores dessa ciência não poderiam ser os operários, mas os intelectuais revolucionários de origem burguesa e pequeno-burguesa. Mas Lênin, em uma nota, ao contrário de Kautsky, teve o cuidado de matizar a afirmação anterior e reconhecer que os operários poderiam participar da elaboração teórica (ou da construção da consciência socialista), mas não o fariam como operários e sim como teóricos do socialismo; ou seja, como intelectuais. [...] Lênin parece, em tese, admitir que o proletariado pudesse ser instintivamente revolucionário e que, até mesmo, tenderia para o socialismo. Mas, de fato, para ele, esta capacidade permaneceria “em potência” enquanto os intelectuais revolucionários não as trouxeram à tona. Esta concepção, fortemente influenciada por Kautsky, iria conhecer retificações nos anos seguintes, especialmente após a eclosão revolução russa de 1905. (07_Buonicore. qxd 6/25/03, 3:17 PM, P. 51).

Nesse mesmo tempo histórico, mas com realidade um tanto diferentes, outra liderança, Rosa Luxemburgo, defendia ainda as ideias do partido de massas. Da luta como processo educativo e como de desencadear a consciência política da classe operária. No entanto, não é possível observarmos os argumentos de determinadas posições, tanto de Rosa, como de Lênin, sem observarmos a realidade onde estão inseridos.

Enquanto Lênin, luta em um partido que se apresenta na clandestinidade e que necessita de certos cuidados e sigilos como proteção à repressão para conseguir continuar existindo como espaço de luta e de criação de alternativas ao Czarismo, Rosa tem como contexto de suas lutas a Alemanha do século XIX.

Rosa de Luxemburgo critica seriamente a proposta de Lênin de modelo organizativo, baseado nos revolucionários profissionais, os quais manteriam uma relação de exterioridade com a classe operária. Mas, acredito, que Rosa e Lênin não falassem a mesma língua. E o principal motivo para isto é o fato de que viviam em situações econômicas, política e sociais totalmente

distintas. Rosa julgava Lênin, muitas vezes, tendo como ponto de referência a Alemanha e não a Rússia czarista. [...] Outro fato de que não podemos nos esquecer é a inexistência, pelo menos até 1905, de um amplo movimento das massas operárias na Rússia. E por fim, não me parece que Lênin buscasse transformar esse tipo de organização, indispensável a uma conjuntura de forte repressão, e marcada pela inexistência de um amplo e profundo movimento de massas, como um modelo que deveria ser mantido em outras conjunturas. (07_Buonicore. qxd 6/25/03, 3:17 PM, P. 52).

Porém as coisas mudaram na visão de Lênin, que apresentou suas propostas de reorganização da social-democracia após a Revolução de 1905.

As coisas mudam após o II Congresso da POSDR com a cisão em torno dos métodos de organização. Lênin corretamente defende que todo membro do partido não só deve trabalhar sob a direção de uma organização social-democrata, como deve necessariamente incorporar-se a uma delas. Lênin neste ponto é derrotado no congresso, mas suas teses acabam, na prática, sendo vitoriosas e são incorporadas, como método de organização, inclusive pelos seus adversários. Ao contrário do que afirmavam alguns críticos, nada havia de antidemocrático na proposta apresentada por Lênin. Elas visavam apenas a dar mais unidade e eficiência à ação política da social-democracia russa. (07_Buonicore. qxd 6/25/03, 3:17 PM, P. 52).

Mas porque dessa discussão história sobre a forma como os partidos socialistas se organizavam no início do século XIX? Porque queremos trazer o que tem de radical nas organizações de esquerda no Brasil e que se orienta fortemente pela esquerda européia, aliás, o berço da esquerda ocidental.

Os movimentos sociais discutem profundamente as questões de organização de massa, assim como o MST, o MTD, a MMM, entre outros, assim como também discutem a formação de quadros/vanguarda, que se assemelha muito a proposta de organização feita por Lênin e depois ainda alterada quando da fundação do Partido Socialista. Mas que se orienta por uma direção composta por intelectuais, que não necessariamente são da classe operária, mas que pensam política em defesa da classe operária, fazem parte da pequena burguesia, nos termos atuais poderíamos chamar de classe média.

Enquanto que Rosa Luxemburgo fazia a defesa de que o partido deveria ser de massas, ou seja, que envolvesse todos os operários, inclusive os que ainda não tinham formada sua consciência revolucionária, mas que teriam à medida que, em processo de luta, conheceriam, aprenderiam e fariam a revolução.

Para surpresa de Lênin, durante a Revolução de 1905, chegou até ele um grupo de operários que não faziam parte do partido, mas que se apresentavam espontaneamente para a luta. Foi então que ele compreendeu que era possível sim o aprendizado e o desenvolvimento de consciência revolucionária por meio da ação.

Uma contradição na organização dos movimentos populares no Brasil hoje, e tendencialmente é a formação.

Alguns acreditam que a luta ensina, não me oponho a essa ideia, porém compreendo que apenas a luta não é suficiente para desenvolver a compreensão dos processos de exploração a que são submetidos os trabalhadores, nem os princípios da coletividade, dessa forma defendo então a educação política como forma de munir os militantes de movimentos sociais populares na tarefa de construir suas lutas.

Desse impasse de estrutura organizacional interna, surgem algumas ações que aqui neste estudo são tomadas como contradições. Sobre lideranças e diferenças entre proposta e ação não somente dos educadores, mas de sujeitos em posições estratégicas de coordenação da Recid, ou seja:

Quando pegamos novamente os escritos a respeito da horizontalidade e das ações de verticalização e centralização do poder no interior da Recid, tomemos como base de análise o processo histórico de transformação da organização da social democracia na Rússia e o posterior rompimento de Lênin com os mencheviques e a fundação do Partido Socialista, não sobre a ótica de rompimento e refundação com os sujeitos, mas com o rompimento e a refundação das práticas internas de organização.

É bem verdade que os processos históricos e locais, globais são outros, mas os clássicos têm esse poder de nos reportar à reflexão dos nossos entraves atuais e trazer conhecimentos sobre a origem de muitas práticas que, às vezes, não sabemos de onde vêm. O que quero afirmar com essa reflexão é a necessidade de se rever as propostas e as ações no interior da Recid para que essas contradições sejam compreendidas e superadas de forma coletiva e democrática.

Nosso contexto é completamente diferente até mesmo porque se trata de América Latina, embora muitas organizações se referenciem nas experiências europeias, temos realidade de subserviência ainda muito enraizadas em nosso histórico de colonização, mas ao mesmo tempo temos já desde o início de nossa história, temos menos tempo, por exemplo, nossa construção histórica ainda é recente como estado. Somos uma republica jovem, se considerarmos o tempo histórico das civilizações e do velho mundo.

Acredito que uma possibilidade de vencer a contradição dada é a que já se mostra nas sistematizações como um passo importante, que é a possibilidade de expressá-la. Em segundo passo, o reconhecimento de sua existência por parte do coletivo, outro passo, o desejo de solucioná-la.

Sem dúvida que a verticalização de ações, a falta de diálogo na tomada de decisões, a hierarquização, todas essas “denúncias” afirmadas nos documentos da Recid, podem estar ligados ainda à memória de organização que aprendemos quando estudamos as revoluções, à dureza das práticas militantes. Lembrando que até pouco tempo, até a década de 1980, muitas mulheres militantes, sobretudo do movimento sindical, utilizavam uma aparência e ações, gestos, expressões masculinizadas, duras, por conta da masculinização dos movimentos, onde elas não teriam espaço reconhecido se apresentando de forma diferente. O que assegurou a mudança nos paradigmas de gênero nos movimentos sociais foi a presença das mulheres em números crescentes e reivindicando muito mais que seus espaços, mas o respeito de seus companheiros de luta.

Esse é um exemplo de que não há uma forma certa. A forma certa é aquela que contempla a todos e todas na sua totalidade. Então a luta pelas formas democráticas de gestão não está apenas do lado de fora das organizações, mas também dentro e, não só delas, como historicamente dentro das memórias coletivas.

Mas o que trago de interessante nessa discussão é que não compreendo como uma contradição o fato de se ter uma direção composta por intelectuais e ao mesmo tempo ter uma concepção de massas, até mesmo porque era a proposta de Lênin, após 1905, e na criação do partido Socialista, quando inclusive, normatiza que os integrantes devam estar presentes em uma frente de luta de massas, além de estar no partido.

O que quero afirmar com essa reflexão é que não considero que devamos nos ater a uma forma fixa e ortodoxa de organização, já que mesmo Lênin concluiu que uma mescla de massas em construção de suas convicções políticas e intelectuais que contribuam com a formação e organização das lutas seria uma aposta necessária no contexto em que se encontrava.

O que precisamos atentar é para o que há de atual nas lutas, que são, neste caso analisado, as práticas democráticas, horizontais, dialógicas, e coletivas, em todas as esferas das organizações. O desapego das estruturas de poder, mesmo que compartilhado, mas 'qual linha teórica' vai estar no 'comando' de qual organização, acredito que deva ser reapreendida a cada contradição, de forma mais complexamente coletiva, sobretudo em uma Rede, que, como vimos no item anterior, é movida pela diversidade, e esta é a responsável pela unidade e pela identidade coletiva. Também na gestão que já traz no nome a forma compartilhada, que seja de fato compartilhada e exerça sua horizontalidade de Rede, sendo vista como uma de suas fortalezas e não como a fragilidade de um determinado grupo frente a outro.

Assim como a forma de organização interna, a forma de relacionamento externo da Recid também está sob análise. Para isso, observamos no item a seguir

as redes de educação popular e suas relações com a construção de lutas dos movimentos sociais populares e da esquerda.

4. 3.1 O lugar das redes de educação popular em contexto(s) de transformação

No contexto mundial o Brasil tem se destacado positivamente nos últimos doze anos. Passamos para a 6ª posição na economia mundial, criamos importantes espaços de participação em instituições internacionais, BRICS, Mercosul, e uma série de acordos comerciais que alavancaram nossa economia. Porém isso não basta, ainda temos índice de IDH muito baixo, em 2013, ficamos com 0,744 e índice de desnutrição infantil de 6,9%, (IBGE) altíssimo para um país que com tantas riquezas naturais, aceleração da economia, ainda possui uma das maiores disparidades sociais em renda. A economia cresce e com ela a desigualdade social permanece alta.

As cidades cada vez mais cheias, mais populosas, enquanto o campo se esvazia de gente e de vida. Tínhamos em 2012, 85% da população residindo na área urbana, enquanto que 15% apenas da população vivia no campo (IBGE, 2013). Essa realidade a cada ano aumenta mais, se pararmos para pensar só na alimentação, será inevitável perguntarmos quem vai produzir o alimento para tanta gente, se o campo está se esvaziando? Porque nos supermercados o que encontramos são os alimentos industrializados? Que tipo de alimento estamos consumindo? Como são produzidos? Onde encontrar produtos orgânicos?

Mas nas cidades, parece não importar muito para a população em correria constante, estas questões. A pressa toma conta da vida inteira de todos, porque é preciso produzir trabalho, para dar conta de sobreviver em um sistema que se mantém pela exploração da força de trabalho de quem já não possui mais os meios de produção em suas mãos. São homens e mulheres que lutam dia a dia pela manutenção da vida de forma desigual e cruel para com as classes populares. O trabalho árduo esmorece o humano no ser, aliena-o de si mesmo, e o reporta a um comportamento "teleguiado" pela rotina da necessidade ou da imposição da mídia.

A mídia, grande responsável pela difusão da ideologia dominante e do controle sobre as mentes humanas se apresenta nesse cenário como imparcial. Porém, carregada de intenções ideológicas, de manipulação de informações e de interesses financeiros, a mídia divulga o que seus proprietários desejam, ou, pelo menos, da forma que desejam.

Tudo para manter a “ordem do sistema capitalista”, hoje sob os ditos do neoliberalismo e do imperialismo, como bem coloca Perry Anderson em Nova Hegemonia Mundial (2004, p. 48), que afirma que depois da segunda guerra mundial, com a guerra fria, o capitalismo se revelou pela primeira vez com sua nomenclatura real, identificando-se claramente, já que antes era encoberto sob o tema de países do “Mundo Livre” e não do “Mundo Capitalista”.

A queda do bloco soviético, proporcionou a expansão do mundo capitalista, que a partir de teorias que definiam o fim do desenvolvimento social como livre comércio, especialmente no livro "O fim da História" de Fukuyama, que deu um caráter teórico de alicerce para o neoliberalismo que se apresentava, na década de 80 do século XX .

Outra mudança que Anderson refere é sobre a inibição das relações do norte com o sul, gerando ataques à soberania nacional dos países em nome dos direitos humanos. Desde então criou-se um exército de humanismo militar, tentando demonstrar que a soberania nacional é perigosa em épocas de globalização, devendo ser eliminada para a universalização dos direitos humanos.

Ainda sobre a internacionalização, tanto como no neoliberalismo, temos uma consideração importante de Perry Anderson (2004, p. 44), quando afirma que o histórico de revoluções anticapitalistas – como o Sandinismo na Nicarágua, a Revolta Aprista no Peru, a insurreição em El Salvador, a Revolução de 1933 em Cuba, a intentona no Brasil em 1935, a breve república socialista e a frente popular no Chile - como das forças criadoras de espaços alternativos, nascidas na América Latina, mais que na Europa, insurgem com veemência e duração. Revoluções estas, todas esmagadas pela sequência de ditaduras militares na região.

Logo após esse período, em meados de 1990, quase todos os países da América Latina tinham seus governos liderados por representantes do neoliberalismo, prontos para transformar a AL em uma retaguarda tranquila e segura para o império global (ANDERSON, 2004, p. 45). Porém, surge um novo ciclo popular que em repetidas explosões sociais acabam por colocar no poder representantes populares, ou, pelo menos, não ligados ao império norte-americano.

Desse histórico nascem governos de coalizão de frente ampla de resistência à nova hegemonia mundial.

Na América Latina, [...], vê-se uma série de governos que em graus e campos diversos, tratam de resistir à vontade da potência hegemônica, em um conjunto de movimentos sociais tipicamente mais radicais que lutam por um mundo diferente, sem inibições diplomáticas ou ideológicas. . . (ANDERSON, 2004, p. 46).

Segundo Anderson, o foco de combate do neoimperialismo são dois: os direitos humanos e as Nações Unidas, que se tornaram instrumentos da estratégia global da potência hegemônica. O primeiro, traz consigo uma confusão filosófica, já que o Direito, não é um fenômeno antropológico, ele só tem sentido associado a um regime jurídico que lhe acompanhe - um código de leis. Dessa forma, os direitos humanos não podem existir como se fossem dados antropológicos universais, pois é recente e não tem consenso universal a respeito de quais são os direitos humanos universais.

Anderson afirma ainda, que seria mais correto se falar em necessidades e não direitos, tornando-se uma noção mais materialista e menos equivocada. Quanto às Nações Unidas,

A ONU foi construída nos tempos de F. D. Roosevelt e Truman como uma máquina de dominação das grandes potências sobre os demais países do mundo, com uma fachada de igualdade e democracia na Assembleia Geral

e uma concentração férrea do poder nas mãos dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, arbitrariamente escolhidos entre os vitoriosos de uma guerra que não tem nenhuma relevância hoje em dia. (ANDERSON, 2004:51)

Esse humanismo militar em nome dos Direitos Humanos na nova hegemonia mundial, é o responsável pelas mais de cem bases militares da potência hegemônica em países no mundo inteiro, formando uma estrutura estratégica fundamental para essa potência. A própria ONU fornece super estrutura imprescindível para essa forma de dominação.

Mas onde quero chegar com este contexto internacional? Quero chegar nas afirmações de Anderson, que dizem que a forma de combate em cima desses dois pontos, deve ser através da luta e mobilização internacional pelo fechamento das bases militares estrangeiras em todo o mundo. Lutas estas que necessitam de grande mobilização social e midiática (temas que se seguem). O que na visão do autor, ainda estamos muito longe de conseguir.

Segundo Viola, o tema dos Direitos Humanos, têm hoje contribuído tanto com o discurso hegemônico quanto com os movimentos sociais, nos discursos de governantes, nas justificativas para o assistencialismo empresarial assim como para políticas dos movimentos sociais. As condições sociais da população empobrecida as coloca não como detentoras de direitos, mas como causadoras de violência, as *“classes perigosas”*, na ótica dos defensores da *“ordem”*.

Ao mesmo tempo em que as elites possuem prestígio e poder suficientes para influenciarem decisões governamentais, fugindo do controle ético e legal. O sistema age em benefício de uma minoria da população por vínculos entre a elite que os distingue da maioria da população.

Diante disso, as política públicas acabam submetidas à economia. Não obstante, essas contradições históricas foram fatores desencadeadores das lutas por direitos civis e políticos desde as primeiras Declarações dos Direitos do Homem,

especialmente para as lutas do movimento operário nos séculos XIX e XX. Embora não tenham um histórico evolutivo cronológico, mas de retrocessos e avanços processuais; sobretudo quando há a crença na solução de problemas sociais pelo livre comércio e estado mínimo.

Na América Latina, os movimentos sociais perderam a dimensão universal dos direitos Humanos. Foram divididos entre os de 1ª geração (décadas de 1980 e 1990) e os de 2ª geração (Décadas de 1960 a 1980) gerando identidades específicas de cada geração e dificultando as ações unificadas contra o adversário comum aos dois - o Capitalismo. Inclusive os direitos de 3ª geração que são referentes à *“integridade ambiental”*. Para Viola:

Em uma situação de crescimento da ameaça ecológica e da perda de direitos, como a atual, amplia-se a necessidade permanente do movimento social na luta pela superação da crença ingênua de que, uma vez regulamentados, os Direitos Humanos serão transformados em prática social emancipadora. (VIOLA, s/d, p. 08)

Para o autor, é frequente a utilização dos Direitos Humanos como justificativa para intervenções armadas, que eliminam a soberania nacional de países ocupados *“e retiram as liberdades fundamentais dos povos”*. O aumento da miséria mundial, sobretudo do hemisfério sul, é um paradoxo que extrapola o político e vira um drama social eliminando direitos conquistados historicamente.

Um dilema é a supremacia do hemisfério Norte, outro está ligado aos limites dos movimentos sociais, que, restritos às questões específicas, lançam mão da amplitude dos Direitos Humanos. O dilema entre os movimentos sociais e o Estado precisa ser entendido como processo histórico, de luta entre a autonomia e a regulação.

Assim, os Direitos Humanos são capazes tanto de *“legitimar o modelo econômico excludente”*, como de *“fornecer as bases para a produção de sociedade mais participativa e igualitária”*. Cabe a cada sociedade em mobilização autônoma,

buscar uma política que implemente a aplicação dos direitos como possibilidade além do mercado e em constante conflito com o Estado-nação.

Diante da leitura dessa conjuntura internacional de intervenções civis e militares nos países do mundo inteiro por conta da hegemonia imperialista, repensemos discussões sobre a forma como se vive hoje, nas cidades, do esvaziamento do campo, da correria que impede o ser humano de exercer sua humanidade. São temas relacionados, pois a hegemonia que parece tão longe quando se fala no cenário internacional, está mostrando seus efeitos no dia a dia dos sujeitos, sobretudo nos países da América Latina. Fazendo o controle social e político de todas as ações governamentais e não governamentais dentro dos países.

E é nesse contexto em que estão inseridas as lutas contra hegemônicas, assim como se refere a proposta da Recid em seu Projeto Político Pedagógico de 2006. Ao afirmar no PPP o objetivo de contribuir na criação de um Projeto Popular para o Brasil, a Recid manifesta sua posição de construção contra hegemônica. Assim como as Redes de economia solidária, redes de EP, algumas nacionais, outras inseridas no cenário internacional, como o CEAAL, por exemplo.

As Redes de que tratamos não se referem às redes globais, ligadas ao capital, nem tampouco podem ser definidas por redes sociais ligadas à internet. Mas se trata de alternativa de organização da vida, do trabalho e da produção, da inclusão social, segundo Albuquerque (2008).

A educação enquanto processo intencional de ação coletiva emerge como contraponto necessário para fazer frente a pobreza, a marginalização e ao isolamento dos indivíduos na medida em que se habilita a ressignificar os espaços de poder existentes na sociedade (Albuquerque, 2008 p. 95).

Dessa forma, Albuquerque (2008) afirma que é necessária a criação de uma outra perspectiva de educação e Inclusão social, pensadas como possibilidades de emancipação provisória em relação a autonomia. Em Direitos Humanos, podemos

pensar como espaço de pluralidade e não de instrumento de construção de justiça social.

O desafio está em construir uma proposta educacional que: negue a narrativa do mercado que esconde a existência de outras visões de mundo (porque aponta para a primazia do capital nas regulações societais) e recuse a lógica técnico normativa que reduz o fazer humano na busca racional do interesse próprio. O desafio está na construção de uma política pedagógica que possibilite pensar a construção de direitos humanos como um espaço social plural (*ibidem*).

Então temos que segundo Albuquerque (2008), para que haja educação para a inclusão social enquanto intencionalidade, precisa ter seus alicerces na autogestão onde, por um conjunto de práticas, possibilitem a emancipação dos grupos em construção de sua autonomia, a partir de uma proposta pedagógica plural, fundada na reciprocidade, apropriação dos espaços públicos e nos valores de bem comum. Sobre as Redes e Educação, Gohn afirma:

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo ⁸. (GOHN, 2011, p. 333.)

Para Gohn, movimentos sociais são:

8 Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33a Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011, 333 Maria da Glória Gohn.

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Gohn afirma que, no movimento alternativo à globalização, por se tratar de uma rede, não há homogeneidade, nem nas propostas do movimento, tampouco às formas de lutas que são fragmentadas. O motivo seria por existirem diferentes correntes ideológicas entre os ideais dos sujeitos, que passam desde “*as novas formas do anarquismo do século XIX, organizadas agora em torno da ideia de desobediência civil (Di Cintio, 2010)*”, até as “*concepções radicais de grupos articulados a partidos políticos de esquerda*”. Também as organizações não governamentais (ONGs) e entidades assistenciais e os movimentos populares dos anos 1970- 1980 no Brasil.

Apesar das diferenças existentes nesses movimentos, assim como o Fórum Social Mundial, a crítica das causas da miséria, exclusão e conflitos sociais, há a construção de um consenso que viabilize ações conjuntas, formando uma unidade nas pautas de lutas. Sobre a globalização econômica, os movimentos apresentam uma proposta de globalização alternativa, que tenha por base o respeito à diversidade cultural. Dessa forma, a rede de globalização, e de solidariedade começa a ser construída e expressa nos fóruns mundiais, assim como nas redes de defesa dos direitos humanos, lutas contra a fome e soberania alimentar, defesa ambiental, luta pela paz, contra a exploração do trabalho infantil, entre outros etc.

Diante disso, existem várias críticas sobre esses movimentos nos últimos anos, são dirigidas não só aos movimentos, mas também aos seus organizadores e aos intelectuais de apoio. Poupeau (2007, p. 47-48 *apoud* Gohn) afirma:

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas aos alter mundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos.

Na América Latina da atualidade, vemos, com relação aos movimentos sociais, a retomada do movimento estudantil, “*especialmente no Chile, com a Revolta dos Pinguins (Zibas, 2008), e as ocupações em universidades no Brasil, sobretudo nas públicas, em luta pela melhoria da qualidade do ensino, contra reformas da educação, atos de corrupção e desvio de verbas públicas*”. E, além dos estudantes, a educação na escola básica, também têm se mobilizado em grandes protestos, o que nos remete a pensar sobre o potencial de organização dos movimentos e de suas práticas.

Os espaços pedagógicos, educativos passaram a ser locais de difusão e construção de cultura política e estratégica para os movimentos populares.

As ONGs que até início deste milênio, eram apenas de apoio aos Movimentos Sociais, se fortalecem nesse período ao mesmo tempo em que os movimentos sociais sofrem um enfraquecimento, passando as ONGs a direcionarem as ações e manifestações populares nas ruas. Para Gohn:

“Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social etc. Esse cenário resulta em inúmeras ações cidadãs, citadas anteriormente. . . ”(2011, p. 09).

Os conceitos aos quais se refere Gohn, são elaborados e desenvolvidos nas chamadas parcerias público-privadas que acontecem entre ONGs e o poder público. Entidades que buscam no envolvimento social, território para a disseminação do ideário dominante por meio da educação.

O campo das ONGs é diverso e não homogêneo, mas vamos tomar por análise apenas dois tipos mais significativos de ONGs, as que desenvolvem trabalho de emancipação social de cunho transformador da realidade, ligadas aos movimentos sociais e as que desenvolvem um trabalho assistencialista de cunho pacificador entre a classe trabalhadora e a empregadora, em favor do capital e de empregadores. Geralmente fazem qualificação de mão de obra para as empresas financiadoras.

Temos no Brasil, hoje, ONGs⁹ que são ligadas diretamente aos movimentos sociais, como forma de articulação de trabalho formativo e/ou econômico, e que são instrumentos de desenvolvimento social da classe trabalhadora por meio do apoio a Economia Solidária, feiras e atividades nacionais e internacionais que contribuem para o processo de defesa das classes oprimidas. Por outro lado, existem ONGs que estão ligadas diretamente a grandes grupos corporativos do capital. Esses fazem a disputa da educação não formal no campo das ações ligadas à assistência e qualificação profissional. Trabalham no campo das ideias de cidadania, responsabilidade social, compromisso social, capital social. Desenvolvem projetos em parceria com o Estado, alocam recursos e fazem o trabalho de formadores sobretudo de opinião em comunidades de baixa renda, escolas comunitárias, entre outros vários lugares.

Como exemplo de entidade corporativista temos o Sistema S:

É formado pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria,

pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest) (<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>)

E como ONG, ligada ao modelo corporativista temos o exemplo do Instituto Airton Senna:

Atuamos em parceria com gestores públicos, educadores, pesquisadores e outras organizações para construir soluções concretas para os problemas da educação básica. Nossas propostas se traduzem em políticas e práticas flexíveis que se adaptam a diversos contextos e efetivamente impactam a aprendizagem dos estudantes em grande escala.

O contexto que discutimos neste trabalho não é o das ONGs. Nem as ligadas ao corporativismo, nem as que tem ligações com os movimentos sociais populares. Porém, não poderemos deixar de citá-las como partes integrantes no processo de desenvolvimento das ações não só dos movimentos sociais, como de desenvolvimento de Políticas de governo. São a parte da sociedade civil que dialoga com o Estado e os Movimentos sociais. Nesse contexto podemos destacar algumas ONGs que compõem parcerias importantes em diversos campos sociais, como o Instituto Paulo Freire - IPF, que firmou convênio nacional com a Recid desde 2003 até 2010 e o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, que firmou convênio com a Recid a partir de 2010 até 2014.

O Instituto Paulo Freire (IPF) surgiu a partir de uma ideia do próprio Paulo Freire (1921-1997) no dia 12 de abril de 1991. Ele desejava reunir pessoas e instituições que, movidas pelos mesmos sonhos de uma educação humanizadora e transformadora, pudessem aprofundar suas reflexões, melhorar suas práticas e se fortalecer na luta pela construção de “um outro mundo possível”. Por sua importância nacional e internacional, Paulo Freire foi declarado patrono da educação brasileira em 2012. Desde a criação do IPF, Paulo Freire acompanhou todos os momentos dessa história: apresentou nomes, participou da definição do Estatuto e da linha básica de atuação do instituto e, após sua fundação

oficial, em setembro de 1992, tomou parte nas principais decisões e sempre ofereceu suas valiosas e esclarecedoras reflexões sobre os projetos desenvolvidos. Em 6 de março de 2009, o Ministério da Justiça do Brasil concedeu ao IPF o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), consolidando a sua possibilidade institucional de trabalhar com programas e projetos sociais, culturais, ambientais e educacionais, por meio de parcerias com diferentes instituições governamentais. Atualmente, considerando-se Cátedras, Institutos Paulo Freire pelo mundo e o Conselho Internacional de Assessores, o IPF constitui-se numa rede internacional que possui membros distribuídos em mais de 90 países em todos os continentes, com o objetivo principal de dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire (<http://www.paulofreire.org/o-instituto-paulo-freire>).

E tem como missão:

A missão do IPF é “educar para transformar”, dando continuidade e reinventando o legado freiriano na promoção de uma educação emancipadora, combatendo todas as formas de injustiça, de discriminação, de violência, de preconceito, de exclusão e de degradação das comunidades de vida, com vistas à transformação social e ao fortalecimento da democracia participativa, da ética e da garantia de direitos.

Assim como temos também o Camp – Centro de Assessoria Multiprofissional - como entidade conveniada nacionalmente com o Governo Federal a partir de 2010.

Somos uma organização não governamental, brasileira, fundada em 1983 por jovens estudantes, religiosos ligados à teologia da libertação e sindicalistas urbanos e rurais. Nossa equipe e sócios são militantes sociais que dedicam parte de sua trajetória de vida contribuindo e apoiando processos de organização coletiva em prol do fortalecimento da democracia, da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Atuamos na mobilização, organização social, educação, capacitação, formação de lideranças, pesquisa e sistematização de conhecimento.

E traz em sua missão:

Promover a garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações urbanas através da mobilização social, da formação de lideranças democráticas e da produção de conhecimento no

sentido da construção de novos referenciais de desenvolvimento local sustentável.

Ambas as instituições estão diretamente ligadas ao compromisso de emancipação dos sujeitos sociais coletivos por meio de suas ações na sociedade em parceria com o Estado. Para estas instituições, a luta das classes populares se dá no contexto local, regional, nacional e internacional. Por esse motivo mantém participação em entidades como o CEAAL, a CLACSO e a FLACSO.

O lugar e o papel das redes nesse contexto é de articuladora, fomentadora e organizadora das lutas sociais, partindo de um ambiente micro, para um macro. Dessa forma contribui na unificação das pautas e bandeiras de lutas anti capitalistas, anti imperialistas, democráticas e em favor das classes populares e da classe trabalhadora. Participam como elo entre os entes sociais, o Estado e a Sociedade como partícipes de uma totalidade que se constrói pela luta dos seus contrários e que somente poderia existir nesse contexto.

Não poderia existir em um contexto por exemplo de governos repressores, ou em um Estado onde não houvesse lutas de classes. Como vimos anteriormente, existem as Organizações de lutas populares e as corporativistas que não estão interessadas em saídas autônomas coletivas para as classes populares, exatamente por estarem no polo contrário.

Assim, é claro que a luta de classes se dá em todas as esferas da sociedade e de disputa de todos os seus espaços e do Estado, restando a cada um e cada uma escolher e assumir o seu lado da história, escolher a sua posição: pela autonomia, ainda que como utopia, ou a dominação como realidade cruel que se apresenta secularmente na história da classe trabalhadora.

Porque autonomia é utopia? Porque em uma realidade onde o Estado é determinante dos meios e recursos que possibilitam as ações dos educadores e educadoras, parece-nos que se torna impossível haver a real autonomia dos sujeitos promotores da ação educativa, quanto mais, dos que dela necessitam.

Não estamos contudo, afirmando o desinteresse em desenvolver ações reais e de construção da autonomia. O que afirmamos é a impossibilidade de existência, embora todos os esforços, da autonomia como a possibilidade de livre condicionante das ações e reflexões dos sujeitos. Uma vez que encontram em dependência de alguma estrutura que não lhes é garantida de forma livre e independente, esta impossibilidade acontece.

Pensando nessa necessidade de ações duradouras e que possibilitem o avanço da construção coletiva dos saberes dos sujeitos, é que a Recid pensou na EP como uma Política Pública, garantindo de forma permanente os meios de execução das ações da Rede tanto dentro, como fora dos limites nacionais.

4. 4 A dimensão Política

“Nos momentos mais difíceis, quando vocês não acreditarem mais em ninguém, mais em nada, não desistam da política, porque o político mais correto, mais sabido, mais perfeito que a mídia prega que existe, mas não existe, esse político pode estar dentro de vocês, então vão lá e mudem tudo aquilo que vocês acharem que tem que mudar, mas não desistam da política nunca!” (Luiz Inácio Lula da Silva, 2013).

Ao se falar na dimensão política da Recid, falamos das diversas organizações que a compõe, das articulações feitas ao longo de seu processo de existência e das possibilidades de sua continuidade pós 2014, ano em que encerra seu último convênio com o governo federal.

A sustentabilidade da Recid também faz parte da dimensão política, uma vez que, sem os recursos públicos, suas ações se reduzem, ficando apenas ao alcance das organizações e movimentos que conseguem manter uma parceria que viabilize algum trabalho local.

Por isso a dimensão política dialoga diretamente com as duas anteriores, com a dimensão pedagógica, por meio da intencionalidade da ação dos sujeitos pedagógicos para a organização das ações políticas.

Assim como dialoga com a dimensão organizativa, responsável pelas ações da Recid no que diz respeito à gestão, organicidade, entidades, educadores, comunidades e outros. Sejam as ações de construção de alternativa econômica, como as de organização de formas de controle social de políticas públicas, de participação cidadã em várias atividades de caráter reivindicatório de direitos ou de proposições de políticas públicas.

Segundo Freire, a educação não é neutra, ela tem sua intencionalidade política, sobretudo quando se afirmar uma neutralidade, pois a "neutralidade" afirmada, esconde a opção pelo que se apresenta dominante (Freire, 1974). A educação ao ser vista a partir da compreensão de classe social em que está

mergulhada, possibilita sua manifestação nas classes populares como fator de desenvolvimento do “ser mais”. É nesse sentido que a Recid se apresenta.

A EP busca romper com o discurso do senso comum, que afirma que algumas coisas – curiosamente as mais estratégicas para o capital – na sociedade, não têm posição, são naturalmente concebidas assim, sem opção, sem sujeitos, sem cara, sem classe.

Pode-se dizer que a dimensão política define a existência da Recid enquanto Rede, enquanto opção metodológica de sua pedagogia e enquanto direção de rumos a serem tomados na criação de uma unidade no conjunto da diversidade que a compõe, bem como na articulação de parceiros nessa construção.

Nesse sentido é que se constrói na Recid a discussão da EP como Política Pública. No intuito de torná-la uma política de Estado com todas as garantias de recursos necessários para o seu desenvolvimento. Mas não apenas a institucionalização, como também o “ir além” dos sujeitos envolvidos, a perspectiva da autonomia dos sujeitos que a compõe, tanto no sentido de desenvolvimento coletivo, como no aspecto individual de reconhecimento de suas identidades, seus direitos, suas possibilidades.

Partindo desse pressuposto, analisaremos a Recid neste capítulo, por meio da interpretação de Estado ampliado de Gramsci. Nas sociedades ocidentais, o Estado ampliado, ou seja, a superestrutura, é a junção de duas esferas da sociedade:

a) sociedade política: composta por mecanismos pelos quais a classe dominante monopoliza legalmente a repressão e a violência aos que se levantam contra si, tem identificação com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, que são controlados pelas burocracias. É por meio da sociedade política que as classes exercem sempre uma dominação, uma mediante a coerção;

b) sociedade civil: composta pelas organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, por meio das escolas, das igrejas, dos partidos políticos, dos sindicatos, das organizações profissionais, dos meios de comunicação entre outras formas.

É por meio da sociedade civil que as classes buscam exercer sua hegemonia, ganham aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso. Os seus veículos materiais de expansão, os "aparelhos privados de hegemonia", são os organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos com relação à sociedade política.

Para Gramsci, a sociedade civil pertence ao Estado ampliado, portanto, ela seria estatal em sentido amplo. Na afirmação que foi feita por um dos educadores entrevistados, a respeito do papel do Estado e da contradição do mesmo na Recid.

“O Estado deve ser o regulador e mediador do equilíbrio entre as classes. Esse estado é contraditório, e é muito pesado trabalhar tão próximo das instâncias de decisão que é o mesmo que promove o pró uni, por exemplo, ao mesmo tempo que promove a educação popular. Onde a disparidade de valores aplicados em cada um dos dois projetos é gritante”(entrevistado “K”).

Para Marx, o Estado não é um conciliador das lutas de classes, mas ele aparece saído da própria sociedade, como poder necessário no momento em que as classes não têm condições de conciliarem suas contradições. O Estado é, um meio de dominação de uma classe, por outra, por meio da legalização dos instrumentos de dominação.

Segundo Lênin a afirmação de que o Estado deve ser conciliador ou regulador, ou mediador das lutas das classes, vêm de teorias burguesas que deturparam a afirmação de Marx, que diz que, o Estado não se manteria nem existiria se fosse possível a conciliação das classes, e que a existência do próprio Estado é a prova de que as classes possuem contradições que são inconciliáveis.

Outro equívoco é que se o Estado surge da sociedade como forma de dominação da classe burguesa sobre a classe oprimida, e se apresenta cada vez mais estranho à própria sociedade, logo, jamais haverá a emancipação das classes oprimidas, uma vez que o poder do Estado, mesmo estranho à sociedade surge em defesa da classe dominante, ou seja, mesmo em uma revolução violenta sem a supressão do Estado não seria possível a emancipação das classes oprimidas. Essa é a afirmação de Marx a respeito da emancipação das classes populares oprimidas.

Mas surge o seguinte questionamento: Mesmo um governo que ocupe o Estado com um programa que atente para as classes oprimidas, e não para a elite dominante, poderia promover a emancipação das classes oprimidas por meio das suas políticas públicas?

Nesse contexto analisemos novamente o ambiente atual. Estamos em 2016, no sistema político Brasileiro, a fragmentação dos partidos políticos em inúmeras siglas, onde a grande maioria é de defensores das classes dominantes do capital, para que o povo possa eleger um presidente, é necessário que existam as coligações, estas, acontecem normalmente entre partidos de maior expressão nacional que dispõem de concordância mínima em seus programas de governo.

Ainda temos mais duas instâncias para além do executivo que definem a governabilidade deste. 1. O Legislativo: Câmara dos Deputados Federais e o Senado Federal, que compõe o legislativo, muitas medidas não podem ser tomadas pelo executivo sem que o legislativo aprove, no entanto como ocorreu na última eleição de 2013, a vitória do executivo se deu à coligação do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, juntamente com outras siglas, de esquerda como o PCdoB, por exemplo, e do centro como o PSB, houve uma proposta de uma grande base aliada pela governabilidade, onde ocuparam o Estado também partidos de direita. A necessidade dessa base foi o fato de a maioria eleita para o legislativo ser das elites, das bancadas de direita. O que tornaria ingovernável a gestão do executivo. 2. O Judiciário, responsável por todas as decisões jurídicas dos poderes

legislativo e executivo. É quem dá a última palavra e vem sendo chamado a decisões cotidianas acerca de todas as temáticas do Estado e do governo.

Esse foi também o motivo pelo qual a Recid sofreu o encerramento de seus recursos do governo. Levando-se em conta que muitos projetos sofreram inicialmente com a reestruturação do governo, que é um processo normal pós eleição, mesmo sendo reeleita, a presidenta teve trocas de pessoas das equipes em geral. Depois veio a crise de governabilidade desencadeada como acima citei.

Pois bem, o que diz Lênin, com base nas afirmações de Marx a respeito?

Assim, na revolução de 1917, quando a questão da significação do papel do Estado foi posta em toda a sua amplitude, posta praticamente, como que reclamando uma ação imediata das massas, todos os socialistas revolucionários e todos os mencheviques, sem exceção, caíram, imediata e completamente, na teoria burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado". Inúmeras resoluções e artigos desses políticos estão profundamente impregnados dessa teoria burguesa e oportunista da "conciliação". Essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com sua antípoda (a classe adversa). A sua noção do Estado é uma das provas mais manifestas de que os nossos socialistas revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas, como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista (LÊNIN, 1917, p. 10).

Este contexto exposto acima sobre a realidade do Brasil na última eleição mostra o motivo pelo qual as políticas estruturantes não conseguiram se efetivar e em nome da governabilidade o governo se alinhou mais à direita que a esquerda que o elegeu com o potencial dos movimentos populares.

Não bastasse uma política de tentativa de conciliação de classes que não deu certo, ainda houve uma consequência mais grave que foi a traição da burguesia que por meio do partido coligado representado na figura do vice presidente acaba sendo peça chave da tentativa de destituição da Presidente por meio de conciliações políticas entre os partidos de direita.

O pretexto de Impeachment na verdade mascara um golpe político da direita que se infiltrou no governo, já que sua entrada foi forçada pela maioria eleita do legislativo. Este fato verídico e atual é facilmente compreendido pelas afirmações de Lênin, quando descreve que Marx dizia não ser possível a conciliação das classes. E que o Estado na condição de “*órgão de dominação de classe*” trabalha sempre a favor da classe dominante, que não é a classe que se faz governo e que ocupa o Estado, mas a classe que detém o poder econômico.

Nesse sentido, temos outra fala das entrevistas que questiona: [...] *dificuldade de se perceber até onde o modelo de sociedade quer seres pensantes? Então vivemos a contradição de estar trabalhando na base, mas com recurso do governo.* (Entrevistado “J”)

O referencial teórico acima citado reafirma novamente que mesmo sendo um governo alinhado com as classes populares, não há como haver a emancipação da classe, com o Estado atuante, muito menos por meio dele como promotor de políticas que poderão ser emancipatórias, até certo ponto, já que o Estado, como sociedade política cada vez adquire o distanciamento e estranhamento do Estado como a sociedade civil.

Não podemos perder de vista também a realidade analisada quando foram elaboradas tais afirmações, sabemos da sua pertinência mesmo nos dias atuais, porém precisamos ler os textos não de forma ortodoxa, mas como subsídios para interpretar a realidade com os elementos de que dispomos na atual conjuntura. E também auxiliados por mais autores que possam complementar as diversas análises possíveis.

Por outro lado, temos as afirmações de Gramsci (2001), que definem o Estado como espaço em constante transformação, não como um ente, estático, duro, mas como espaço de disputas das classes para o desenvolvimento das transformações necessárias para que ele sirva ao invés da classe economicamente dominante, que é numericamente minoria da população, e passe a servir às classes populares por meio do rompimento da hegemonia da classe dominante.

Para isso seria necessário que as lutas contra-hegemônicas frutificassem resultados em escala mundial e que pudessem causar transformações globais no conjunto dos países em luta contra ao capital, uma vez que para Gramsci (2001), o socialismo não se torna viável em único país, mas necessita da internacionalização das lutas constantes por hegemonia.

É com esse olhar e essa perspectiva que a Recid constrói as pautas de lutas locais, regionais, nacionais e internacionais, na perspectiva da disputa do Estado, e da sua transformação necessária para atender as necessidades da maioria da população que estão classificadas como as classes oprimidas.

Mas não é a mera inversão da pirâmide social, o que não passaria da “ditadura do Proletariado”, mas a Recid propõe, que pela conquista das instâncias de poder do Estado, - seja não somente o executivo, como também o legislativo. Hoje, se percebe ainda mais a necessidade do Judiciário, já que as leis existentes historicamente atendem aos interesses das classes dominantes - seja possível a construção de outras formas mais democráticas de poder, rompendo com a forma histórica dominante do Estado na forma e estrutura que se tem hoje. Ao mesmo tempo em que se consiga rumar para o socialismo por meio das lutas integradas de diversos países de governos progressistas de esquerda.

Para isso se faz necessária a articulação com os diversos parceiros nacionais e internacionais de que falamos no item sobre as redes. Os Movimentos Sociais como o MST e o MPA, por exemplo já compreenderam essas necessidades e se articulam com a Via Campesina que é um movimento da América Latina de luta pela conquista e permanência na terra. Assim outros como os espaços de trocas de conhecimento como a Rede CEAAL, CLACSO, FLACSO e outros já citados anteriormente, se fazem parceiros indispensáveis na caminhada da Recid.

Dessa forma, analisaremos as possibilidades das lutas sociais pela EP no interior do Estado e a construção de alternativas sociais como Projeto Popular Para o Brasil.

4.4.1 A Recid e a institucionalidade

A institucionalização das práticas e organizações populares, por meio de políticas públicas, é uma discussão que está girando na Recid há algum tempo e que se consolida em meados de 2010 com os preparativos temáticos de defesa da EP como Política Pública na CONAE 2010. Desde então, as discussões conduziram para a construção popular e coletiva dos textos que foram expostos para apreciação via internet.

Ali a população em geral teve acesso aos materiais escritos e pode opinar a respeito deles. Após o prazo de apreciação, foram revisados e encaminhados para votação do Marco de Referência da EP para as Políticas Públicas.

Nas entrevistas temos falas a respeito da institucionalização da Recid:

O que significa institucionalização? Qual a estratégia de transformação do Estado? O grupo da esquerda dominante esqueceu que a transformação na sociedade brasileira só vai acontecer se estiverem associados o Estado e a sociedade? (Entrevistado "G").

Uma das grandes chaves a serem discutidas é a institucionalização da EP, seu caráter emancipador, crítico, de defesa da classe trabalhadora, corre riscos ao se institucionalizar? Para responder a esta pergunta recorreremos aos documentos da Recid sobre a Política Nacional de EP que foi construída com a participação da Recid em sua "frente de batalha", na elaboração dos documentos em conjunto com outros segmentos da sociedade ligados à EP.

Para superar esta questão é importante reforçar alguns pontos. Primeiro é necessário dizer que a proposta da PNEP está voltada para programas, ações e planos que já existem no Governo Federal. A PNEP não interfere nas práticas de educação popular existentes na sociedade, que inclusive, são muito maiores e mais vigorosas do que a institucionalidade consegue abranger. Em segundo lugar, a proposta é que a política seja gestada e

gerida por uma comissão com representantes do governo e da sociedade civil. Ou seja, sua gestão é baseada em uma instância de participação popular. Terceiro elemento é que a PNEP buscará garantir que a metodologia participativa da educação popular seja seguida nos processos de formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Portanto, não corremos o risco de que a educação popular seja cooptada, controlada, resumida a uma política, ou mesmo asfixiada pela ação do Estado. Afinal ela busca criar uma matriz de processos educativos a partir do que já existe no Governo Federal. In:(<http://Recid.redelivre.org.br/2014/07/22/uma-politica-publica-de-educacao-popular/>).

Para a Recid, a EP dentro da institucionalidade, de governos e do Estado mais especificamente, apesar de não ser nova, pode trazer novidades e revitalizar as práticas educativas. É estratégica essa ação, para Recid, por se tratar de educação voltada a emancipação, na disputa do Estado que interessa às camadas populares, não ao Estado que interessa à classe dominante, conseqüentemente, disputando a finalidade e o sentido do Estado. A partir daí começou um árduo trabalho de construção de uma proposta de EP como Política Pública - PNEP.

Que consiste em aglutinar ações do governo – economia solidária, educação ambiental, educação de jovens e adultos, EP em saúde etc. – em torno de um referencial comum, baseado nos princípios da EP. Respeitando a diversidade cultural e de saberes, parte do contexto social em que se desenvolve e visa a transformação da realidade e o fortalecimento do controle social.

A PNEP em fase de construção ainda, tem como sua primeira parte a aprovação do Marco de Referência para as Políticas Públicas em EP. O Marco de Referência esteve trinta dias sob divulgação no endereço www.participa.br/educultural onde pode ser consultado, e opinado pela população em geral, teve mais de duas mil participações no endereço.

Em 2013 foram realizadas as etapas municipais, regionais e estaduais da 2ª Conferência Nacional de Educação. Período rico em debates sobre as potencialidades e limites desta política que busca recolocar a educação popular como elemento essencial à construção de um projeto de nação

democrático e popular" In:(<http://Recid.redelivre.org.br/2014/07/22/uma-politica-publica-de-educacao-popular/>).

As perspectivas de construção dessa política são: a construção de Um Projeto Popular para o Brasil através de políticas de participação social, formação em direitos sociais para as comunidades e controle social das políticas públicas em diversas áreas do governo federal.

Ainda com base nos seus princípios, a Recid possui um sistema de Gestão Compartilhada, onde as decisões são tomadas por comissões compostas por segmentos da base social da Rede (educadores contratados e voluntários de cada região), entidades conveniadas e parceiras além do governo. Onde dois terços da composição é da sociedade civil e apenas um terço do governo. A PNEP propõe ainda, que a EP além de ser uma política de Estado, também esteja presente na educação escolar regular, das escolas públicas. Que esteja tanto na educação formal, quanto não –formal. Porém, a respeito da institucionalização da EP, podemos tomar por base uma afirmação de Libâneo:

É importante observar que esta ação contra hegemônica, desencadeada por uma pedagogia efetivamente comprometida com a emancipação das classes subalternas e da humanidade como um todo, não tem como institucionalizar-se numa sociedade cuja mola mestra é o capital (Libâneo, 1985 *apud* Paludo, 2001).

Desta forma a discussão da pesquisa se torna cada vez mais controversa, para que seja possível analisar as teorias e as práticas que envolvem este universo, é que foi necessário o uso do materialismo dialético na construção de uma compreensão a respeito das práxis da Recid. Pois, seguindo o materialismo dialético, é necessário que haja contradições, para que as teses possam ser construídas.

Busquemos as contradições da EP na institucionalidade. Em uma ação de análise, temos as afirmações de Kosik (1976) a respeito das aparências, ou da pseudo concreticidade, como as feições aparentes do trabalho da Recid enquanto elemento fomentador de emancipação e cidadania.

Que podemos afirmar a respeito das ações tidas como emancipatórias? Uma práxis fetichizada ou uma essência revolucionária?

Para possibilitar esse debate tomemos alguns conceitos como por exemplo, o Estado moderno de Marx, onde para ele, o Estado é o legitimador da ideologia liberal que sustenta uma democracia formal, sendo assim, é reproduzidor das relações sociais e de produção, dessa ordem, sustentada pelo aparato jurídico e da força pública (polícia e exército). Sendo assim, o Estado estaria a serviço dos mais fortes e que, para as classes proletárias garantirem sua emancipação humana, teriam que se utilizar da organização, mas dentro de uma nova realidade, nova ordem a que denomina de comunismo.

Para Marx, segundo Chauí:

A liberdade que começa com a emancipação na busca da autonomia, só se concretizará quando começar efetivamente a história, isto é, quando o homem for sujeito autônomo e terminar a pré-história, isto é, o período em que o capital é sujeito (CHAUÍ, 1992, p. 352, *apud* PALUDO, 2001).

Já para Gramsci (1992), o Estado não somente está ligado ao poder econômico, como se introduz na esfera da cultura, conceito de hegemonia na criação dos estados nacionais. A hegemonia compreende a questão intelectual (cultural) e moral da sociedade civil sobre a sociedade política. Essa dinâmica se dá por mecanismos de coerção e de consenso pelas classes dominantes sobre o restante da sociedade.

Assim, quanto maior a hegemonia de um grupo social principal, maior o consenso, menor a coerção política sobre a sociedade.

[...] Nesse momento é possível fixar os grandes “planos” superestruturais, o que se pode chamar de sociedade civil, ou seja, o conjunto dos organismos vulgarmente chamados de “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, aos quais correspondem respectivamente a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a do “domínio direto” ou de mando que se expressa no Estado ou no governo jurídico (GRAMSCI, 1992, *apud* PALUDO, 2001).

Na medida em que a sociedade se organiza em torno de seus direitos e interesses, o Estado, segundo Poulantzas (1985 *apud* PALUDO) materializa-se na correlação de forças entre as classes e grupos em conflito nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. Nessa luta de classes, podemos encontrar grupos como a Recid que posiciona-se em defesa das classes populares, na correlação de forças no interior da instituição de Estado através do governo, apoiada pelos movimentos sociais populares.

Ao compreender as contradições existentes na experiência da Recid na relação que a compõe como Estado/governo, sociedade civil e movimentos sociais, enquanto proposta de educação libertadora, este estudo traz a síntese de um contexto complexo onde se encontra. A forma como esses impasses foram trabalhados ao longo da caminhada da Recid, destaca o desejo da continuidade dos processos educativos.

Mas como? Um horizonte em disputa é a EP institucionalizada em ações de políticas de Estado. Os primeiros passos foram dados a partir de 2010 com a discussão sobre a EP como política pública encabeçada pela Recid, e apoiada por diversos movimentos e organizações da Sociedade civil na CONAE 2010.

Desde então a luta resultou em um documento construído nacionalmente, posto em análise aberta ao público e logo após, oficializado, a este documento chamamos o Marco de Referência em EP para as políticas públicas. Tem como Objetivo:

“... promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela educação popular para o conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, que contemplem os diversos setores vinculados a processos educativos das políticas públicas do Governo Federal” (MREPPPP ¹⁰ 2014).

Porém, a defesa da institucionalização das práticas de EP nas ações do Estado não são unânimes, ainda existem vários pensamentos receosos em torno do tema. Existem vários argumentos de que a EP, ao institucionalizar-se oficialmente como um programa de Estado, seria controlada por ele, perderia seu caráter crítico, ficaria “engessada” às formas do Estado, entre outras hipóteses.

Verdadeiras? Não sabemos, acredito que somente com um controle social muito grande poderíamos ter as respostas e sobretudo depois da própria institucionalização, ou seja, na inclusão da EP nas políticas de Estado.

Apenas não podemos perder o horizonte de que a EP não é um ente que possa ser tomado de assalto e dominado por alguém. Antes, é uma prática educativa para a liberdade. Ela não pertence a uma entidade ou outra, mas segundo Freire (1974), faz-se ao recriar-se. Não é um método, ou uma metodologia, mas uma concepção de educação e de visão de mundo que dialoga. É o todo do ser com quem interage.

Dessa forma a EP aplicada nas práticas educativas oriundas do Estado, só teria a acrescentar positivamente à população beneficiária de tais programas, projetos e ações. Da mesma forma ela continua sendo exercitada nos movimentos sociais, nas organizações de interesse popular, o que se torna imprescindível, é que se mantenha seu caráter, crítico, libertador, dialógico, de transformação social e das relações de exploração e dominação do capital.

Algumas contradições identificadas no processo de existência da Recid, a começar por sua implantação, pelos acontecimentos citados a seguir, foram

importantes fontes de informação para que se pensasse a compreensão das suas ações.

1) A condição da Recid ter surgido a partir de uma decisão política de governo, desenvolvida inicialmente, para atuar junto à políticas públicas ligadas ao Programa Fome Zero, que recebeu o nome de TALHER, configura um desses impasses à medida que sendo um projeto de formação cidadã, foi originariamente criado para os beneficiários do Bolsa Família - hoje substituído pelo Programa Brasil Sem Miséria – e assume um caráter emancipatório para essas populações.

2) Outra condição que pode ser tomada é que mesmo a Recid tendo sua origem no governo, é assumida pelos Movimentos Sociais, como uma antiga reivindicação de programas de educação para a cidadania. Aliás, ela emerge dessas reivindicações e organizações históricas como as CEBES, por exemplo.

3) A Recid em sua Gestão Compartilhada entre conselhos e comissões formadas por representantes do governo, educadores e entidades parceiras e conveniadas ao projeto constitui uma forma particular de organizar as tomadas de decisões.

4) A questão da sustentabilidade financeira da Recid, sempre esteve associada aos recursos públicos federais, por se tratar de um projeto de governo, porém, adquiriu caráter de rede nacional, pelo envolvimento dos sujeitos que desenvolvem o processo formativo ampliando a possibilidade de ações por meio de parceiros sociais como entidades associativas, sindicatos e ONG, s.

5) A Recid em seus princípios, possui intencionalidade política de caráter transformador da realidade social, através da construção de um Projeto Popular para o Brasil, um de seus objetivos, além da organização social dos sujeitos locais, à medida que mobiliza e instrumentaliza as classes populares para a intervenção nas políticas públicas, por meio do controle social.

Diante dessas características da Recid, foi possível analisar que trata-se de um projeto que, como único no Brasil, assume a responsabilidade de ser um veículo de informação, ação, e construção de alternativa em um contexto político e econômico desfavorável, considerando a hegemonia do capital; mas que ao mesmo tempo, parece estar próxima das políticas de alguns países latinos com governos considerados de esquerda.

Algumas premissas levantadas, podem ser analisadas com base nas afirmações e conceituações de teóricos clássicos a exemplo de Gramsci quando expõe sobre o Estado ampliado, sobre o consenso e a cooptação da classe dominada pela classe dominante no exercício do poder do Estado.

Uma vez que se faz necessária a avaliação do governo como ocupante do executivo nacional, que não tem concordância total com a classe econômica e culturalmente dominante. O cenário atual se apresenta com uma complexidade ímpar na história brasileira. Alguns acontecimentos parecem muito com o já vivido em outras épocas, quando novamente os poderes internacionais não aceitaram o crescimento da autonomia do Brasil frente a organismos e países detentores de poderio opressor a nível mundial.

As ações que para nós brasileiros, ainda parecem muito incipientes e tímidas para a soberania nacional, a mudança na política econômica e nas políticas estruturais de distribuição de renda, mesmo assim, são ações que não somente alarmam, como despertam a ira internacional sobre o Brasil. São vistas como afrontas e sinais claros de que caminhamos para novos rumos, que o leme do barco não está mais nas mãos dos que lhes são servis.

O poder internacional nunca esteve fora, mas sempre enraizado no país pela imposição cultural, econômica, tecnológica e de conhecimento. Para o imperialismo, perder quaisquer destes campos é um sinal de alerta que pode custar muito para a democracia ainda frágil e, por vezes, ingênua, brasileira.

Os mais ferozes aliados dos interesses internacionais que atuam na linha de frente no Brasil encontram-se na chamada “classe média” - uma estratificação composta por indivíduos da classe trabalhadora, outros da classe proprietária que se identificam por um padrão de renda intermediário entre alta e baixa, mas sobretudo, na cultura fortemente enraizada na cultura dominante dos grandes proprietários nacionais e internacionais. Cultuam a classe abastada como se dela fizessem parte, porém dependem do sucesso econômico do PIB nacional para sobreviverem, mesmo assim, atendem aos interesses diretos do capital, subordinam-se a ele de forma servil e obediente.

Temos então um impasse, já que o governo nesse caso, desde 2003 não se apresenta defensor da classe dominante, mas um mediador de processos de transformação social, não somente pela ação direta do Estado - como nas questões políticas - mas pelo fomento à mobilização popular. O que torna o processo de transformação ainda mais lento, embora necessário e sobretudo justo, é a transformação pelas bases.

O que observamos na conjuntura política, é que não há uma correlação de forças favorável à mudanças mais estruturais no país. O governo (executivo) não governa sozinho, mas torna-se um agente sob pressão do punho que se apresentar mais “cerrado”, que neste caso, não é o das populações desprovidas materialmente, mas do capital.

Qual a saída, então? Não sabemos, mas os teóricos estudados aqui, nos dão pistas na direção dessa solução. O empoderamento das camadas sociais menos favorecidas, desprovidas de suas condições básicas de existência são ações que enfrentam a desigualdade social, porém para tal acontecimento seria necessário mexer profundamente nas raízes da desigualdade, na economia, na estrutura do Estado, na legislação, são mudanças estruturais que necessitam de uma ampla defesa por parte da população – o que não existe atualmente.

Dessa forma voltamos a uma cadeia, onde um acontecimento leva a outro, da mesma forma que o governo não possui maioria no congresso que possa aprovar

mudanças estruturais mais profundas, também não possui o apoio popular necessário para fazer intervenções mais eficazes contra a oposição que sofre e que desagrega parte da população do próprio governo, como a regulação da mídia, por exemplo.

Qual a saída?

Talvez a luta popular, assim como a seguir se apresenta no próximo item.

4. 4. 2 Um Projeto Popular para o Brasil

Um Projeto Popular para o Brasil, é nessa construção que a Recid aposta como forma de transformação social, não somente pelos efeitos na sociedade e na economia, na soberania nacional, nas condições gerais de vida da população, mas sobretudo pelo processo de transformação que começa antes da execução de qualquer projeto.

A transformação do popular como sujeito de seu caminhar, capaz de pensar, propor, desenvolver e aplicar as práticas da liberdade que se manifestam no ser quando se tem na ação dialógica, crítica e libertadora o alicerce da educação.

Esse processo de transformação não se dá de um para outro, nem do ser ensinante, para o aprendente, nem vive versa, mas se dá na luta, na revelação e discussão das contradições, na dinâmica da desconstrução e reconstrução dos nossos próprios paradigmas. Se dá na vivência das práticas de liberdade, no conhecimento gerado pela experiência, e no conhecimento apendido com o processo histórico, com os registros, com os que se dedicaram a pensar a política, a vida e a expressão de suas formas.

Talvez esse seja o processo que pode contribuir para a transformação, não do ser, não do indivíduo não do sujeito, não da sociedade, mas do conjunto de

caminhantes que fazem o caminho. A utopia nos serve de horizonte para que nos lançarmos um passo à frente sempre, segundo Galeano.

Nesse sentido, podemos afirmar que a Recid compreende como Projeto Popular para o Brasil o projeto nacional que contemple as seguintes características:

- “1. **Soberania**, no sentido da não dominação entre as nações no que se refere aos seus territórios, culturas, biodiversidade, recursos naturais e sobre seu destino histórico, garantindo a autodeterminação dos povos.
2. **Compromisso com as diferenças e diversidades culturais, religiosas, pluri étnicas**, sexuais, de gênero, enquanto construção e fortalecimento de novas relações humanas. Não se trata apenas de tolerar e respeitar as diversidades, mas compreendê las como necessárias em um processo de libertação e, portanto, vivenciá las e garantir que existam.
3. **Democracia direta e participativa**, compreendida enquanto igualdade de oportunidades sócio econômicas e respeito ao ser humano em sua totalidade, pois isso pressupõe, primordialmente mecanismos de participação direta, novos modos de representação, exercício de poder de cada um/ a e de um povo, sobre o destino da Nação, assim como a superação da relação de exploração entre os seres humanos.
4. **Exercício do poder popular**, no sentido de termos a classe trabalhadora enquanto sujeito de um processo de libertação, para tanto, é necessário o reconhecimento dos sujeitos enquanto classe, para o exercício da solidariedade de classe e a construção cotidiana de relações humanizantes de poder e, portanto, de novas relações culturais, econômicas, políticas, sociais e de comunicação.
5. **Processo emancipador e transformador**, pressupondo a superação das relações de opressão por meio da construção de relações libertárias e da organização do trabalho de forma mais coletiva e distributiva.
6. **Organização solidária da economia e da sociedade**, que não permita a concentração de riqueza, desconcentre a renda e os meios de produção e de comunicação, garantindo igualdade de acesso a bens materiais e imateriais, serviços e a riqueza produzida pelo povo, na perspectiva da construção do socialismo.
7. **Um projeto pautado em valores anti capitalistas**, compreendendo estes como base de um projeto contra hegemônico. Relações pautadas na ética, no compromisso com a condição humana, de partilha, solidariedade e cuidado com a natureza, combatem por exemplo, o individualismo, a competição, a indiferença e a depredação.
8. **Internacionalismo**, compreendido como integração entre os povos que lutam por sua autodeterminação em todo o mundo.
9. **Democratização e controle social e comunitário dos meios de comunicação social e o protagonismo/liberdade** das comunidades na produção de sua linguagem, simbologia e comunicação” (PPP, 2006)

Essas características do Projeto Popular para o Brasil, foram aprovadas no 8º Encontro Nacional da Recid, onde foram ainda acrescentadas em plenária, mais

doze itens que podem ser vistos na íntegra no relatório do 8º Encontro Nacional da Recid.

Porém, como processo que se qualifica, não foi e não está dado. Está em construção. No tempo da EP, no tempo do conscientizar-se e de estar no mundo. É um tempo que não se pode medir, nem contar, porque é o tempo de todos e de cada um, num processo coletivo.

O avanço da direita e de retirada e direitos fundamentais adquiridos em lutas históricas, tem impossibilitado aos lutadores populares e ao próprio governo avançar no processo de criação de alternativas ao capital, que sejam mais contundentes.

Uma das principais alternativas que podemos destacar é a Economia Solidária, que se apresenta de forma transversal ao conjunto de direitos sociais, defesa da soberania e segurança alimentar, além de seu propósito mesmo de alternativa econômica ao esmagador capitalismo enraizado nas entranhas da sociedade.

Para Singer (2011), Economia Solidária é uma forma de organizar atividades econômicas desde a produção até o consumo, passando pela distribuição e organização desses processos. A economia Solidária tem como principais características a propriedade dos meios de produção, no caso, o empreendimento, que não é de propriedade individual, mas do conjunto dos trabalhadores do mesmo. Bem como sua administração, que é coletiva. Existe sob as formas de cooperativa, que historicamente é sua forma inicial, porém ainda podem ser associações ou organizações de trabalho informal assim como as recuperações de empresas por trabalhadores, que desde o século XIX, aconteceram com as minas de carvão que faliram e foram recuperadas pelos seus trabalhadores.

No Brasil, o movimento de Economia Solidária, atendido em suas reivindicações históricas e por meio de uma tomada de decisão política do governo federal, teve em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES-coordenada por pelo Professor Paul Singer. Que continua a desenvolver as políticas

voltadas à valorização da Economia Solidária como uma alternativa ao modelo capitalista de desenvolvimento.

Para Nascimento, a Economia Solidária no Brasil, começa a surgir em torno da década de 1990, a partir de experiências anteriores de empresas retomadas pelos trabalhadores, também foram surgindo as incubadoras nas universidades e mais tarde foi levada a discussão para dentro dos sindicatos, a CUT sofreu uma certa resistência inicial, mas posteriormente reconhece esse debate. Em 2001 no Fórum Social Mundial, se percebe essa experiência como mundial.

É compreendida como alternativa, não somente quanto à propriedade coletiva e autogestão dos empreendimentos, como também na produção e desenvolvimento sustentável dos produtos, assim como o comércio justo. A Economia Solidária configura também uma forma de desenvolvimento e gestão do conhecimento empírico. Onde os saberes populares e tradicionais são valorizados e trocados, também é uma forma e espaço de luta por direitos e da práxis cidadã dos sujeitos e dos coletivos em constante aprendizado.

Existem diversas experiências¹¹ em economia solidária que envolvem o protagonismo da Recid em todo o país, mas citamos uma em que converge grupos de economia solidária que possuem apoio e parceria da Recid, para participarem de um projeto que hoje é internacional.

A Feira de Economia Solidária do Projeto Esperança Cooesperança da Cidade de Santa Maria no RS é um projeto existe há 20 anos e este ano está com a 12ª Feira Latino Americana de economia Solidária, e 23ª FEICOOP. Esta feira recebe a participação de grupos da RECID desde 2010, quando teve dois estandes, um de alimentos e outro de artesanatos. Desde então os grupos da Recid dentro da FEICOOP se multiplicaram. Mesmo com as ações da Recid reduzidas a algumas entidades e educadores, o fato de ter conquistado esse espaço de construção de alternativas ao modelo econômico, se faz uma vitória significativa para a Rede, uma

11 As experiências da Recid podem ser encontradas no link: <http://recid.redelivre.org.br/category/recid-no-brasil/>

vez que passa a fazer parte da Teia Esperança, uma articulação e integração de redes de economia solidária em toda a América Latina.

Diante desse cenário é possível afirmar que a Economia Solidária é parte importante não somente da temática da Recid, como de suas experiências no campo popular, educativo, mas também na luta institucional, já que assim como a Recid, faz parte das políticas do governo, contando com uma secretaria nacional. A economia Solidária é parte importante também da construção do Projeto Popular para o Brasil, à medida que participa da construção de alternativas ao modelo neoliberal em seu pilar principal que é a relação da produção da vida material, as relações entre capital e trabalho na sociedade.

No projeto Popular para o Brasil, podemos encontrar diversos campos de ações e de debates da construção de alternativas ao modelo elitista e burocratizado de Estado hierárquico. Além de todas as questões já levantadas ao longo deste trabalho, temos também a questão da democracia participativa, onde a Recid foi protagonista do Plebiscito Popular Constituinte que foi às ruas ouvir a população sobre a reforma política.

Considerando que se faz cada vez mais necessária a mudança das regras que comandam a política em nosso país, por conta de a população não se sentir mais representada pelos políticos, sobretudo que ocupam o congresso nacional, pela câmara dos deputados e pela legislação por eles aprovada, que em grande maioria, são um retrocesso de anos nos direitos humanos e direitos dos trabalhadores. Em 2014 foram criados comitês em todo o território Nacional para debater o Plebiscito Nacional Constituinte com o tema: *“Todo poder ao Povo, Por um plebiscito popular para uma Constituinte Exclusiva e Soberana que garanta ao povo o direito de mudar o sistema político”*.

Foi criado um espaço na mídia digital para a divulgação dos materiais, onde se pode ainda encontrar a cartilha e demais documentos de onde extraímos o texto a seguir:

A partir de um plebiscito popular, o povo dirá sim ou não a uma Constituinte Exclusiva e Soberana composta por cidadãos e cidadãs eleitos/as exclusivamente para mudar o sistema político, e não pelo Congresso Nacional.

Em setembro de 2013, a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais aprovou a realização de um Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. A Plenária também definiu que a pergunta será única: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?” (http://plebiscitoconstituinte.org.br/sites/default/files/material/AF_Cartilha%20Plebiscito%202%C2%AA%20E di%C3%A7%C3%A3o_IMPRESSAO.pdf)

Além das ações desenvolvidas pela juventude que tem tido papel fundamental no conjunto das lutas sociais assim como nas lutas específicas como pela educação, contra o genocídio das juventude periférica, sobretudo negra, e estando a frente das grandes manifestações em todo país.

A juventude que faz parte da Recid se organiza pelo Levante da Juventude, ente outros movimentos de juventude em todo o país.

Em 2014 foi criado o Observatório da Juventude: “*Observatório foi criado a partir da Campanha Nacional contra Violência e Extermínio de Jovens. Lideranças jovens que buscam fazer um mapa da violência da juventude amazonense, valorizando o social e cultural da juventude*” (<http://Recid.redelivre.org.br/mapa/observatorio-da-juventude/>). Assim como a luta das mulheres negras, dos povos indígenas além de todos os outros citados no decorrer da pesquisa com suas pautas específicas participam dos diversos segmentos da Recid.

A perspectiva do Projeto Popular para o Brasil e da Recid é que sejam grandes agregadores da lutas populares, das pautas populares, que esse seja o caminho para o enfrentamento ao modelo de sociedade que se tem hoje, e que não corresponde aos interesses da maioria da população, tampouco da classe trabalhadora.

Os processos de emancipação popular são sementes lançadas pela Recid no sentido de contribuir com a semeadura de novas perspectivas de sociedade, mais justa, horizontal, plural, crítica e libertadora.

Considerações finais

Dos medos nascem as coragens. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio. (GALEANO, 1981, p. 17)

A criação da Recid se dá em 2003 como articulação de diversos movimentos sociais populares, entidades sem fins lucrativos, como associações, cooperativas, organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores, entre outros sujeitos comprometidos com a transformação social. Instrumentalizados pela concepção teórico-metodológica da EP e financiados com recursos públicos, do Estado, porém como política de governo. Nesse sentido a Recid tem se empenhado em desenvolver também ações e parcerias que promovam a sustentabilidade da Rede. Porém, as contradições que se apresentam são de ordem estrutural, financeira e política.

A questão de fundo desta pesquisa é a compreensão das relações entre o Estado, a Recid e a sociedade civil organizada, na operacionalização da Rede pelo Estado, sendo este, historicamente instrumento de dominação da classe trabalhadora pela economicamente dominante.

Quais as reais possibilidades emancipatórias? Como se dão as relações de poder no interior da Rede e da Rede com o seu financiador, o Estado? Quais as perspectivas para a criação de alternativas ao financiamento pelo Estado? É legítimo o financiamento do Estado para ações voltadas ao empoderamento popular?

Partindo dessas indagações objetivamos identificar as contradições entre Estado, Sociedade e Movimentos sociais populares no desenvolvimento da Recid. Ao longo da pesquisa, foi possível fazer descobertas históricas ricas que contribuem para a compreensão dos processos atuais de ações entre os sujeitos sociais que estão envolvidos na Recid.

A leitura das sistematizações foi um momento de descobertas de experiências que se encontram geograficamente distantes, mas que encontram um ponto comum de resistência e perspectiva de mudança da realidade, que parece apenas local, mas, logo se identifica com outras lutas de outros sujeitos na mesma Rede. O estudo dos materiais coletados, remeteu à análise de três categorias da Recid, chamadas de: Dimensão Pedagógica, Dimensão Organizativa e Dimensão Política.

Na **Dimensão Pedagógica**, é discutida a concepção de EP desenvolvida pela Recid, enquanto o recriar das ações educativas críticas, freireanas, de caráter libertador, como sugere Freire, a prática da liberdade para a autonomia dos sujeitos carrega o gérmen da emancipação social, porque a emancipação mesma, torna-se uma utopia diante da realidade da Rede. Uma vez que a emancipação popular não depende apenas das ações dos sujeitos da Rede, mas do conjunto de condições objetivas, histórica e socialmente construídas para que as possibilidades de liberdade floresçam.

As bases históricas da EP, remontam desde os passos de luta de Freire até a atual perspectiva de uma política pública. Sinalizando - que não basta o desenvolvimento de projetos com tempo/convênio em desacordo com o tempo/educação - que não basta subsídios governamentais dependentes de uma opção política, por mais que seja válida, é insuficiente para a demanda existente de ações em Direitos Humanos e cidadania como trabalha a Recid; - que o trabalho que a Recid desenvolve, é desafiador, é para além dos Direitos Humanos, Cidadania, Economia Solidária, Luta contra as opressões das mulheres, racial, LGBT, mas é o trabalho de construção de alternativa para um mundo mais justo, solidário, consciente e participativo.

É um trabalho que devolve a perspectiva àqueles que lutam por saídas coletivas e horizontais para a sociedade em todas as esferas da vida. É um trabalho que necessita permanência, cumprimento da LDB quando afirma que a Educação é dever do Estado, compreendendo-se educação como a totalidade dos processos educativos, para além da educação formal, escolar, que não dá conta de trabalhar

as questões sociais com a profundidade e amplitude de ações necessárias à classe trabalhadora.

Na **Dimensão Organizativa**, as descobertas sobre as contradições em algumas ações internas da Recid, aparece nas sistematizações e relatos de educadores, o que remete a questão a um patamar de relevância que foi necessário ser analisado. Centrando a discussão na questão de horizontalidade da Rede, na análise do Projeto Político Pedagógico, há as disposições da Recid em construir novas relações de poder visando a horizontalidade em contradição com algumas ações verticalizadas por parte dos educadores/gestores e/ou entidades. O que remete à questão de algumas práticas verticalizadas oriundas dos movimentos sociais que tem no cerne de suas discussões “linhas de ações” que divergem metodologicamente umas das outras, gerando algumas disputas por espaços de “poder” dentro da Rede. O que foi interpretado voltando-se aos clássicos que inspiram a esquerda mundial, de onde se reivindicam os movimentos sociais, com uma analogia entre as discussões sobre o partido de massas e o partido de vanguarda de Rosa Luxemburgo e Lênin, respectivamente. Concluo que nem o espontaneísmo sozinho pode educar o operariado ou classe trabalhadora, tampouco, somente a vanguarda, nem a estratégia clandestina, nem somente a pragmática é capaz. Mas, a leitura da realidade da Recid, por toda sua complexidade nas relações com as diferentes complexidades que a cercam, exige uma estratégia de elementos agregados.

As duas formas podem coexistir na Recid por seu caráter de Rede, desde que respeitados os princípios da horizontalidade e pluralidade. Existe espaço para as duas formas estratégicas analisadas, cada uma em ações onde possibilitem a qualificação de suas intervenções, porque assim como o conjunto dos/as educadores/as da Recid, o conjunto de atividades e de locais onde se desenvolve, é diverso, plural e complexo, assim também a necessidade de diferentes estratégias se faz presente.

É necessário repensarmos as transformações que desejamos enquanto Rede e as ações que podemos desenvolver, e é no movimento de ação-reflexão-ação que a rede pratica, que considero estas afirmações, já que foi possível a identificação de tais contradições, devido a liberdade de expô-las, ao fato de assumir sua existência, e ao desejo demonstrado de superá-las.

A Recid está em processo permanente de transformação, e dessa forma as possibilidades de reflexão são evidentes, outra descoberta feita na pesquisa é o poder de reinventar-se e de superar as contradições que a Recid desenvolve. Possivelmente estas serão superadas também.

Na leitura do contexto da **dimensão política** da Recid, foi possível a discussão dos riscos da institucionalização da EP nas políticas públicas do Estado. Porém há uma contraposição pouco difundida, de que a EP não é um ente ao qual se aprisionaria ao ser desenvolvida como concepção teórico metodológica das políticas públicas, passando a ser também uma política pública. Antes a EP não pode ser apreendida por que é uma concepção de educação, uma visão de mundo adotada por aqueles que compartilham dessa visão para desenvolverem determinado trabalho de cunho transformador da realidade.

Por esse motivo penso que não há o que temer, com relação à institucionalização da EP que continuará fazendo parte das ações dos movimentos sociais populares e de todos os que reivindicam dela, seja nas escolas também. Uma das ideias de Freire sobre a EP é que ela não é um método, não é uma metodologia, portanto deve recriar-se, e caminhar fazendo o caminho.

A respeito do financiamento, foi possível concluir que estas formas de convênio não dão conta da diversidade de elementos que compõe as ações da Recid.

Compreender o processo de implementação da Recid pelo governo, como reivindicação histórica dos movimentos sociais populares, é o elemento que concentra a discussão do papel do Estado. Que, mesmo sendo instrumento de

dominação de uma classe sobre a outra, segundo Marx, podemos ainda ter a perspectiva gramsciniana do Estado como espaço de disputa das classes. Espaço de possibilidade de criação das Políticas Públicas que promovam ações de cunho emancipador e libertador das classes populares, como sugerem os movimentos sociais populares.

A discussão do papel do Estado passa também por quem ocupa esse espaço, quando o/a educador/a afirma, que não seria possível a existência da Recid em outro governo.

As relações do governo com a sociedade por meio dos movimentos sociais que compõe a Recid, ficam cada vez mais distantes à medida que o próprio governo não mais consegue dialogar com o Congresso Nacional, tamanho o nível de conservadorismo ali existente. Dessa forma desfaz-se um governo legítimo eleito pelo voto popular e com ele se vai a perspectiva das várias ações de políticas públicas dentre elas, a proposta da Recid para a EP.

As articulações com diversos movimentos possibilitou a proposta de Um Projeto Popular para o Brasil, que unifica o conjunto de pautas específicas. Assim, como nos remete à reflexão sobre qual o modelo de sociedade que queremos. As frentes de lutas dos movimentos sociais populares reivindicam esse projeto como um horizonte a se chegar.

Com o avanço da direita e da retirada de direitos dos trabalhadores, encerramento de políticas sociais e possibilidade de privatizações de grandes estatais brasileiras por parte do governo interino que assumiu o comando do país dia 17 de maio de 2016, se abre um novo período para a classe trabalhadora. Um período de retrocessos das políticas públicas, onde os avanços construídos pela Recid retornam agora, à pauta de lutas. Não que o processo dos avanços, estivesse findado, até mesmo porque é processo, não é linear, mas as conquistas como o Marco de Referencia em EP para Políticas públicas, poderá passar a ser apenas um documento na estante.

Todas as descobertas historicamente contextualizadas pelos processos sociais e políticos que envolvem a Recid, desde o micro, o local, até o macro, o nacional, o internacional, as complexidades dessa movimentação entre o interno e o externo, as relações tecidas entre os sujeitos que fazem a história da Rede, compunham um universo que se desvelou aos meus olhos.

Algumas pistas iniciais de que havia algo a ser estudado nessas relações e o fio puxado foi revelando as relações da situação atual com o processo histórico, das falas dos educadores com os clássicos, em uma movimentação dialética, porque a cada análise, se apresentava uma contradição que ao ser estudada, se relacionava com outras e ao fazer as leituras, foi possível vê-las em outro nível.

Passar por vários níveis, esse processo que começou com uma visão um tanto ingênua das instituições, dos movimentos, dos sujeitos, após o estudo, com a busca das contradições, a análise de forma profunda alicerçada nos pensadores, foi talvez a transformação mais significativa que já vivenciei, com relação à Recid.

O movimento da dialética propiciou esta forma de interpretar a realidade não como a sua aparência que era a visão inicial, mas pelo menos parte de sua essência ao final do estudo, já que a totalidade da Recid é complexa e processual. Neste momento, com este recorte temporal, local, de sujeitos, foi possível, esta análise, que não é estanque, nem unânime, mas uma interpretação parcial da totalidade em sua complexidade.

Ao longo dos processos da Recid, nas suas descobertas, nas suas ações, com seus sujeitos, poderão surgir ainda mais elementos de estudo, muito da Recid ainda não foi estudado, aqui. Seria importante um estudo aprofundado por exemplo das relações entre a Recid e a construção da proposta de EP como Política Pública, A participação da Recid nas Redes de EP na América Latina, a participação da Juventude nas lutas sociais por meio da Recid, a Participação das mulheres como protagonistas de lutas em diferentes meios onde a Recid está inserida como a ecologia, a economia solidária, a Mística da Recid como parte e processo de

formação da Recid e muitos outros. Tantos temas quanto a diversidade e multiculturalismo da Recid podem abranger.

É possível afirmar que a Recid é um marco na EP no Brasil, uma experiência que existe desde 2003, que passou pelo financiamento público e hoje com todas as adversidades do contexto político e social que se apresenta, consegue ainda permanecer com o trabalho junto às entidades parceiras. Pode-se dizer que é um marco. Mas também por ser uma experiência única de política de governos que tenham investido tanto na EP, com um modelo de gestão horizontalizado, na medida das possibilidades históricas construídas pelo próprio processo.

Penso que não há uma única saída para o conjunto de problemas enfrentados pela classe trabalhadora no Brasil, mas que o conjunto dos esforços realizados pela Recid, compreenda-se aí o conjunto de sujeitos que fazem ou fizeram parte em determinado momento ou desde o início, estes são o valor que deverá ficar para a história e para a memória que poderá ser escrita pela própria Recid, à medida que suas vozes não calarão. Com ou sem convênio, a mobilização existe, em menores condições, porém resiste, e sugere à todos e todas essa resistência e luta pela justiça social, autonomia dos sujeitos, soberania alimentar e nutricional, soberania nacional, participação popular, controle social das políticas públicas, fim do próprio Estado.

Este estudo, embora analise três categorias tidas como principais, na Recid, não ignora as ações desenvolvidas pelas comunidades/grupos juntamente com os/as educadores/as de referência. Antes, traz para o debate a síntese teórica dos resultados, das ações, das contradições que cercam qualquer práxis que se disponha à recriação.

Nesse sentido, as contradições pedagógicas ligadas à intencionalidade política, a organizativa, ligada a concepção histórica de organização da esquerda e a política com as forças que lutam entre si por hegemonia. Nos contextos locais, nacional e internacional, compõe a análise das diferentes correlações de forças existentes dentro e fora da Recid, como alavancas de sua caminhada.

Essas contradições representam a vivacidade da Recid, seus processos que, inacabados, continuam presentes nas ações dos que dela fizeram e fazem parte.

6. REFERÊNCIAS:

6.1 Páginas Eletrônicas:

BUONICORE, Augusto C. LÊNIN E O PARTIDO DE VANGUARDA. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/PRI/PRI69/PRI69_08.PDF . Consultado em: 12/10/2015.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat4.pdf> . Consulta realizada em 25/07/2014.

CAMP. CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISIONAL. Disponível em: <http://camp.org.br/> . Consultado em: 05/03/2016

CHAUÌ, Marilena. OQUE É DEMOCRACIA? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NoFrhjdxf28&list=PLemZ-9JMmCSGQtf03ZaDzesyaci350Puz> .Consulta realizada em: 15/09/2015

_____. SOCIEDADE — ESTADO — OAB. XIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL . Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/16730258/anais-da-xiii-conferencia-nacional-da-ordem-dos-advogados-do-brasil/1> Consulta realizada em 05/08/2016.

CUT Nacional. CARTILHA PLEBISCITO CONSTITUINTE. Disponível em: http://plebiscitoconstituente.org.br/sites/default/files/material/AF_Cartilha%20Plebiscito%202%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o IMPRESSAO. Pdf . Acesso em 18/04/2016.

IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php . Consulta realizada em 25/07/2014.

LAURENTI, Carolina & BARROS, Mari Nilza Ferrari de. IDENTIDADE: QUESTÕES CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS, - **PSI**, revista de Psicologia social e institucional, Universidade Estadual de Londrina Vol. 2 número 1, Junho de 2000. ISSN: 1516-4888. Disponível em <http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm> . Acesso em 29/4/2016.

NETTO, José Paulo. AS PARTICULARIDADES DAS LUTAS DE CLASSES - Curso na UFPE 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0NSaz3243PY> . Consultado em: 20/10/2014.

_____. MODERNIDADE E PÓS MODERNIDADE – UFPE, 2002. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fHrZi1F7jd4&index=8&list=PLeM-9JMmCSGQtf03ZaDzesyaci350Puz>. Consulta realizada em: 05/11/2014.

_____. O MÉTODO EM MARX - Curso na UFPE 2002. Aulas 01 a 10.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tTHp53Uv_8g&list=PLeMz-9JMmCSGQtf03ZaDzesyaci350Puz&index=11. Consultado em: 05/11/2014.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ - **Recid**. Disponível In:

<http://Recid.redelivre.org.br/2014/07/22/uma-politica-publica-de-educacao-popular/>
Consulta realizada em 25/07/2014.

SÁ, Jussara Bittencourt de; MORAES, Heloisa Juncklaus Preis - MÍDIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES, RELATOS E ATUAÇÕES. Revista Querubin, Disponível em:

http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/artigos/mdia_e_educacao_jussara_bittencourt_de_s_revista_querubim.pdf. Consultado em: 03/12/2015

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Marco regulatório da Educação Popular**. Disponível em: <http://www.frepop.org.br/2014/01/28/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas/>. Acesso em 29 jun. 2014.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Wt4PjIDFUtU>. Consulta realizada em 18/09/2014.

Instituto Paulo Freire. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/o-instituto-paulo-freire>. Acesso em 08/05/2016.

Observatório da Juventude. Disponível em:

<http://Recid.redelivre.org.br/mapa/observatorio-da-juventude/>. Acesso em 15/06/2016.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos Humanos entre a regulação e a autonomia. **DHNET**. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos_dh/solon.htm. Acesso em 08/05/2016.

6. 2 Livros, Artigos e Documentos:

ALBUQUERQUE, P. P. Simpósio 2 — Redes solidárias, autogestão e solidariedade.

Um outro olhar sobre a inclusão social e o trabalho do educador. In GUARESCHI, N. , org. **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 93-102.

ALVES, Luís Paulo Arena, **Na prática educativa das ONGS: Que bem viver e cidadania?** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação de Mestrado.

ANDERSON, Perry. A batalha das ideias na construção de alternativas. BORON, Atílio A. (org.). **Nova Hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 37 – 52.

BRASIL. Secretaria Nacional de Articulação Social. **Política Nacional de Educação Popular** – Versão preliminar para debate interno. Brasília, 21 de maio de 2013.

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional. **Caderno de Educação e Direitos Humanos.** Porto Alegre: CAMP, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas.** São Paulo, Cortez, 1997.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O PENSAMENTO POLÍTICO E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL** - Lua Nova, São Paulo, 71: 173-228, 2007.

CORDEIRO, Betânia dos Santos. **Educação popular e estado: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000.** UFRGS, Porto Alegre, 2015. Dissertação de Mestrado

COUTINHO, Suzana. **Rede de Educação Cidadã: os desafios da educação popular organizada em rede.** Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.

ENGELS, Friederich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Escala educacional, 2009.

_____. **A Doença Infantil do ‘Esquerdismo’ no Comunismo.** Obras Escolhidas. Volume 3, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa.**

Paz e Terra, São Paulo, 1996.

_____. **Uma educação para a liberdade. Textos marginais.** 4ª Ed. Porto, Portugal, Dinalivro, 1974.

GALEANO, Eduardo H. **Voces de nuestro tiempo.** Universitaria Centroamericana. EDUCA, Costa Rica, 1981.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964/1985).** São Paulo: Cortez, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, V. 26).

_____. **Movimentos Sociais e educação;** 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2012. (Coleção Questões da nossa época: v. 37)

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil. Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da nossa época: v. 123)

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** 6ª Ed. Loyola. São Paulo, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume II. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume III. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno,** 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura,** 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo.** Obras Escolhidas. Volume 3. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980.

_____. **O Estado e a Revolução.** Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

MACHADO, Carmen L B. Experienci-ação e formação orgânica de educador@s. In. MACHADO, Carmen Lucia Bezerra; MARCELINO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Marner Lopes da (org.). **Cartas educativas:** uma experienci-ação de resistências, anúncios e fazeres. Porto Alegre: Itapuy, 2010.

MARQUES, Mariana Pasqual. **Construção do campo da educação popular no Brasil: história e repertórios.** PUC , São Paulo, 2008.

MARX & ENGELS. **O manifesto do partido comunista.** 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX & ENGELS. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital.** O desafio e o fardo do tempo histórico. O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 195-223.

NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão e o novo cooperativismo.** Textos para discussão. SENAES, MTE:.. Brasília, 2004.

NETTO, José Paulo. **Razão, ontologia e práxis.** Serviço Social e Sociedade no 44. São Paulo, Cortez Editora, 1994.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PIRES, João Maria; Cruz, Vilma Vítor. **Fundamentos da educação.** Natal, RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2006.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e Gestão de Políticas Públicas.** 20ª Ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Plano Político Pedagógico da Recid para o triênio 2012-2014.** Março de 2012.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Plano Político Pedagógico da Recid para o triênio 2007.** 2007.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Caderno de Gestão Compartilhada da Recid.** A gestão compartilhada como uma dimensão política pedagógica. CAMP/SNDH, 2013.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo.** Análise do processo pedagógico das oficinas da Recid. Recid/CAMP, 2012.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Vamos lá fazer o que será. Mobilização Social e Educação Cidadã.** 2ª Ed. Brasília: Talher Nacional, 2006.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Pé dentro, pé fora: Na ciranda do Poder Popular.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Olhares sobre a experiência da Recid** - Ainda não publicado, 2014.

RIBEIRO, Marlene. Movimentos Sociais e Educação Popular: trajetórias e desafios. In: RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; RIBEIRO, Marlene (Org.). **Redes de Pesquisa: trabalho, movimentos sociais e educação: redes de pesquisadas**. Porto Alegre: Ed. Instituto Itapuy, 2011.

RIBEIRO, Hilberto de Souza; RIBEIRO, Marlene; MARZARI, M. Educação, Poder e Cidadania – Educação informal, formal e não-formal. **Revista Educação Pública**, Cuiabá. VI. 12, N. 21. Jan-Jun/2003.

ROBAINA, Carlos Roberto de Souza. **O conceito de contradição em hegel e seu desdobramento na obra de marx**. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. PUC. Porto Alegre, 2013.

SÁ, Jussara Bittencourt de; e, MORAES, Heloisa Juncklaus Preis. **Mídia e Educação: reflexões, relatos e atuações**. Revista Querubin. UFF - Seção Especial de Artigos, n. 19. ISSN 1809-3264

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. IN. CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonia e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLASCO, 2005. p. 15 – 34.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOURAINE, Alain. **Igualdade e diversidade. O sujeito democrático**. São Paulo: EDUSC, 1998.

Apêndices

Apêndice A - Termo de consentimento da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que é de minha livre e espontânea vontade, o que segue:

1. Ficam claros para mim quais são os propósitos do estudo e de que tenho a garantia de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos.
2. Ficou claro, também, que tenho a garantia de acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo, durante e após a realização da pesquisa.
3. Concordo voluntariamente em paarticipar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ de _____ de _____

Participante da pesquisa

Nome do informante: _____

Endereço: _____

RG: _____ CPF: _____

Telefones para contato: () _____

_____ de _____ de 2014.

Eliane Garim

Apêndice B - Questionários

Questionário Base

Nome*:

Idade*:

Local onde atua* ou atuou:

Atividade que desenvolve/eu na RECID*:

Questões Chave

1. Qual é o projeto de educação que a RECID propõe?
2. Como se operacionaliza este processo?
3. Quais são os conceitos-chave utilizados no processo educativo?
4. Comente sobre seu papel na RECID:

* Estas informações não serão divulgadas, servem apenas para a identificação de diferentes entrevistados pela pesquisadora.

Questionário Complementar

Nome*: _____

Idade*: _____ Local onde atua* ou atuou: _____

Atividade que desenvolve/eu na RECID*: _____

Questões Chave

1. Qual é o projeto de educação que a RECID propõe?
2. Como se operacionaliza este processo?
3. Quais são os conceitos-chave utilizados no processo educativo?
4. Comente sobre seu papel na RECID:
- 5 . A quem interessa o Projeto da RECID?
- 6 . De onde vem e para onde vai?
7. Quem são os atores sociais que fazem parte do processo de criação?
8. Como foi seu desenvolvimento?
9. Que cenário antecede sua criação?
10. Porque ser uma política pública?
11. Porque enquanto espaço educativo não-formal, não escolar, a educação popular possibilita a apropriação de conhecimentos que não estão vinculados aos saberes formais?

*** Estas informações não serão divulgadas, servem apenas para a identificação de diferentes entrevistados pela pesquisadora.**

Apêndice C - Quadros

Quadro de entrevistas

Sujeitos	Sexo	Esfera de participação	Entrevistas	Contradições identificadas nas entrevistas
A	F	Gestão e Assessoria.	Protagonismo à população atingida. Conteúdo político. Unificação dos programas assistenciais, que tornam-se PP. Ao criar-se como Rede, o Talher, foi um caminho q não teve condições estruturais de andar em paralelo às PP. A PP de Assist. Social estão desencontradas das ações da Recid, constroem PP de educação para os profissionais da Assit. Soc. . E. P, como um Instrumento metodológico das ações de EP ligadas às PP.	<p>Contradições do governo: A Recid não tem espaço na Assist. Social, assim como em outras Políticas.</p> <p>Ela tem espaço onde já existe uma perspectiva de E. P nas ações, assim como na saúde, na Economia solidária. Para a E. P ser uma política mais ampla, inclusive de governo, isso deve estar no centro do governo, e para isso, é preciso estar no centro das estratégias das forças que elegeram o governo. Se fosse uma estratégia do PT e do campo popular, só isso já daria para a Rede, uma outra condição. Mas para isso é necessário ter força política de bancar isso, e vontade política, e não vemos nenhum dessas coisas hoje. A institucionalização promove recursos.</p>
B	F	Educa-dora Contratada	Objetivo da Rede é trabalhar com público vulnerável socialmente para organizar e para que se sintam parte do processo, sujeitos de sua história.	<p>Organiza-se em coletivos formados por mov. soc. Planejamento, qual o público, prioridade e divide-se em GTs. Pedagógico, gestão, organicidade.</p> <p>Primordial na rede a busca pelos direitos, empoderamento do conhecimento desses direitos. Ausência das PP, direito à moradia, laser, ...</p> <p>A Rede é uma forma de provocar, de articulação e de formação, sempre na perspectiva da E. P.</p> <p>Reg. Norte – TO. Provocar cabeças pensantes, desafio trazer a juventude. A Recid é um espaço de libertação do sujeito, onde ele traz suas problemáticas, aprende a se valorizar e respeitar o outro. Na Rede não há preconceito, temos todas as etnias e grupos que fazem parte, promovendo a morosidade.</p>
C	F	Educa-dora Popular	O trabalho de educação que se tenta imprimir é o de base, formação com mulheres, trabalho mais acompanhado em bairro. Ação comunitária com eixo de direitos da mulher, economia solidária, lutas de infra estrutura do bairro, luta por moradia. Articulação com outros movimentos do município. A Recid ajuda a agregar outras Redes municipal e regional. Cidade com muitos presídios, causando precariedade nas PP do município.	Luta por menos presídios na região, devido à precarização das PPs municipais ocasionadas por conta dos muitos presídios.

			<p>Processos mais ou menos articulados que perpassam a formação política e articulação política nas lutas por direitos no município, na região metropolitana e no estado. Estão associados à diversas entidades e movimentos. Trabalham tanto com educadores como com comunidades. Conceitos de Direitos Humanos, EP, agroecologia, ditadura no Brasil, mobilização, participação e participação social, gestão compartilhada, democracia, gênero, política, PP. É um processo articulado entre as temáticas e as redes, com continuidade. Trabalha mais com mulheres adultas em idade produtiva, e menos com jovens e crianças, em situação de violência ou grupos de produção, Mova/ Brasil.</p>	
D	M	Educa-dor Contra-tado	<p>Fortalecimento do Projeto Popular para o Brasil, sensibilização da população excluída, do ser para o sujeito social.</p> <p>Ferramenta educativa para mobilizar, mergulhar profundamente na realidade do coletivo. Pensando elementos transversais, como avaliação, planejamento, gestão compartilhada. Formação política, e olhar para a subjetividade. Mobilização para a garantia dos direitos sociais.</p>	<p>Muitos jovens do sul do estado do Amapá, a partir das rodas de conversa foram transformando sua realidade da violência e criminalidade, para serem educadores da comunidade. Alguns não conseguiram seguir e morreram pela violência.</p> <p>Outra realidade é a de agricultores e quilombolas que não tinham consciência do processo cultural e</p> <p>artesanal da produção da farinha, e passaram a fazer o registro de sua história, valorizando o conhecimento ancestral.</p>
E	M	Equipe Nacional do Talher. Assessoria e coordenação nacional da Recid	<p>É um processo que torna as pessoas sabedoras de sua realidade. No início era voltado para pessoas que realmente passavam fome, e que começavam a ter o direito à alimentação, como poderiam começar a se organizar, não tinham consciência política, esse sentido é recolocado, mas em sentido diferente, a fome não é mais no mesmo nível, mas ainda há muita pobreza e desigualdade. A urgência de se ter políticas públicas, que atuem nesse sentido.</p>	<p>Porque a Recid mesmo sendo um processo educativo, não está no MEC? Pq surgiu por uma decisão política do Presidente de se fazer essa política de combate a fome e necessária, que estando no gabinete, teria muito mais atenção por parte do governo. Estar na educação formal, é um desafio da Recid, espera-se que o MEC seja um parceiro, mas não tem sido nesse momento, porque se dedica à educação formal. Estar na Secretaria Geral da Presidência, garantiria, ter um raio de ação e peso e incidência política muito maior. Se estivesse no MEC, provavelmente a Recid já não existiria. Para o próximo período a expectativa é de que a política nacional de EP esteja na secretaria da presidência e no próprio MEC envolvendo também a educ. formal. A idéia é que exista um diálogo entre a E. P e a Ed. Formal em todo o sistema nacional de ensino dialogue com a E. P. a Recid mesmo institucionalizada, não perderia sua característica de E. P e protagonismo da sociedade civil.</p>
F	F	Coletivo Nacional da Recid. Talher Nacional	<p>Processo de EP crítico freireana. Grande movimento envolvendo a equipe nacional, educadores, organizações sociais, movimentos sociais. Se operacionaliza em um processo que vem da base, mas em sintonia com a coordenação e equipe nacional. Existe uma preocupação que seja um processo realizado coletivamente, não verticalizado, nesse</p>	<p>Na organização a gestão compartilhada é um princípio, onde existem os coletivos estaduais que devem se organizar no processo de fazer as tarefas e algumas vezes não dão conta de fazer e isso acarreta na sobrecarga de educadores, fragilizando o processo.</p>

			<p>processo aparecem contradições de educadores, de operacionalização. Conceitos chave; PPP, gestão compartilhada, conceitos de E. P, humanização, diálogo, partindo da realidade, a escuta, sistematização, avaliação, como dinâmicas, luta da classe trabalhadora, fortalecimento do PPB como estratégia.</p> <p>Conceito de conjuntura, a Recid traz a vontade de qualificar as ações pela leitura dos acontecimentos, leitura da realidade pela análise de conjuntura.</p>	<p>A diversidade de ações e de sujeitos é tanto uma força quanto uma fraqueza, por que é a generalidade X a especialização, o que de fato ela potencializa e o que agrega? A construção histórica da E. P, é muito genérico? Ou não não sabemos.</p>
G	M	Educador popular, equipe nacional.	<p>Processo amplo de emancipação e de transformação da realidade, desde a realidade micro até o macro. Formação das pessoas para a transformação da realidade. É um processo de EP crítico o mais humanizante possível, utilizando para isso o trabalho com a cultura, com a mística, poesias. . .</p>	<p>Se operacionaliza a partir do Estado. Sensação de que EP não se faz de dentro do Estado, mas de fora pra dentro. As nossas referências são de uma tradição da década de 70, 80, que a E. P não só acontecia fora do Estado, como combatia o Estado, por conta da Ditadura, onde não havia uma perspectiva de disputa do Estado. Antes da ditadura, a EP seria possível de dentro do Estado. Como se faz isso de dentro do estado que ...</p> <p>Quais são os temas? É multitemático ao extremo. É coerente que seja, porque estão ligados à suas realidades concretas dos sujeitos. Dificulta a identidade da rede se descole de um processo que parece muito mais meio do que fim. É uma contradição relacionada com a rede. Inclusive não utiliza o termo popular no nome porque não cabe no governo esse termo. Porém acaba por promover mês o a cidadania.</p> <p>Como operacionalizar de dentro do Estado, sendo ele historicamente contrário à emancipação popular. Esta fora da educação formal porque dentro dela não há espaço político, a escola é muito fechada. Através de outros formas, convênios que preveem recursos públicos com gestão autônoma da sociedade organizada. A diferença é que a Rede não transfere responsabilidade. Porque. Toda a gestão e convênio é feito por coletivos onde participa o governo, definem qual projeto de educação querem desenvolver. Tem vários aspectos: semelhante a vários convênios que participam os mov. soc.</p> <p>Como se define o público pelo que tem de comum? O comum é que são trabalhadoras/es. Pertencem a segmentos subalternos. o que chama atenção, é o que tem de não comum que é a diversidade, o que impossibilita chamá-los de um sujeito. Tentar dar uma unidade para a diversidade. O que significa institucionalização?</p> <p>Qual a estratégia de transformação do Estado? O grupo da esquerda dominante esqueceu que a transformação na sociedade brasileira só vai acontecer se estiverem associados o Estado e a sociedade</p>

H	F	Educa-dora Popular	Processo de formação para a a emancipação do sujeito, pela metodologia freireana, trazendo para a realidade dos sujeitos os temas que estão pautados na sociedade. Rodas de conversa, escuta, em diversas comunidades. O plebiscito unificou vários movimentos e fortaleceu a Recid.	
I	M	Educador Popular	Promove o empoderamento , ligado a problematização das realidades, das pessoas, incidindo na formação, em que as pessoas vão trocando os saberes na defesa de seus direitos.	Destaque para a participação dos educadores voluntários, sem eles não seria possível o sucesso de muitas ações.
J	F	Educa-dora Popular	Fazer o libertação da mente das pessoas para compreender qual seu papel na sociedade, consciência crítica. Oficinas. Público diversificado. Desde quilombolas, ribeirinhos, até urbanos. Temática principal: Direitos Humanos, onde as pessoas tem pouco acesso as PP e desmitificar que DH são para defender bandidos, reproduzindo o q a mídia fala. A partir dessa temática se desdobram os outros temas ligados aos direitos sociais básicos para as pessoas. O trabalho da Recid é fundamental para avançar o despertar da consciência crítica.	Dificuldade de se perceber até onde o modelo de sociedade quer seres pensantes? Então vivemos a contradição de estar trabalhando na base, mas com recurso do governo. Temos vendo muito resultado na base. No meio de tantas contradições, numa sociedade, injusta e preconceituosa, é bom vermos nas comunidade o avanço da consciência das pessoas sobre sua condição, quando se apresentam orgulhosas que “ sou negra, quilombola, etc. . . ”
K	M	Educador Popular	Promove um processo de educação emancipadora que parte da realidade dos que vivem o processo, tanto para compreender, como para superar as dificuldades encontradas ali. Gestão dos recursos são autônomos em cada estado, construídos coletivamente.	<p>Burocratização do processo, descompassado do processo pedagógico.</p> <p>Desafio de destruir a sociedade de classes, e não apenas inverter a pirâmide. É subjetivo e de longo prazo. A vinculação entre Recid e gov. Federal é vista de forma crítica. Porém, não seria possível desenvolver um processo dessa natureza, se não fosse em conjunto com o gov. e que não seria possível com outros governo. Qual é nossa autonomia de fato? Tenho tido respostas positivas dessa autonomia. Mesmo eu sendo de outro partido que muitas vezes faz oposição ao PT, não sou estigmatizado. A Rede apesar do potencial, é limitada pelo processo de coalizão do gov. onde os parceiros não querem uma educação como esta. Promovendo a invisibilidade desse processo que deveria ser modelo de educação.</p> <p>O Estado não deve ser o regulador e mediador do equilíbrio entre as classes. Esse Estado é contraditório, e é muito pesado trabalhar tão próximo das instâncias de decisão que é o mesmo que promove o pró uni, por exemplo, ao mesmo tempo que promove a EP. Onde a disparidade de valores aplicados em cada um dos dois projetos é gritante.</p> <p>E esse processo de coalizão do PT junto a outros partidos, , esperamos que não acabe igualando os partidos, porque dai seria o fim da Recid, que ainda existe numa luta de uma</p>

				minoria que ocupa um espaço no governo.
L	M	Equipe governamental da Recid.	Fortalecimento do Projeto Popular através do processo de EP. Planos trienais, fortalecer o trabalho de base. Processos macro regionais, e estaduais. Convenio nacional e entidades estaduais que são autônomos na decisão sobre os educadores e planejamentos locais, dentro do planejamento nacional de formação. Transformação social. , gestão compartilhada. Discutida colegiadamente entre os educadores que atuam no processo. Relação entre Estado e sociedade civil, acompanhamento.	O PPP não chega ainda na operacionalização na ponta. Se expressa muito a partir dos compromissos concretos, esforço de aproximação entre o programa de formação e as opções do trabalho na base. Avaliação permanente sobre o que está no PPP e o que está sendo trabalhado na base. Apesar das dificuldades, é uma rede do campo popular. Que cumpre o papel de ser herdeira da EP mas como PF dizia, de reinventar a EP para os dias de hoje.
M	F	Educa-dora Popular	Formação nos fóruns de economia solidária. Destaca a importância de trabalhar em rede. Grupo muito grande de mulheres. Jovens. Parceria com CEFES e rede estadual de economia solidária. Experiência de fazer integração nas regiões.	Discutir a dimensão política dos trabalhadores, as perspectivas de uma outra economia em uma sociedade capitalista, pensando uma outra lógica e perspectiva de vida e de mundo, reconstruindo um novo mundo, Utopico, mas nessa lógica de construção.

Quadro de sistematizações

Localização	Perguntas	Documento 1	Documento 2	Documento 3	Síntese/ em comum
	Quem escreve?	1)Coordenação Nacional de Sistematização – 11 integrantes do Talher Nacional e mais 1 representante de cada estado. 2) Coordenações Estaduais de Sistematização – 1 coordenador Estadual e uma comissão com número variado de	1)Coordenação Nacional de Sistematização – 5 integrantes do Talher Nacional. 2) Comissão Nacional -3 integrantes. 3) Assessoria metodológica e convidada – 2 integrantes 3) Coordenações Estaduais de	1) Equipe de assessores: 4 integrantes 2)Coordenação Nacional de Sistematização – 06 integrantes 3) Coordenação Pedagógica – 02 integrantes	1)Coordenação Nacional de Sistematização 2) Coordenações Estaduais de Sistematização 3) Agentes externos: Participantes convidados, Assessores, Consultores.

		participantes em cada estado. 3) Participantes Convidados – 4 integrantes ligados a entidades parceiras.	Sistematização – número variado de participantes em cada estado.	4) Coordenação de Sistematização – 26 integrantes 5) Consultora PNUD – 01 integrante	
	Quando?	O documento de sistematização foi escrito em 2006 com materiais coletados a partir de 2003, em um processo contínuo de escrita e registros de atividades, relatos e acontecimentos no exercício das ações da RECID.	O documento de sistematização foi escrito em 2011 com materiais coletados a partir de 2007 a 2010. baseado em Relatos e estudo de documentos elaborados pelos/as educadores/as e atividades desenvolvidas na Recid nesse período.	O documento foi elaborado com a coleta de informações datadas entre 2011 e 2014. O estudo de documentos de oficinas e demais atividades da Recid, além das cartas pedagógicas e outros materiais de diversas mídias produzidos pela Recid	No geral em intervalos entre alguns convênios.
	Porquê?	1) Pela importância do registro das experiências da RECID, sobretudo por se tratar de uma proposta nova e considerada inovadora e ousada pelos seus organizadores. 2) Para que seja a reflexão, avaliação, conhecimento, aprendizado, a partir da prática realizada pelo conjunto de educadores/as.	Esta sistematização tem por objetivo perceber, a partir das experiências, como a ação da Recid promove o acúmulo de forças rumo ao projeto popular que defende.	Ciente de que somente constroem história as instituições e organizações sociais que registram, fazem memória e sistematizam suas práticas, a RECID assume a sistematização como dever de ofício na EP.	Processo de aprendizagem pela reflexão das ações desenvolvidas ao longo dos períodos, na perspectiva de avançar nos desafios e contradições.
	Qual o Cenário?	Proximidade de encerramento de convênio???	Intervalo de tempo entre a conclusão do PPP em 2007, o 2º Programa Nacional de Formação, em 2009, e ações de formação, de participação na CONAE até a conclusão de sua 2ª sistematização. Intervalo entre convênios.	Período do último convênio firmado entre a RECID e Governo Federal.	Aprofundar.
Ambiente Externo	Qual o tema central?	Mobilização social e EP	Compromisso de um processo coletivo de construção de conhecimento sobre a própria prática.	Um balanço dos anos de 2011 e 2014.	Transmite a impressão de processo, onde temos como ponto de partida a mobilização popular seguida de forte reflexão sobre a própria prática, afim de construir conhecimento e por fim um balanço da caminhada até o momento, como política de governo dependente ainda dos recursos do Estado.
	Perguntas	Documento 1	Documento 2	Documento 3	Síntese/ em comum

	<p>Quais os proble-mas?</p>	<p>1) Há uma visão por parte dos educadores, de que a Recid não foi uma proposta que saiu das bases, mas que foi colocada de cima para baixo, embora tenha sido acolhida pelas bases.</p> <p>2) Engessamento nos convênios dificulta o trabalho da rede, sobretudo das oficinas.</p> <p>3) Exigências legais da prestação de contas impossibilita aquisições da Economia solidária, dificultando sua produção material e simbólica.</p> <p>4) Tempo do processo burocrático x tempo do processo de EP</p> <p>5) Interrupções e atrasos no repasse de recursos, que gera descontinuidade e incertezas.</p> <p>6) Principal: Mudanças na composição da equipe do Talher Nacional, gerando conflitos em alguns estados.</p> <p>7) Divergências na compreensão da realidade, práticas metodológicas e relação com o Estado, avaliação do governo Lula e das estratégias para a construção do projeto popular¹.</p>	<p>Central: "Ter um pé dentro e um pé fora do governo"</p>	<p>1) Limites da relação de força desfavorável aos movimentos sociais, tendo em vista a dificuldade de materialização dos encaminhamentos e deliberações nos espaços de debate como conferências, etc. . . 2) Rotatividade dos representantes dos movimentos que compõem a rede.</p> <p>3) O principal limite foi a descontinuidade do convênio, o que provocou a troca da maioria da equipe de educadores(as) contratados(as)</p> <p>4) Modo de fazer do convênio, acaba afastando a essência das utopias da Rede.</p> <p>5) Tempo convênio x tempo da EP.</p> <p>6) fragmentação dos movimentos e grupos populares com suas bandeiras.</p> <p>7) Burocracia dos convênios.</p>	<p>1) <u>Eixo Pedagógico:</u></p> <p>a) O formato dos convênios dificultam o trabalho pedagógico. b) Tempo do processo burocrático diferente do tempo do processo de EP</p> <p>c) Vícios metodológicos arraigados nas práticas dos educadores.</p> <p>d) Diante dos processos de formação, contradições entre teoria e prática que não avançam nos pressupostos políticos metodológicos do PPP.</p> <p>e) Leitura simplista de alguns coletivos da rede como somente repassadora de recursos financeiros</p> <p>f) Faltou produzir conteúdo e linguagem específicos para determinadas realidades específicas.</p> <p>2) <u>Eixo Organizacional:</u></p> <p>a) A Recid enquanto proposta que nasce de forma vertical.</p> <p>b) "Ter um pé dentro e um pé fora do governo"</p> <p>c) Formato dos convênios dificultam a articulação com setores afins, parceiros do Projeto Popular.</p> <p>d) Rotatividade dos representantes dos movimentos que compõem a rede.</p> <p>e) 5) Organizar-se em rede e não avançar na apropriação das ferramentas de comunicação pelos/as educadores/as.</p> <p>f) " Assumiu-se o compromisso de vivenciar o princípio da horizontalidade e a alternância nos espaços da Recid(estado, região, CN e TN), porém há uma hierarquização e essa perspectiva não é uma realidade na Rede"</p> <p>g) "Não há diálogo na escolha da entidade âncora estadual em alguns estados".</p> <p>h) "O grupo afirmou-se como Rede, mas, na prática, ainda</p>
--	-----------------------------	---	--	--	---

					<p>reproduziu as relações de uma sociedade organizada em pirâmide(têm-se ainda a dificuldade de vivenciar os princípios da gestão, há centralização do poder, da ação, da decisão, e informação)”. i)Limites de acompanhamento dos grupos</p> <p>3) Eixo Político: a) Fragmentação dos movimentos e grupos populares com suas bandeiras.</p> <p>b) Modo de fazer do convênio, acaba afastando a essência das utopias da Rede.</p> <p>c) Limites da relação de força desfavorável aos movimentos sociais,</p> <p>d)Divergências na compreensão da realidade,</p> <p>e) Método de seleção nada dialógica pela equipe nacional f) Resistência cultural frente a colonização européia ainda vigente. g) Limites com o gov. Falta de enfrentamento por parte do governo ao neoliberalismo, articulação interna e integração das políticas públicas. h)O controle social não ser exigência, mas ênfase nos processos de desenvolvimento das políticas públicas no pacto federativo.</p> <p>i) “ A rede é formada pela sociedade civil e governo – mas há uma enorme dependência financeira do Estado. O tempo do convênio é diferente do tempo da EP (lutas e ações populares, com entraves legais e burocráticos). j) “O processo de seleção de educadores/as populares nem sempre acontece</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>coletivamente".</p> <p>l) Pelo processo antagônico entre capital X trabalho, demanda para sua superação, processo e ações de longo prazo.</p> <p>m) Participação dentro dos espaços da democracia participativa como ela é hoje(governos, conferências, conselhos, programas sociais, territórios da cidadania) frente ao projeto popular em construção.</p> <p>n) não consegue superar formas de exploração mesmo no trabalho com economia solidária.</p> <p>o) A construção do poder popular X a lógica de Estado, modelo de democracia e controle social das políticas públicas.</p> <p>4) Superados:</p> <p>a) Dificuldade de construir ações concretas que acumulem forças populares para um projeto amplo e democrático.</p> <p>b) Falta de debate interno sobre a quem deve estar a serviço este projeto.</p>
Ambiente Interno	Qual o tema central?				
	Quais os problemas?	<p>1) Engessamento das atividades pedagógicas, por conta do formato dos convênios.</p> <p>2) Dificuldade de compra de produtos da Economia Solidária por conta das exigências legais das prestações de contas.</p> <p>3) Diferença entre o tempo de desenvolvimento do processo de EP e o tempo burocrático dos convênios.</p> <p>4) Descontinuidade e incertezas no processo de EP gerado pelo atraso de</p>	<p>1) No campo Pedagógico: 1) Resistência cultural afro frente a colonização européia ainda vigente.</p> <p>2) Diante dos processos de formação, contradições entre teoria e prática que não avançam nos pressupostos políticos metodológicos do PPP.</p> <p>3) O tempo da EP X o tempo da burocracia estatal e metas do convênio.</p> <p>4) Concepção metodológica defendida pelo PPP X</p>	<p>1) Vícios metodológicos arraigados nas práticas dos educadores.</p> <p>2) confrontar as práticas individuais com egocentrismo na disputas de quem tem a melhor prática.</p> <p>3) Leitura simplista de alguns coletivos da rede como somente repassadora de recursos financeiros</p> <p>4) método de seleção nada dialógico pela equipe nacional</p> <p>5) Limites de acompanhamento dos grupos</p>	

		<p>recursos dos convênios.</p> <p>5) Constantes mudanças na composição da equipe do Talher Nacional gerou encaminhamentos diferentes e alguns conflitos em alguns estados.</p> <p>6) Divergências nas diferentes compreensões da realidade e relação com o Estado.</p> <p>7) Falta de debate interno sobre a quem deve estar a serviço este projeto.</p> <p>8) Faltou produzir conteúdo e linguagem específicos para determinadas realidades específicas.</p> <p>9) Não enfrentamento do debate sobre o que está em disputa em relação ao projeto, sua estruturação e organização. A serviço de quem ele deve estar?</p> <p>10) Produção em todos os níveis de conteúdo e linguagem que considerasse as realidades específicas (índigenas, centros urbanos, quilombolas, jovens).</p> <p>11) Dificuldade de manter o trabalho de base e formação de novas lideranças devido às transformações no mundo do trabalho na sociedade neoliberal.</p> <p>12) Fragmentação das lutas e falta respaldo de alguns movimentos, impossibilitaram a reflexão política, ideológica e crítica.</p> <p>13) Dificuldade de construir ações concretas que acumulem forças populares para um projeto amplo e democrático.</p> <p>14) Dificuldade de compreensão da metodologia.</p> <p>15) Limites com o gov.</p>	<p>práticas com pouca intencionalidade política, não processuais, sem articular política, comunicação e cultura.</p> <p>5) Organizar-se em rede e não avançar na apropriação das ferramentas de comunicação pelos/as educadores/as.</p> <p>2) Organicidade e Gestão</p> <p>1) “Assumiu-se o compromisso de vivenciar o princípio da horizontalidade e a alternância nos espaços da Recid(estado, região, CN e TN), porém há uma hierarquização e essa perspectiva não é uma realidade na Rede”</p> <p>2) “Não há diálogo na escolha da entidade âncora estadual em alguns estados”.</p> <p>3) “Organização limitada da Rede através das fronteiras geográficas, estabelecidas pelo sistema, sem levar em conta a particularidade de cada realidade e território”</p> <p>4) “O grupo afirmou-se como Rede, mas, na prática, ainda reproduziu as relações de uma sociedade organizada em pirâmide(têm-se ainda a dificuldade de vivenciar os princípios da gestão compartilhada, há centralização do poder, da ação, da decisão, e informação)”.</p> <p>5) “A rede é formada pela sociedade civil e governo – mas há uma enorme dependência financeira do Estado. O tempo do convênio é diferente do tempo da EP (lutas e ações populares, com entraves legais e burocráticos).</p> <p>6) “O processo de seleção de educadores/as</p>	<p>6) Burocracia das associações e do convênio</p> <p>7) Envolvimento dos professores com o tema.</p> <p>8) Compreensão da integridade da gestão compartilhada(p. 254)</p>	
--	--	--	---	---	--

		<p>Falta de enfrentamento por parte do governo ao neoliberalismo, articulação interna e integração das políticas públicas.</p> <p>16) O controle social não ser exigência, mas ênfase nos processos de desenvolvimento das políticas públicas no pacto federativo.</p>	<p>populares nem sempre acontece coletivamente".</p> <p>3) A dimensão política</p> <p>1) Pelo processo antagônico entre capital X trabalho, demanda para sua superação, processo e ações de longo prazo.</p> <p>2) O trabalho com Economia solidária e formas de produção populares, corresponde a formas de produção, consumo, comercialização relações políticas e humanas, mas não consegue superar formas de exploração próprias do modelo de produção e e de mercado vigentes na economia capitalista. .</p> <p>3) Participação dentro dos espaços da democracia participativa como ela é hoje(governos, conferências, conselhos, programas sociais, territórios da cidadania) frente ao projeto popular em construção.</p> <p>4) A construção do poder popular(com articulação, mobilização e participação direta e efetiva) defendida pela Recid X lógica de Estado, do modelo de democracia e construção de controle social das políticas públicas.</p>		
	<p>Quais as hipóteses?</p>		<p>A maioria das contradições estão diretamente associadas a duas formas distintas de dominação:a) O poder verticalizado e econômico do Estado que reproduz formas hierárquicas de gestão, e ao mesmo tempo são reproduzidas mesmo por quem ocupa o Estado sendo oriundo dos movimentos sociais. De onde vem então a raiz do poder verticalizado no s</p>		

			<p>sujeitos?</p> <p>b) A cultura enraizada nas formas sociais de organização, fortemente influenciadas pela cultura capitalista de competição, mesmo entre os pares, de disputa de hegemonia local em todos os ambientes que deveriam ser construções coletivas. O individualismo acima da coletividade???</p>		
	Quais as perspectivas?		Desenvolvimento da cultura contra-hegemônica em todas as práticas da Rede????		
	Quais as conclusões?		<p>As experiências citadas nesse estudo, já fazem parte de construções que caminham rumo à inversão das práticas, porém os processos acontecem independentes de tempos estabelecidos, e, nesse caso, os 11 anos da Recid ainda seriam incipientes para realizar tais transformações no interior e exterior dos sujeitos?????</p> <p>Apenas a práxis, a ação-reflexão-ação podem produzir tais transformações????</p>		

¹ Essas divergências ocorreram tanto na equipe nacional como nas estaduais, devido às diferentes origens, vinculações orgânicas, experiências e processos pessoais e da pluralidade inerente à esta forma de organização.

OBS. No item Ambiente interno do documento 2, após os destaques sobre as contradições da gestão e organicidade, encontra-se um parágrafo que afirma que . . . ”para além dos produtos e metas, a Recid busca a qualidade na realização de processos políticos e pedagógicos, de forma horizontal e emancipatória, contrária a essas tendências(Do parágrafo anterior, referentes às exigências de mercado a que é hegemonizado o Estado- pág. 314), o que a coloca em frente a uma grande contradição e também o desafio de avançar na sua superação propondo mudanças estruturais na organização do Estado brasileiro”. **Perguntas:** 1) Diante de tão forte e explícita contradição de gestão hierárquica, em oposição à proposta afirmada no PPP, centralização do poder e de decisões, como afirma o documento, como almejar a transformação das estruturas do Estado, quando se quer é possível a transformação na própria prática no exercício da gestão que deveria ser compartilhada e horizontal?

2) A que tipo de superação remete esse questionamento?

Quadro síntese das entrevistas

Entrevista nº 10	Entrevista nº 13	Entrevista nº 14
<p>Se operacionaliza a partir do Estado. Sensação de que EP não se faz de dentro do Estado, mas de fora pra dentro. As nossas referências são de uma tradição da década de 70, 80, que a E. P não só acontecia fora do Estado, como combatia o Estado, por conta da Ditadura, onde não havia uma perspectiva de disputa do Estado. Antes da ditadura, a EP seria possível de dentro do Estado. Como se faz isso de dentro do Estado que</p> <p>Quais são os temas? É multitemático ao extremo. É coerente que seja, porque estão ligados à suas realidades concretas dos sujeitos. Dificulta a identidade da rede se descole de um processo que parece muito mais meio do que fim. É uma contradição relacionada com a rede. Inclusive não utiliza o termo popular no nome porque não cabe no governo esse termo. Porém acaba por promover mês o a cidadania.</p> <p>Como operacionalizar de dentro do Estado, sendo ele historicamente contrário à emancipação popular. Esta fora da educação formal porque dentro dela não há espaço político, a escola é muito fechada. Através de outros formas, convênios que preveem recursos públicos com gestão autônoma da sociedade organizada. A diferença é que a Rede não transfere responsabilidade. Porque. Toda a gestão e convênio é feito por coletivos onde participa o governo, definem qual projeto de educação querem desenvolver. Tem vários aspectos: semelhante a vários convênios que participam os mov. soc.</p> <p>Como se define o público pelo que tem de comum? O comum é que são trabalhadoras/es. Pertencem a segmentos subalternos. o que chama atenção, é o que tem de não comum que é a diversidade, o que impossibilita chamá-los de um sujeito. Tentar dar uma unidade para a diversidade. O que significa institucionalização?</p> <p>Qual a estratégia de transformação do Estado? O grupo da esquerda dominante esqueceu que a transformação na sociedade brasileira só vai acontecer se estiverem associados o Estado e a sociedade</p>	<p>Dificuldade de se perceber até onde o modelo de sociedade quer seres pensantes? Então vivemos a contradição de estar trabalhando na base, mas com recurso do governo. Temos vendo muito resultado na base. No meio de tantas contradições, numa sociedade, injusta e preconceituosa, é bom vermos nas comunidade o avanço da consciência das pessoas sobre sua condição, quando se apresentam orgulhosas que “ sou negra, quilombola, etc. . . ”</p>	<p>Burocratização do processo, descompassado do processo pedagógico.</p> <p>Desafio de destruir a sociedade de classes, e não apenas inverter a pirâmide. É subjetivo e de longo prazo. A vinculação entre Recid e gov. Federal é vista de forma crítica. Porém, não seria possível desenvolver um processo dessa natureza, se não fosse em conjunto com o gov. e que não seria possível com outros governo. Qual é nossa autonomia de fato? Tenho tido respostas positivas dessa autonomia. Mesmo eu sendo de outro partido que muitas vezes faz oposição ao PT, não sou estigmatizado. A Rede apesar do potencial, é limitada pelo processo de coalizão do gov. onde os parceiros não querem uma educação como esta. Promovendo a invisibilidade desse processo que deveria ser modelo de educação.</p> <p>O Estado deve ser o regulador e mediador do equilíbrio entre as classes. Esse Estado é contraditório, e é muito pesado trabalhar tão próximo das instâncias de decisão que é o mesmo que promove o pró uni, por exemplo, ao mesmo tempo que promove a EP. Onde a disparidade de valores aplicados em cada um dos dois projetos é gritante.</p> <p>E esse processo de coalizão do PT junto a outros partidos, , esperamos que não acabe igualando os partidos, porque dai seria o fim da Recid, que ainda existe numa luta de uma minoria que ocupa um espaço no governo.</p>

Quadro síntese das Sistematizações.

<p>1) <u>Dimensão Pedagógica:</u></p>	<p>a) O formato dos convênios dificultam o trabalho pedagógico. b) Tempo do processo burocrático diferente do tempo do processo de EP c) Vícios metodológicos arraigados nas práticas dos educadores. d) Diante dos processos de formação, contradições entre teoria e prática que não avançam nos pressupostos políticos metodológicos do PPP. e) Leitura simplista de alguns coletivos da rede como somente repassadora de recursos financeiros f) Faltou produzir conteúdo e linguagem específicos para determinadas realidades específicas. g) EP tendo como fator principal o aprofundamento dos conhecimentos dos coletivos.</p>
<p>2) <u>Dimensão Organizacional:</u></p>	<p>a) A Recid enquanto proposta que nasce de forma vertical. b) “Ter um pé dentro e um pé fora do governo” c) Formato dos convênios dificultam a articulação com setores afins, parceiros do Projeto Popular. d) Rotatividade dos representantes dos movimentos que compõem a rede. e) 5) Organizar-se em rede e não avançar na apropriação das ferramentas de comunicação pelos/as educadores/as. f) “ Assumiu-se o compromisso de vivenciar o princípio da horizontalidade e a alternância nos espaços da Recid(estado, região, CN e TN), porém há uma hierarquização e essa perspectiva não é uma realidade na Rede” g) “Não há diálogo na escolha da entidade âncora estadual em alguns estados”. h) “O grupo afirmou-se como Rede, mas, na prática, ainda reproduziu as relações de uma sociedade organizada em pirâmide(têm-se ainda a dificuldade de vivenciar os princípios da gestão, há centralização do poder, da ação, da decisão, e informação)”. i) Limites de acompanhamento dos grupos</p>
<p>3) <u>Dimensão Política:</u></p>	<p>a) Fragmentação dos movimentos e grupos populares com suas bandeiras. b) Modo de fazer do convênio, acaba afastando a essência das utopias da Rede. c) Limites da relação de força desfavorável aos movimentos sociais, d) Divergências na compreensão da realidade, e) Método de seleção nada dialógica pela equipe nacional f) Resistência cultural frente a colonização européia ainda vigente. g) Limites com o gov. Falta de enfrentamento por parte do governo ao neoliberalismo, articulação interna e integração das políticas públicas. h) O controle social não ser exigência, mas ênfase nos processos de desenvolvimento das políticas públicas no pacto federativo. i) “ A rede é formada pela sociedade civil e governo – mas há uma enorme dependência financeira do Estado. O tempo do convênio é diferente do tempo da EP (lutas e ações populares, com entraves legais e burocráticos). j) “O processo de seleção de educadores/as populares nem sempre acontece coletivamente”. l) Pelo processo antagônico entre capital X trabalho, demanda para sua superação, processo e ações de longo prazo. m) Participação dentro dos espaços da democracia participativa como ela é hoje(governos, conferências, conselhos, programas sociais, territórios da cidadania) frente ao projeto popular em construção. n) não consegue superar formas de exploração mesmo no trabalho com economia solidária. o) A construção do poder popular X a lógica de Estado, modelo de democracia e controle social das políticas públicas. p) Os coletivos enquanto classe trabalhadora, processos que buscassem uma autonomia em relação ao paternalismo do Estado e a busca da construção do projeto popular para o Brasil.</p>
<p>4) <u>Que não reaparecem</u>¹²</p>	<p>a) Dificuldade de construir ações concretas que acumulem forças populares para um projeto amplo e democrático. b) Falta de debate interno sobre a quem deve estar a serviço este projeto.</p>

¹² Os “Que não reaparecem” ou transitórios se referem a itens que embora apareçam nos documentos como contradições, não parecem em todos, ou em dado momento desaparecem da discussão, em outros momentos são dados como em solução, porém não mais como contradição. Desta forma, estão citados por aparecerem nos textos em algum momentos.

ANEXOS



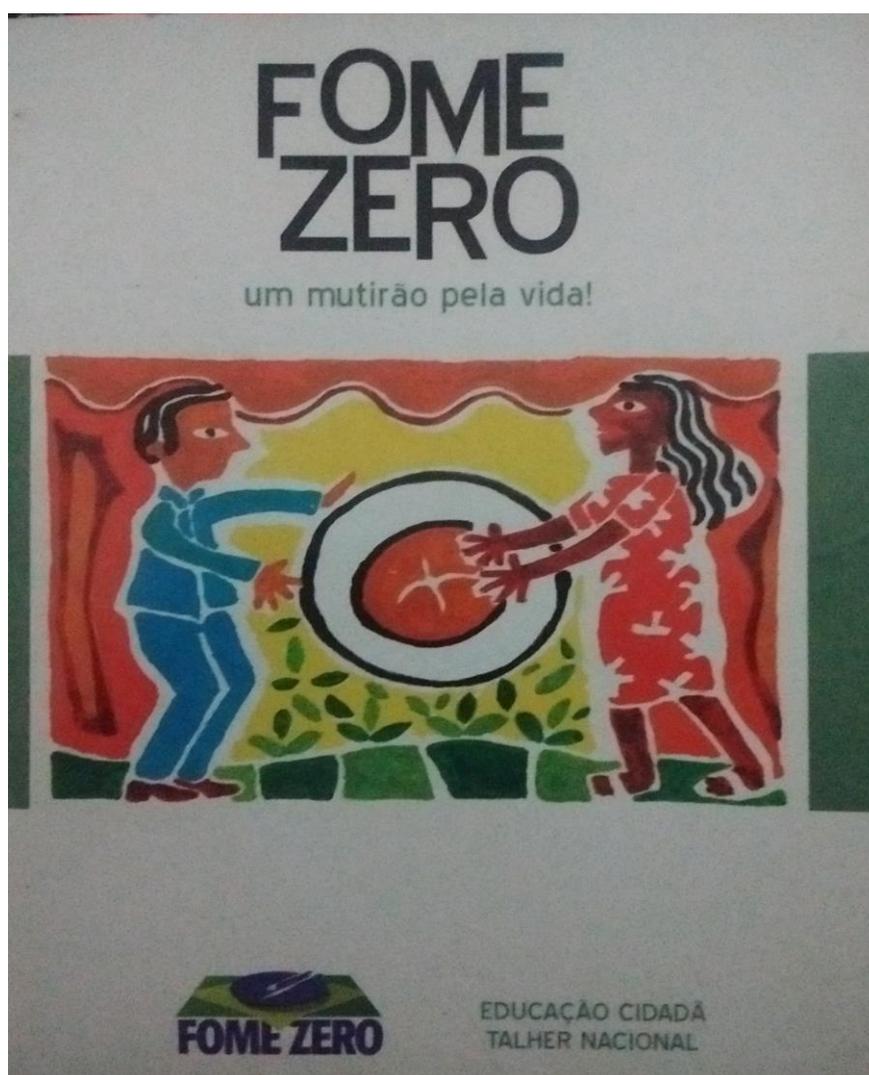
Gravataí – RS (fonte: Pé dentro, Pé fora: Na ciranda do poder popular).



São Miguel do Oeste, SC (fonte: Pé dentro, Pé fora: Na ciranda do poder popular).

As imagens a seguir, fazem parte de um acervo de materiais utilizados na pesquisa e que não serão mais impressos.

O intuito de apresentá-los aqui é o de compartilhar com os leitores da beleza e riqueza visual dos materiais da recid.



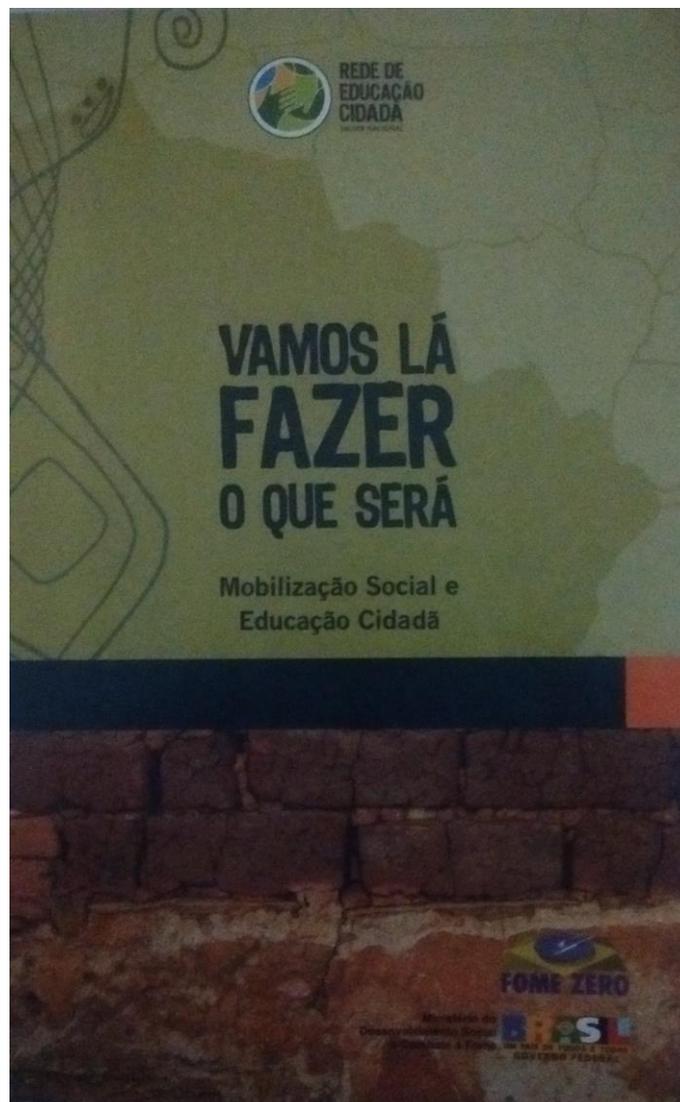
Cartilha do Programa Fome Zero para educadores.

Outubro de 2004.

Cartilha do Talher Nacional. Janeiro de 2005



Primeira
Sistematização da
Recid. 2006.



Segunda sistematização da Recid. 2011

